

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV)

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS (PPHPBC)**

**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)**

MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

VICTOR DE OLIVEIRA CAMPOS FERREIRA

**O LEGADO ESPORTIVO DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016:
UMA ANÁLISE DA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO**

RIO DE JANEIRO – RJ

2021

VICTOR DE OLIVEIRA CAMPOS FERREIRA

**O LEGADO ESPORTIVO DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016:
UMA ANÁLISE DA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO**

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, da Fundação Getulio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador (a): Prof. Dr. Jimmy Medeiros

Ferreira, Victor de Oliveira Campos

O legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 : uma análise da Rede Nacional de Treinamento / Victor de Oliveira Campos Ferreira. – 2021.
128 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
Orientador: Jimmy Medeiros.
Inclui bibliografia.

1. Jogos Olímpicos (31.: 2016 : Rio de Janeiro, RJ). 2. Eventos esportivos – Aspectos sociais. 3. Jogos olímpicos – História. I. Medeiros, Jimmy. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 796.48098153

VICTOR DE OLIVEIRA CAMPOS FERREIRA

"O LEGADO ESPORTIVO DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016: UMA ANÁLISE DA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO".

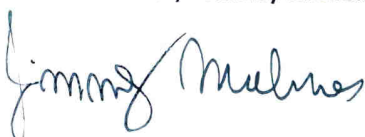
Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Data da defesa: 15/04/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Prof^o/a Jimmy Medeiros

Jimmy Medeiros
Orientador



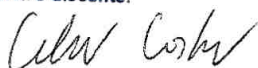
Vivian Luiz Fonseca
Membro Interno

P/ 

Rafael Fortes
Membro Externo

P/ 

Nos termos da Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 16/06/20 - DOU nº 114 de 17/06/20 que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.



Celso Corrêa Pinto de Castro
Diretor



Antonio de Araujo Freitas Junior
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV

Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

AGRADECIMENTOS

À Madalena, minha primeira filha, que virá ao mundo dois meses depois da apresentação desta pesquisa.

À Gabriella Garland, esposa e melhor amiga, pela motivação e pelo incentivo ao longo desta jornada.

Aos meus pais, Caio Campos e Angela Oliveira, pelo apoio incondicional aos meus esforços acadêmicos e profissionais.

Ao professor Dr. Jimmy Medeiros, orientador deste trabalho, por toda a dedicação, incentivo e ensinamentos.

Aos professores Celso Castro, Américo Freire e Marco Vanucci por todo conhecimento dedicado em sala de aula.

Aos colegas do Mestrado Profissional, pelo extenso companheirismo e pelas inúmeras trocas de experiências realizadas.

Aos amigos e irmãos de vida, pelo fortalecimento da amizade em tempos difíceis. Em especial, aos colegas acadêmicos Pedro Vaz Perez e Bonifácio Andrada, pelo grande amparo e pelas contribuições com esta pesquisa.

Ao compositor russo Piotr Ilitch Tchaikovski, pela companhia e pela inspiração musical nas madrugadas de pesquisa e de escrita.

Aos pesquisadores, acadêmicos, trabalhadores, praticantes, amantes, torcedores e entusiastas do esporte no Brasil.

RESUMO

Os legados de megaeventos esportivos apresentam interesses coletivos oriundos de diversos atores da sociedade contemporânea. Neste contexto, esta pesquisa procura examinar o legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016, os primeiros realizados no Brasil e no continente sul-americano. Em busca de investigar os efeitos do legado para o esporte nacional e carioca, o objeto de análise do trabalho é a Rede Nacional de Treinamento, anunciada como maior herança para o esporte nacional, em especial o Centro Olímpico de Treinamento, principal equipamento esportivo do país, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Em sua execução metodológica, esta dissertação apresenta revisão bibliográfica dos principais temas acerca de legado e de megaeventos esportivos; análise de outras edições dos Jogos e suas respectivas consequências locais; e aprofundamento - por meio de literatura, contatos com órgãos reesponsáveis, visita técnica e entrevistas com atletas, treinadores, gestores públicos e gestores privados – nos equipamentos esportivos considerados. A análise resultante deste estudo, que envolveu stakeholders essenciais para o entendimento teórico e prático do legado, revela que, apesar dos equipamentos construídos se mostrarem de alto nível esportivo, o legado não foi gerido como o planejado e sua execução não é coerente com os projetos anunciados. No Brasil, país que extinguiu o ministério do esporte e não vislumbra investimentos substanciais nesta área, o legado olímpico de 2016 é também chamado informalmente de largado olímpico.

Palavras-chave: Megaevento. Esporte. Jogos Olímpicos. Legado. Rio 2006.

ABSTRACT

The legacies of mega sporting events present collective interests from different actors in contemporary society. In this context, this research seeks to examine the sporting legacy of the Rio 2016 Olympic Games, the first to be held in Brazil and on the South American continent. In an attempt to investigate the effects of the legacy for sports nationally and locally, the object of analysis of the research is the National Training Network, announced as the greatest heritage for national sport, especially the Olympic Training Center, the main sports equipment in the country, located in the city of Rio de Janeiro. In its methodological execution, this dissertation presents a bibliographic review of the main themes related to sports legacies and mega-events; analysis of other editions of the Games and their respective local consequences; and a deeper look - through literature, contacts with responsible bodies, technical visits and interviews with athletes, coaches, public managers and sports managers - into the sports equipment considered. The analysis resulting from this study, which involved key stakeholders for the theoretical and practical understanding of the legacy, reveals that, although the equipment built proves to be of a high sports level, the legacy was not managed as planned and its execution is not consistent with the projects announced. In Brazil, a country that extinguished the ministry of sports and does not envisage substantial investments in this area, the 2016 Olympic legacy is also informally called the Olympic dump.

Keywords: Mega event. Sport. Olympic Games. Legacy. Rio 2006.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide da Rede Nacional de Treinamento.....	54
Figura 2 - Lista de obras previstas para a Rede Nacional de Treinamento - Parte I.....	57
Figura 3 - Lista de obras previstas da Rede Nacional de Treinamento - Parte II.....	58
Figura 4 - Projeto do Parque Olímpico da Barra.....	91
Figura 5 - Imagem do Parque Olímpico da Barra.....	91
Figura 6 - Parque Olímpico da Barra - falta de usuários e abandono do espaço.....	109
Figura 7 - Muro dos Campeões - mato alto e rachaduras na estrutura.....	109
Figura 8 - Parque Olímpico da Barra - descuido e lixo no espaço destinado à população.....	109
Figura 9- Letreiro Cidade Olímpica - falta de manutenção, descuido e ferrugem.....	110
Figura 10 - Espaço de convivência com água acumulada e falta de manutenção.....	110
Figura 11 - Área comum com falta de manutenção, ausência de sombra e poucos locais de descanso.....	110
Figura 12 - Quadra do Centro Olímpico de Tênis - falta de manutenção e abandono.....	111
Figura 13 - Quadra do Centro Olímpico de Tênis - falta de manutenção e abandono.....	111
Figura 14 - Arena Carioca 1 - Problemas no piso e vícios de obras.....	112
Figura 15 - Arena Carioca 2 – problemas no piso e falta de manutenção.....	112
Figura 16 - Arena Carioca 2 – equipamentos de obras exposto e problemas de manutenção	113
Figura 17 - Velódromo - marcas de obras, rachaduras e falta de manutenção.....	113
Figura 18 - Velódromo - subutilização do espaço e vícios de obras.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desempenho da Espanha antes e depois de sediar os Jogos Olímpicos de 1992...	28
Quadro 2 - Quadro de medalhas: Jogos Olímpicos Barcelona 1992.....	29
Quadro 3 - Desempenho da Grécia antes e depois de sediar os Jogos Olímpicos de 2004.....	35
Quadro 4 - Quadro de medalhas: Jogos Olímpicos Atenas 2004.....	36
Quadro 5 - Desempenho da China antes e depois de sediar os Jogos Olímpicos de 2008.....	43
Quadro 6 - Quadro de medalhas: Jogos Olímpicos Pequim 2008.....	43
Quadro 7 - Desempenho da Grã-Bretanha antes e depois de sediar os Jogos Olímpicos.....	50
Quadro 8 - Quadro de medalhas: Jogos Olímpicos Londres 2012.....	51
Quadro 9 - Centros Nacionais de Treinamento - Contrato de repasse e termo de compromisso.....	60
Quadro 10 - Centros Nacionais de Treinamento - Termo de execução descentralizada – TED.....	62
Quadro 11 - Lista de Entrevistados.....	64
Quadro 12 - Parque Olímpico da Barra.....	92
Quadro 13 - Complexo Esportivo de Deodoro.....	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGLO	AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO
ATHOC	COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2004
BOCOG	BEIJING ORGANIZING COMMITTEE FOR THE OLYMPIC GAMES
CEI	COMUNIDADE DOS ESTADOS INDEPENDENTES
CEO	CHIEF EXECUTIVE OFFICER
CEPH	COMITÊ DE CONFORMIDADE ÉTICA EM PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS
CIE	CENTRO DE INICIAÇÃO DO ESPORTE
COI	COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL
COT	CENTRO OLÍMPICO DE TREINAMENTO
COTP	CENTRO OLÍMPICO DE TREINAMENTO E PESQUISA
CPB	COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO
EGLO	ESCRITÓRIO DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FGV	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
FIFA	FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LOCOG	LONDON ORGANIZING COMMITTEE FOR THE OLYMPIC GAMES
OMC	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
OPLC	OLYMPIC PARK LEGACY CORPORATION
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
RNT	REDE NACIONAL DE TREINAMENTO
SBI	SPORT BUSINESS INSTITUTE
SEME	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
STF	SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DO PASSADO AO FUTURO: AVALIAÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO LEGADO EM OUTRAS EDIÇÕES DOS JOGOS OLÍMPICOS.....	13
2.1 Breve histórico dos Jogos Olímpicos.....	13
2.2 Legado olímpico em perspectiva.....	19
2.3 Barcelona, 1992: entre a experiência global e a realidade local.....	23
2.4 Atenas, 2004: as cicatrizes olímpicas sufocam o país.....	30
2.5 Pequim, 2008: uma nova China se apresenta ao mundo.....	37
2.6 Londres, 2012: a inspiração do esporte.....	44
3 O LEGADO ESPORTIVO NACIONAL DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016.....	53
3.1 A Rede Nacional de Treinamento	53
3.2 Visões de gestores públicos.....	66
3.3 Visões de gestores privados.....	69
3.4 Visões de atletas e treinadores.....	72
3.5 Avaliação do legado esportivo Rio 2016 pelo Brasil.....	74
4 O LEGADO ESPORTIVO CARIOCA DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016.....	83
4.1 A gestão do esporte no Rio após 2016	83
4.2 Centro Olímpico de Treinamento.....	89
4.3 Visões de gestores públicos.....	97
4.4 Visões de gestores privados.....	99
4.5 Visões de atletas e treinadores.....	103
4.6 Rio 2016, antes e depois: qual o legado esportivo para a cidade?	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	118

1 INTRODUÇÃO

“Que a tocha olímpica siga o seu curso através dos tempos para o bem da humanidade cada vez mais ardente, corajosa e pura.” - Pierre de Coubertin

Há 125 anos, atletas de diversas modalidades esportivas se reúnem em uma determinada cidade, a cada quatro anos, para competir nos Jogos Olímpicos representando suas respectivas nações. A abrangência global de um megaevento esportivo dessa magnitude envolve altos investimentos de recursos e fomentam diferentes tipos de impactos sociais, urbanísticos, ambientais e esportivos. Em geral, são eventos extraordinários, com grande escala em diferentes contextos da sociedade, vastamente divulgados pela imprensa e capazes de congregam milhares de espectadores ao redor de planeta.

As consequências herdadas pelos países e/ou cidades-sede dos Jogos são comumente chamadas de legado e podem ser observadas por diferentes óticas, sendo o esporte uma das principais. A cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, foi sede da trigésima primeira edição dos Jogos Olímpicos, os primeiros realizados no continente sul-americano. O evento ocorreu entre cinco e 21 de agosto de 2016, e contou com a participação de 11.303 atletas, que disputaram medalhas em 39 modalidades esportivas. O orçamento total dos Jogos foi de aproximadamente 38 bilhões de reais.

Este trabalho tem como principal objetivo analisar o legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e examinar a Rede Nacional de Treinamento - RNT, anunciada como principal herança esportiva para o país, com propósito de interligar as diversas instalações esportivas existentes ou em construção em todo o país. O foco da pesquisa se dá no Centro Olímpico de Treinamento (Parque da Barra e Complexo Esportivo de Deodoro), localizado no Rio de Janeiro (RJ), equipamento esportivo que se encontra no topo hierárquico da RNT.

Os investimentos de recursos públicos, financeiros e humanos geram alta expectativa na sociedade, na imprensa e no campo acadêmico. Em um país com histórico recente de corrupção como o Brasil, a desconfiança e a incredulidade de diferentes stakeholders do ecossistema são constantes.

Apesar da mídia e da sociedade, de uma forma geral, demonstrarem interesse no tema, ainda não são muitos os casos de dissertações, teses ou artigos acadêmicos que abordam o legado de 2016. Existem, sim, trabalhos acerca desta temática, porém, talvez pelo curto período de tempo desde o encerramento dos Jogos, não se pode dizer que o tema foi pesquisado de maneira profunda.

Diante disso, é possível enumerar três principais pontos que demonstram o aspecto de relevância deste trabalho: a originalidade do tema, o amplo interesse social sobre os resultados dos investimentos e a ausência de materiais aprofundados que debatem os efeitos do legado esportivo para o Brasil, tomando como base os Jogos Olímpicos de 2016.

Em busca de encontrar respostas e identificar soluções para questões que envolvem o legado esportivo de 2016, este trabalho utilizou três metodologias em seu desenvolvimento: revisão bibliográfica dos principais autores acerca do legado, execução de doze entrevistas com stakeholders fundamentais no contexto esportivo brasileiro e realização de visita técnica aos principais equipamentos esportivos analisados pelo trabalho.

Esta pesquisa acadêmica está dividida em três capítulos. O primeiro constitui em um breve resgate do histórico dos Jogos Olímpicos, uma revisão bibliográfica sobre legado olímpico e uma análise de quatro edições anteriores de Jogos realizados em outros países, como Barcelona (1992), Atenas (2004), Pequim (2008) e Londres (2012).

A segunda parte da dissertação adentra no objeto principal de pesquisa e trata do legado esportivo nacional do Rio 2016, com uma investigação sobre o desenvolvimento e aplicação da Rede Nacional de Treinamento, por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas com atores cruciais neste contexto, como gestores públicos, gestores privados, atletas e treinadores.

No terceiro e último capítulo do texto, o legado esportivo do Rio de Janeiro é o foco principal, com uma apuração sobre a gestão do esporte na cidade após 2016, uma revisão conceitual e prática do Centro Olímpico de Treinamento e entrevistas com agentes primordiais para a análise, como gestores públicos, gestores privados, atletas e treinadores. Por fim, foi realizada uma visita técnica no Parque Olímpico da Barra para observar e inspecionar as verdadeiras condições do principal símbolo olímpico do país.

As entrevistas foram realizadas de maneira presencial e remota, muito por conta da pandemia de Covid-19 e das recomendações globais de distanciamento social. Os participantes entrevistados foram escolhidos de acordo com suas respectivas funções profissionais e com suas capacidades de simbolizarem, de certa forma, um determinado grupo, ou seja, de se apresentarem como atores com potencial de representatividade de um universo de trabalho.

Houve algumas dificuldades na produção e na sistematização das entrevistas, como a agenda dos entrevistados, a localização geográfica, o receio de se comprometer com uma pesquisa que apresenta olhar crítico sobre o legado e a falta de conhecimento mais aprofundado em determinados casos.

Ainda sobre os desafios para realizar as entrevistas, houve também algumas adversidades para conseguir os contatos das pessoas. Em alguns casos, principalmente das que ocupam cargos públicos, foram realizados contatos institucionais com os órgãos responsáveis, em busca de indicações de nomes e de agendamentos. Com relação aos atletas e treinadores, os primeiros contatos foram feitas via rede social Instagram, a partir das mensagens diretas do aplicativo, o que, mesmo não sendo muito comum, funcionou e cumpriu o principal objetivo. Ainda houve indicações dos primeiros entrevistados para nomes futuros, assim como o compartilhamento de contatos para atingir um número razoável de entrevistados.

O que é legado de uma edição de Jogos Olímpicos? Qual é a realidade de outros países que realizaram os Jogos? Quais são os principais legados esportivos para o Brasil e para o Rio de Janeiro? O que pensam os principais stakeholders dos contextos esportivos nacional e carioca? Qual a avaliação do legado esportivo e da gestão esportiva após 2016? Estes e outros questionamentos serão analisados e respondidos ao longo das próximas páginas da pesquisa.

2 DO PASSADO AO FUTURO: AVALIAÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO LEGADO EM OUTRAS EDIÇÕES DOS JOGOS OLÍMPICOS

Este capítulo tem como objetivo realizar uma revisão mais aprofundada sobre o histórico olímpico e comparar as diferentes perspectivas de legados em edições deste megaevento esportivo. Em um primeiro momento, o texto se propõe a resgatar a criação e concepção da ideia olímpica e trabalhar com conceitos teóricos, ainda que com exemplos práticos, acerca do legado e dos Jogos Olímpicos. A partir daí a pesquisa desempenha uma análise comparativa padronizada entre as edições de Barcelona 1992, Atenas 2004, Pequim 2008 e Londres 2012, no encalço de ressaltar as boas práticas e debater as concepções de legado de cada cidade ou país-sede. Após a análise da literatura e do olhar prático para cada edição, será possível, no decorrer dos tópicos subsequentes, perscrutar nas temáticas relacionadas aos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016, objeto central da pesquisa.

2.1 Breve histórico dos Jogos Olímpicos

Os Jogos Olímpicos antigos foram símbolos da expressão religiosa e das realizações atléticas de homenagem a Zeus, principal deus do panteão grego, por mais de mil anos. Desde a concepção de suas origens, reuniam gregos de praticamente todas as cidades e colônias em um ciclo frequente de tempo, ganhando destaque se comparado aos outros eventos, festivais e competições da época. Existem relatos que atribuem a eclosão das competições a Hera, a primeira divindade a ter um templo em Olímpio, porém, o nascimento dos Jogos e espetáculos atléticos aludem ao terceiro milênio a.C. A relação entre os Jogos e os esportes da pré-história é ainda nebulosa e permanece sendo percorrida por especialistas e pesquisadores ao redor do mundo (LESSA, 2008).

As modalidades esportivas disputadas na primeira fase das Olimpíadas não foram sempre as mesmas, porém, já nos passos iniciais da criação de uma tradição histórica, as principais se mantiveram, como arremesso de disco, corridas em variadas distâncias, saltos em altura e corridas de carruagem. Os certames, que eram realizados na cidade de Olímpia, um dos maiores sítios arqueológicos da atualidade, abrangiam apenas homens gregos, com incomuns exceções, que ganhavam uma coroa com ramos de oliveira em caso de vitória. No decurso da efetivação dos jogos, havia uma declaração oficial de trégua universal com a justificativa que Zeus, deus homenageado por aquele evento que reunia valores da mitologia, era contra as guerras (MESSIAS; SILVA 2016).

De acordo do Todt e Rubio (2007), multidões acorriam até Olímpia, acampando nos bosques próximos ao santuário. Cada cidade mandava suas delegações com tesouros para a divindade. A duração dos jogos era de cinco dias, começavam e terminavam com festivais em honra aos deuses. A abrangência dos festivais extrapolava o campo esportivo. Olímpia foi o local de encontro não só dos atletas mais destacados do mundo grego como também de filósofos, retóricos, historiadores e letrados, que encontravam ambiente adequado para a exposição de suas ideias e doutrinas. Os Jogos Olímpicos antigos aconteceram entre 776 AC e 393 DC, quando Teodósio, imperador romano da ocasião, banuiu rituais considerados pagãos e estabeleceu o cristianismo como religião estatal romana.

Mais de 1.500 anos posteriormente à obliteração dos Jogos Olímpicos antigos, o contexto histórico mundial expunha dois fatores considerados determinantes para o reestabelecimento do espírito olímpico. A guerra da independência da Grécia, também denominada de Revolução Grega, que durou entre 1821 e 1832, e foi suscitada pelos gregos com o objetivo de granjeara emancipação dos turcos. Após nove anos de batalhas e conflitos, o propósito foi atingido com ajuda das grandes potências e a independência foi garantida pelo Tratado de Constantinopla, tornando o povo grego o primeiro a lograr o status de Estado soberano frente ao Império Otomano. Nesse cenário, reviver as Olimpíadas era uma forma de valorizar a cultura grega e substanciar a simpatia e o apoio de outros países (ALMEIDA, 2016).

Outro fator decretório para a recuperação dos Jogos Olímpicos foi a segunda Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XIX, compreendendo uma série de desenvolvimentos tecnológicos, avanços econômicos e inovações nas indústrias química, elétrica, de petróleo e de aço. Com a modernização dos processos e da sociedade como um todo, houve uma emergente manifestação de esportes de massa, como o futebol, e a consolidação de práticas esportivas e atividades atléticas por um grande número de pessoas. Além disso, invenções precípuas como o telégrafo, a expansão de linhas marítimas e a construção de ferrovias favoreciam a possibilidade de realização de eventos esportivos (SEVCENKO, 2001).

Em 1894, Pierre de Frédy, o Barão de Coubertin, fundou o Comitê Olímpico Internacional. Segundo a Carta Olímpica, o COI é uma organização não-governamental, com a finalidade de reinstituir os Jogos Olímpicos realizados na antiga Grécia e organizar e promover sua realização de quatro em quatro anos. A carta agrega, logo após o preâmbulo, os princípios fundamentais do Olimpismo:

1. O Olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina de forma equilibrada as qualidades do corpo, da vontade e da mente. Aliando o desporto à cultura e educação, o Olimpismo procura ser criador de um estilo de vida fundado no prazer do esforço, no valor educativo do bom exemplo, na responsabilidade social e no respeito pelos princípios éticos fundamentais universais.
 2. O objetivo do Olimpismo é o de colocar o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso da pessoa humana em vista de promover uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana.
 3. O Movimento Olímpico é a ação, concertada, organizada, universal e permanente, de todos os indivíduos e entidades que são inspirados pelos valores do Olimpismo, sob a autoridade suprema do COI. Estende-se aos cinco continentes. Atinge o seu auge com a reunião de atletas de todo o mundo no grande festival desportivo que são os Jogos Olímpicos. O seu símbolo é constituído por cinco anéis entrelaçados.
 4. A prática do desporto é um direito do homem. Todo e qualquer indivíduo deve ter a possibilidade de praticar desporto, sem qualquer forma de discriminação e de acordo com o espírito Olímpico, que requer entendimento mútuo, com espírito de amizade, solidariedade e fair-play.
 5. Reconhecendo que o desporto ocorre no contexto da sociedade, as organizações desportivas no seio do Movimento Olímpico devem ter direitos e obrigações de autonomia, que incluem a liberdade de estabelecer e controlar as regras da modalidade desportiva, determinar a estrutura e governança das suas organizações, gozar do direito a eleições livres de qualquer influência externa e a responsabilidade de assegurar que os princípios da boa governança são aplicados.
 6. Toda e qualquer forma de discriminação relativamente a um país ou a uma pessoa com base na raça, religião, política, sexo ou outra é incompatível com a pertença ao Movimento Olímpico.
 7. Pertencer ao Movimento Olímpico exige o respeito pela Carta Olímpica e ser dotado (a) do reconhecimento do COI.
- (COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2011. p. 27).

O Barão de Coubertin, sendo um produto do liberalismo no final do século XIX, salientou os valores de igualdade, equidade, justiça, respeito pelas pessoas, racionalidade e compreensão, autonomia e excelência. Esses são princípios que abrangem aproximadamente três milênios de história olímpica, apesar de alguns deles terem sido interpretados de formas desconformes em momentos distintos. Em síntese, eles são os principais valores do humanismo, uma vez que as sociedades socialistas não tiveram dificuldades de incluir os ideais olímpicos em sua postura ideológica em relação ao esporte (PARRY, 2016).

Dois anos depois da produção e divulgação da carta supracitada, em 1896, 241 atletas de 14 países atenderam ao chamado do Barão de Coubertin para a realização da primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em Atenas, com 31 competições no total. O Estádio Panathinaiko foi palco de grande parte das competições e, apesar do amadorismo inicial da organização, os eventos ocorreram normalmente, com os Estados Unidos liderando o quadro de medalhas, seguidos por Grécia, Alemanha, França e Grã-Bretanha. A partir desse marco da história da sociedade, o evento esportivo passou a ser realizado de quatro em quatro anos, com exceção aos anos em que houve guerras mundiais, como 1914 e 1918, e 1939 e

1945 (COLLI, 2004).

As Olimpíadas modernas foram concebidas para ser um evento singular do calendário esportivo mundial, um grande festival para o conagração das nações. Ao longo do século XIX, cresceram em tamanho e importância, ganharam símbolos e rituais próprios, e se tornaram o maior espetáculo da Terra. Tal crescimento corresponde à plena realização da semente plantada por Coubertin: quase todas as modalidades que hoje compõem o universo esportivo estão representadas pelos seus principais expoentes; os atletas mais bem preparados são reunidos para mostrarem ao mundo suas proezas; duas centenas de países enviam seus representantes para a maior confraternização entre povos da atualidade (PRONI, 2004).

É possível elencar, neste íterim da história olímpica moderna, profusas ocasiões em que o esporte e as competições disputadas nos Jogos Olímpicos auxiliam a contextualizar a geopolítica mundial em determinados momentos, transparecendo sua importância para a compreensão da nossa própria história. O protesto dos Panteras Negras (México, 1968), o atentado à delegação Israelense cometido por uma organização palestina (Munique, 1972), o boicote dos Estados Unidos (1980, Moscou) e o troco soviético com outro boicote (Los Angeles, 1984); e a descolonização esportiva de países africanos são apenas alguns exemplos que atestam as dimensões social, cultural, política e histórica do esporte (RUBIO, 2010). Ainda conforme a autora:

Analisar um fenômeno sociocultural, como os Jogos Olímpicos, que atravessa um período repleto de singularidades como o século XX requer clareza dos diversos momentos sobre os quais se fala. Da conjuntura pré Primeira Guerra à pós modernidade muitos são os movimentos implicados na compreensão são só da geopolítica mundial como das distinções e exclusões promovidas pela criação e negação de nações e Estados, bem como das questões próprias do esporte como amadorismo, a profissionalização ou o fair play (RUBIO, 2010. p. 56).

Os desdobramentos olímpicos se deram ao longo de todo o percurso de sua história. Em 1924, em Paris, foram criados os Jogos Olímpicos de Inverno, reunindo modalidades de desportos de inverno disputadas no gelo e na neve. Em 1960, em Roma, transcorreram as primeiras paralimpíadas, como uma forma de reincluir os veteranos da segunda guerra mundial, muitos deles mutilados, na prática esportiva e competitiva. Em 2008, em Pequim, verificam-se os primeiros Mind Sports Olympiad, também conhecido por Olimpíadas da Mente, com 2.000 competidores de 150 países, que disputaram 36 modalidades em pelo menos cinco esportes mentais, como bridge, xadrez, go, damas e xadrez chinês. Em 2010, em Cingapura, sucederam os primeiros Jogos Olímpicos da Juventude, disputados por atletas com idades entre catorze e dezoito anos, com esportes similares aos tradicionais, porém com

número reduzido de disciplinas e eventos, com o acréscimo de novos formatos e testes de novas provas (AMARO; MOSTARO; HELAL, 2014).

Alguns símbolos ganharam notoriedade em âmbito olímpico. A Tocha Olímpica, que apesar das origens antigas teve sua primeira aparição em Amsterdã, 1928, e seu revezamento inicial em Berlim, 1936, com três mil participantes; e a Medalha Pierre de Coubertin, símbolo suprasumo do esporte olímpico, entregue a apenas 19 atletas desde sua criação, sendo um deles brasileiro, o maratonista Wanderley Cordeiro de Lima. Nos Jogos de Atenas, em 2004, o atleta ocupava a primeira posição da maratona, uma das provas mais nobres do esporte, quando foi interrompido por um espectador visivelmente fora de controle que invadiu a pista oficial da competição. Mesmo assim, Wanderley retornou à prova e chegou em terceiro lugar, demonstrando ao mundo o verdadeiro espírito olímpico.

Os anéis olímpicos, símbolo que representa os Jogos Olímpicos globalmente, transparecem a união dos continentes em torno do esporte. Os cinco anéis ou aros entrelaçados estampam os cinco continentes, também caracterizados pelas cores específicas que mais aparecem nas bandeiras dos respectivos continentes: Oceania (verde), Ásia (amarelo), América (vermelho), África (preto) e Europa (azul). Segundo Amaro, Mostaro e Heal (2014):

Logo nas primeiras edições dos Jogos Modernos uma série de tradições foram inventadas visando à abertura do evento. Em Estocolmo, 1912, aconteceu, de fato, o primeiro desfile das delegações nacionais. Em 1920, na Antuérpia, foi apresentada a bandeira olímpica, criada pelo próprio Coubertin, com os anéis olímpicos, que representam os cinco continentes unidos. Em Amsterdã, 1928, os organizadores instituíram o momento de acendimento da chama olímpica. Tal tradição trouxe um novo episódio para a cerimônia de abertura: o acendimento da pira olímpica (AMARO; MOSTARO; HELAL, 2014).

No total, foram 31 edições dos Jogos Olímpicos, sendo a última realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2016, objeto central desta pesquisa, reunindo 10.500 atletas de 206 países, disputando 306 competições esportivas. Entre todas as edições, incluindo as próximas três cidades-sede confirmadas - Tóquio 2021, Paris 2024 e Los Angeles 2028 - as competições foram disputadas em 44 cidades, de 23 diferentes países. No entanto, os Jogos ocorreram em cidades fora da Europa e América do Norte em apenas oito ocasiões, sendo que a primeira edição disputada fora dessas regiões foi em Melbourne, 1956; e a primeira em território latino-americano aconteceu apenas em 1968, na Cidade do México (COLLI, 2004).

A partir dos Jogos Olímpicos de Seul, na Coreia do Sul, as competições foram realizadas na Ásia ou na Oceania em quatro oportunidades, um aumento considerável em

relação aos anos anteriores da história olímpica moderna. Em 2016, no Rio de Janeiro, foram realizados os primeiros jogos em uma nação sul-americana e, até o presente momento, nenhuma candidatura do continente africano foi eleita, porém, em 2022, há a previsão de Dakar, no Senegal, sediar os Jogos da Juventude. Os Estados Unidos já foram país-sede dos Jogos Olímpicos por quatro vezes, sendo a nação que mais recebeu edições olímpicas. Londres, capital da Inglaterra e do Reino Unido, foi sede das competições olímpicas em três ocasiões, sendo, então, a recordista de organização deste megaevento esportivo. Alemanha, Austrália, França e Grécia sediaram os Jogos Olímpicos por duas vezes, enquanto Tóquio, capital do Japão, sede da próxima edição, receberá os Jogos pela segunda vez (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2021).

Em um levantamento realizado pela consultoria Austin Ranting, em 2016, é possível identificar que os países mais desenvolvidos economicamente figuram entre os que possuem os melhores desempenhos em Jogos Olímpicos. Em 2018, os maiores números referentes ao PIB (Produto Interno Bruto) dos países mostram uma ordem similar a do quadro de medalhas apresentado acima, com algumas exceções. De acordo com a pesquisa, o ranking das economias se dá por Estados Unidos (PIB de 20,4 trilhões), China (PIB de 14 trilhões), Japão (PIB de 5,1 trilhões), Alemanha (PIB de 4,2 trilhões), Reino Unido (PIB de 2,9 trilhões), França (PIB de 2,93 trilhões) e Itália (PIB de 2,1 trilhões). Com a única exceção do Japão, todos os outros países estão entre os sete maiores medalhistas da história dos Jogos: Estados Unidos (2.522 medalhas), Grã-Bretanha (851 medalhas), China (546 medalhas), França (716 medalhas), Itália (577 medalhas) e Alemanha (615 medalhas).

O caso mais representativo para ser destacado é o da China. Nos últimos 30 anos, com um crescimento econômico superior a 10% ao ano, o país asiático saiu de uma posição periférica e despontou como uma das maiores potências esportivas do planeta. Atualmente, com o segundo maior PIB do planeta, disputa de maneira equilibrada com os Estados Unidos, chegando a ficar em primeiro lugar em 2008, quando competiu com o apoio de sua torcida local (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2021).

Apesar de figurar entre as maiores economias do mundo, o Brasil, que possui um PIB em torno de 2,1 trilhões, está em posição oposta à análise supracitada. Em 2012, a então presidente Dilma Rousseff, logo após o término dos Jogos Olímpicos de Londres, em que o país ficou apenas na 22ª posição, anunciou que uma das metas esportivas era ficar entre os 10 primeiros colocados nos Jogos do Rio, quatro anos depois. No entanto, o Brasil não alcançou essa marca e ficou em 13º lugar, com sete medalhas de ouro, seis de prata, seis de bronze, somando 10 no total.

2.2 Legado olímpico em perspectiva

Os megaeventos esportivos são eventos de caráter extraordinário, com grande escala em diferentes setores da sociedade, e que envolvem um alto número de participantes de diferentes nações. Em geral, necessitam de um longo tempo para organizá-los, apesar do curto período dedicado à execução em si, sendo amplamente divulgados pela mídia e capazes de concentrar milhares de espectadores em todo o mundo. A abrangência global de um acontecimento desse porte contribui para o avançado nível de complexidade de sua composição, que compreende a mobilização de organizações públicas e privadas, governamentais ou não-governamentais, nacionais e internacionais. Eles envolvem altos investimentos de recursos em infraestrutura, o que acarreta em diferentes tipos de impactos sociais, ambientais, esportivos e urbanísticos para a cidade-sede e para o país anfitrião. São considerados marcadores de tempo, história e progresso (ROCHE, 2000).

As consequências herdadas pelos contextos locais dos megaeventos tendem a se conectar com seu caráter espetacular e dramático, capazes de seduzir as massas e receber reconhecimento internacional. Bourdieu (1997) acreditava que, no jogo esportivo, o atleta campeão é apenas um sujeito aparente inserido em um espetáculo produzido de certa forma duas vezes: a primeira vez pelo conjunto de atletas, treinadores, organizadores, equipe técnica e demais atores, e uma segunda vez por todos aqueles que produzem a reprodução de imagens em discursos desse espetáculo.

Neste contexto, a evolução dinâmica das tecnologias e dos meios de comunicação tornou viável o aparecimento do fenômeno da audiência em campo planetário, amplificando ainda mais as oportunidades de impacto e utilização destes eventos esportivos para além de qualquer outro. Atrelado a isso, a transmissão internacional, que reúne bilhões de espectadores e fãs ao redor dos continentes, possibilitou a criação da exploração de marcas, patrocínios e direitos de imagem, dando margem para que os anfitriões de cada edição dos Jogos passem a ser vistos como foco central da opinião pública, pelo menos naquele período de tempo (CAETANO, 2015).

Os Jogos Olímpicos da era moderna acontecem desde 1896, ou seja, há 125 anos as nações se encontram, de quatro em quatro anos, com raras exceções, para as disputas esportivas e com isso criou-se uma tradição em torno do evento, que se tornou um exemplo clássico de megaevento esportivo. Sua história é indissociável ao seu criador, Pierre de Coubertin, que tinha a ideia de institucionalizar uma concepção de práticas de atividades físicas que transformavam o esporte em um empreendimento educativo, moral e social,

destinado a produzir reflexos no plano dos indivíduos, das sociedades e das nações. “A ideia inicial, e que posteriormente foi perpetuada, era da celebração de uma competição de caráter internacional, com realização quadrienal, cujos participantes estariam vinculados a representações nacionais” (RUBIO, 2009).

As questões que envolvem o legado e suas nuances ocupam lugar central no debate sobre os megaeventos esportivos. Avaliar, debater e considerar as heranças obtidas pelas cidades ou países anfitriões é pertinente e se faz presente em diferentes corpos sociais. Com o alto potencial de impacto característico de uma Olimpíada, aliado ao elevado investimento financeiro, midiático e humano, o legado, muitas vezes, aparece como mais importante do que a execução em si. Para Raeder (2010), o legado pode ser visto como um conjunto de bens materiais e imateriais, que se conformam como permanências espaciais no tecido urbano decorrentes das ações empreendidas por conta da implementação de um megaevento. Ele acredita que:

São considerados bens materiais que constituem o legado: as instalações esportivas, as estruturas de transporte, a vila dos atletas, e tanto os demais elementos (de lazer, de turismo, de comunicação, de segurança etc) que tenham sido incorporados à paisagem da cidade sede, como os recursos financeiros auferidos com o aumento da circulação de capital ocorrido a partir do encerramento do evento. E por bens imateriais deve-se considerar: a capacitação técnica dos profissionais envolvidos na organização do evento, o estímulo à prática esportiva, a produção de conhecimentos associados direta ou indiretamente à implementação do evento, as mudanças na imagem urbana a partir da publicidade realizada (capital simbólico), as alterações na percepção dos cidadãos sobre a própria cidade, o fortalecimento de redes da sociedade civil, a conformação de identidades territoriais etc. (RAEDER, 2010, p.72).

Os chamados beneficiários primordiais dos legados planejados são, em geral, aqueles cujas vozes e opiniões se fazem representadas no decorrer do processo de preparação para a candidatura inicial. Os privilégios e regalias para os atores que controlam o fluxo de capital associados ao evento podem ser vastos e perceptíveis, ao passo que, para a população socialmente excluída e vulnerável, e para aqueles que não acessam os recursos, os benefícios são raros, apesar da ampla divulgação na narrativa promocional usualmente escolhida para dar suporte à candidatura daquela localidade para sediar o megaevento esportivo (COAKLEY; SOUZA, 2013).

Em uma apreciação mais aprofundada sobre os tipos de legado existentes, é possível identificar formas em que eles podem ser verificados, por vezes sobrepostos, compreendendo algum panorama de melhoria em termos gerais para o país ou para a cidade-sede. Conforme os estudos de Toledo, Grix e Bega, (2015), são cinco os tipos de legados de um megaevento esportivo, que englobam inspiração das massas, crescimento econômico, concepção de uma

sensação de bem-estar, reorganização urbana e perceptibilidade internacional. Segundo os autores:

- (i). Megaeventos esportivos podem inspirar as massas, incluindo os jovens, a praticar esporte ou outra forma de atividade física, de modo a aprimorar a saúde;
- (ii). Esses eventos são economicamente lucrativos, trazendo oportunidades para, entre outros aspectos, incrementar o turismo no país/cidade-sede;
- (iii). Megaeventos esportivos engendram um “fator de bem-estar” entre os cidadãos, de forma a produzir efeitos para o bem-estar geral da população no país em que o evento se realiza;
- (iv). A organização dos megaeventos acelera muito da regeneração urbana demandada pela cidade-sede, aprimorando a sociedade e “incluindo as cidades no mapa”;
- (v). Megaeventos esportivos trazem benefícios para a imagem do país, uma vez que a exposição internacional gera um incremento do prestígio internacional, ou seja, alteram positivamente o modo como o país/cidade-sede e sua população são vistos por outros Estados ou pelo público estrangeiro (TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015).

Ao adentrar no campo específico do legado esportivo, alguns questionamentos devem ser considerados primordiais no planejamento, na execução e no debate presente na sociedade. Se faz necessário entender temas como a utilização das estruturas esportivas após a realização do megaevento, o suporte basilar que os usuários precisam para otimizar a utilização, os responsáveis pela manutenção das estruturas, o grau dos recursos destinados ao seu uso e a influência de todo esse contexto na vida esportiva daquela localidade, considerando os esportes de alto rendimento, de participação, de lazer e educacional.

Entre os estudos acadêmicos de ordem empírica acerca do tema, o primeiro deles foi registrado em 1994, por Hindson, Gidlow e Peebles. Os autores elaboraram uma pesquisa que indagava o pressuposto de que a participação e/ou sucesso em grandes eventos esportivos gera um resultado denominado de “trickle-down effect” (efeito cascata). “Em outras palavras, eles investigaram se a participação ou sucesso em grandes eventos é capaz de inspirar associações, técnicos e administradores esportivos a promover mais envolvimento com o esporte recreativo e local, já que promessas em relação a este tipo de efeito têm justificado altos investimentos no esporte de alto rendimento” (SOUZA, PAPPOUS, 2013).

Ao final da pesquisa, eles concluíram que grande parte dos clubes não aprimora o momento do megaevento para promover atividades relacionadas ao esporte e que o engajamento da sociedade em atividades esportivas raramente aumenta após a realização de uma edição dos Jogos Olímpicos. Além disso, advertiram que, ao contrário do senso comum, o exemplo dos grandes heróis esportivos pode criar uma certa resistência em relação ao envolvimento direto nessas atividades, ao invés de imprimir sentimentos de inspiração, por conta de uma grande lacuna entre a excelência esportiva e o que pessoas comuns se sentem

capazes de realizar.

Ainda nessa linha de pensamento, a indagação que surge passa pelo contexto da construção e manutenção de equipamentos esportivos - a partir de uma perspectiva de legado de um megaevento como os Jogos Olímpicos - e a autêntica oferta de esportes para todas as camadas da população, incluindo aquelas que historicamente não acessam as políticas dessa área. Com base de literatura e nas práticas pregressas, é possível sugerir algumas recomendações para construção de legados esportivos positivos em decorrência da realização de uma Olimpíada, explicitadas a seguir.

Em síntese: a) o planejamento dos legados deve estar alinhado com estratégias de desenvolvimento mais amplas da cidade ou país sede; b) é primordial que o plano de legado leve em conta os interesses das comunidades e dos atores locais, incluindo indicadores e metas a longo prazo para essa população; c) no campo da gestão, o planejamento deve garantir as coordenadas para a construção coletiva dos legados previstos; d) os equipamentos esportivos construídos ou reformados precisam ser acessíveis para a população local; e) a cobertura midiática, incentivada pelos governos e organizações esportivas, deve ser otimizada em busca da disseminação do esporte e da atividade física no país; f) é necessário ser cauteloso com estratégias de marketing do esporte por meio de imagens que mostram desempenhos de atletas em alto nível, levando em consideração que o indivíduo comum não consegue realizar algo semelhante, e pode ser inibido e desestimulado a praticar atividades; g) o momento de preparação de um megaevento deve motivar a produção e a difusão de conhecimentos acerca da atividade física, do esporte, da ciência e tecnologia dessa área; h) é importante usufruir do momento para divulgar os valores olímpicos do esporte relacionados ao desenvolvimento humano e social (SOUZA, PAPPOUS, 2013).

Diante das referências bibliográficas apresentadas e como construção de base para as análises subsequentes, faz-se necessário a partir de agora, de acordo com metodologia escolhida para este trabalho, estudar os resultados e legados esportivos de quatro outras cidades-sede: Barcelona (1992), Atenas (2004) e Pequim (2008) e Londres (2012). A seleção das edições pesquisadas se deu por dois critérios básicos, sendo as três edições anteriores à do Rio de Janeiro, em 2016, objeto central dessa pesquisa, e o caso mais emblemático e representativo de construção de legado olímpico (1992).

2.3 Barcelona, 1992: entre a experiência global e a realidade local

A cidade de Barcelona, capital da comunidade autônoma da Catalunha, no Reino Unido da Espanha, foi palco da vigésima quinta edição dos Jogos Olímpicos, ocorrida entre 25 de julho e 9 de agosto de 1992. A primeira Olimpíada a reunir todos os Comitês Olímpicos Nacionais desde 1972 totalizou 169 nações e 9356 atletas, em 28 modalidades que distribuíram 821 medalhas. Com as transformações geopolíticas da época, a então União Soviética reuniu doze territórios para formar uma única equipe, intitulada de Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Este coletivo ficou em primeiro lugar no quadro de medalhas, com 112 no total, seguidos, mais uma vez, pelos Estados Unidos, que somaram 108. O Brasil ficou na vigésima quinta colocação, conquistando 3 medalhas (duas de ouro e uma de prata). A edição também marcou a volta da África do Sul ao cenário de competições internacionais após 32 anos de punição por conta do Apartheid.

O contexto histórico apresentava um país em pleno processo de redemocratização no decorrer dos anos 1980, após décadas de ditadura franquista; e que vivia um momento econômico favorável, muito por conta de sua recente entrada no bloco europeu. O panorama local revelava uma cidade vivenciando sua autoafirmação metropolitana, com fortes pretensões de projeção nacional, e ao mesmo tempo guardando raízes catalãs e mediterrâneas. Em termos globais, o colapso do socialismo e a ascensão do estado de bem-estar social, com o avanço de governos neoliberais em países como os EUA, com Ronald Reagan; e o Reino Unido, com Margareth Thatcher, sinalizava uma nova era de recuo de políticas de interesse social em prol do mercado e da economia. Na esfera esportiva, O COI, presidido por Juan Antonio Samaranch; assim como a FIFA, comandada por João Havelange, protagonizaram uma profunda reestruturação em suas gestões, sobretudo financeiras, mormente no que se refere ao marketing esportivo e negociações de direitos de transmissão dos eventos.

Foram quase sete décadas de espera para, enfim, sediar os Jogos Olímpicos de 1992. Em 1924, Pierre de Frédy, o Barão de Coubertin, prometeu que a cidade abrigaria o evento, porém, a escolhida foi Paris. Doze anos depois, em 1936, os jogos iriam novamente para Barcelona, mas os conflitos internos da Guerra Civil Espanhola protelaram sua realização. Em 1986, quando a cidade conquistou o direito de sediar o megaevento esportivo, já funcionava há quatro anos uma equipe multidisciplinar de profissionais para pensar os futuros espaços olímpicos (TRUÑO, 1996).

Os responsáveis pela implementação do projeto vislumbravam um plano estratégico para colocar em prática as intervenções urbanísticas previstas no Plano Metropolitano Geral,

que alvitrava a redução das desigualdades sociais e espaciais, a criação de novos centros periféricos (ampliando, assim, o conceito de descentralização urbana) e a valorização do espaço público. Entretanto, com a pressão financeira e a onda neoliberal que se alastrava pela Europa, a perspectiva da realização dos Jogos modificou gradualmente a gestão das políticas públicas urbanas, que se tornaram menos democráticas, ampliando as ações de projeções globais, em busca de atrair investimentos, capitais e turistas. As entrelinhas contraditórias do projeto olímpico anunciavam uma cidade remodelada para ser consumida pelo mundo (BRITO, 2010).

Os Jogos Olímpicos de Barcelona estabeleceram um passo adiante para a cidade em aspectos muito diversificados, mas também, e muito particularmente, para as modalidades esportivas. As consequências dos Jogos são visíveis na transformação urbana da cidade e nas instalações esportivas, além de impactarem em aspectos não materiais, não visíveis diretamente, e que são tão importantes como os outros: o legado de conhecimentos adquiridos e as novas atitudes da população em direção à prática esportiva (TRUÑO, 1996).

De fato, a 25ª edição dos Jogos, em 1992, é considerada emblemática em pesquisas e estudos acadêmicos acerca do tema. Segundo Proni, Araujo e Amorim (2008), um exemplo claro do impacto positivo de uma Olimpíada é dado pela cidade de Barcelona, na Espanha. A imagem e a pujança econômica, que hoje se veem, seriam improváveis sem os Jogos Olímpicos de 1992. Ali, os investimentos em infraestrutura, a remodelação urbana, as ações de marketing e a resposta dos investidores e dos habitantes explicam, em grande medida, o renascimento de toda a região de Barcelona que, na década de 1980, vivia um processo de estagnação. Desde então, muitas metrópoles de grande porte têm se candidatado a poder desfrutar desse privilégio. Os autores ainda destacam que:

Os principais programas desenvolvidos pela COOB'92 (e seus respectivos gastos) foram: a) instalações e preparação das instalações (45,866 bilhões de pesetas); b) serviços à família olímpica (37,023 bilhões); c) telecomunicações e eletrônica (24,791 bilhões); d) concursos (14,045 bilhões); e) gestão comercial (10,681 bilhões); f) cerimônias e atos culturais (9,053 bilhões); g) imagem (7,937 bilhões); e h) segurança (4,671 bilhões) (PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2008, p.18).

Um dos pontos mais chamativos aos olhos da sociedade foi o reencontro de Barcelona com o mar. Esta herança é comumente detectada por especialistas, pesquisadores, moradores e turistas. Antes da realização dos Jogos, a descuidada região portuária da cidade exteriorizava um esquecimento público, ao exhibir grandes construções com pouco interesse social, principalmente linhas de trem que impediam o acesso ao litoral, ou seja, às praias, que na época ainda eram poluídas e impróprias para o lazer. Com a incorporação de mais quatro

quilômetros à sua área litorânea, e o incentivo ao deslocamento de fábricas e indústrias que ali se alocavam, a região ganhou um aspecto urbano e ao mesmo tempo natural, com o estímulo à utilização do espaço público e o aumento da sensação de pertencimento àquela localidade. A cidade virou-se de frente para o mar (TRUÑÓ, 1996).

A Vila Olímpica do Plonobeu, conforme apontou Mascarenhas (2013), construída em uma antiga área industrial chamada Icària, em memória aos antigos socialistas utópicos, indica outro ponto que requer destaque. Em sua concepção inicial, o projeto englobava dois objetivos centrais que guiavam o planejamento: satisfazer as necessidades de alojamento dos atletas que iriam competir e modernizar aquele setor da cidade. O processo de instalação e operação consideraram, simultaneamente, a recuperação da frente costeira para toda a cidade e a criação dos grandes espaços de lazer do Porto Olímpico. Atualmente, o local apresenta um vasto cardápio de atividades de lazer, turismo e boemia, além de abrigar equipamentos significativos, como a Universidade Pompeu Fabra e o edifício Dipòsit de lesAigües, que anteriormente alimentavam a fonte do parque Ciutadella. De acordo com o autor:

O caso mais emblemático da influência de uma olimpíada nos rumos de uma cidade foi o caso de Barcelona. Os jogos trouxeram fortes impactos urbanos na cidade catalã com a retórica de ressurgimento urbano e da renovação de áreas consideradas abandonadas. As olimpíadas são, assim, consideradas como uma enorme oportunidade para dinamizar as cidades e estimular o crescimento econômico (MASCARENHAS, 2013, p. 321)

Outra linha de abordagem carrega um olhar não tão positivo com relação ao projeto da Vila Olímpica. Os empreendimentos urbanos de larga escala, como neste caso, são considerados altamente especulativos e destrutivos, o que acarreta na transformação de bairros da classe trabalhadora e industrial em centros financeiros e de entretenimento. Este enfoque expõe a destruição da estrutura social e dos laços sentimentais que existiam nessas áreas, além da extinção do patrimônio arquitetônico e do desalojamento de pequenos negócios devido às pressões da concorrência econômica (DELGADO, 2007).

A estruturação de condomínios privados representou uma espécie de privatização do espaço, ratificando práticas normalmente conhecidas durante o período da ditadura espanhola e criando um tipo de máquina de crescimento descontrolado patrocinada pelo turismo e pela especulação imobiliária. Para Delgado (2007), as vítimas se acumularam nos setores mais vulneráveis da população, especialmente os idosos, resultando em um infinito de pequenas tragédias individuais ou familiares que afetavam pessoas que não se uniram aos "novos tempos" para a área.

Dado o modelo de Barcelona, muitos projetos tinham de ser cumpridos e muitos mais tinham de ser geridos, a maioria dos quais não foram diretamente necessários para os Jogos em si. Este foi precisamente um dos principais impactos: deixar como legado dos Jogos Olímpicos o maior número de investimentos totalmente úteis. Do total de investimentos, 32,7% dos projetos foram promovidos pela iniciativa privada. De 1986 a 1993, os investimentos advindos do setor privado chegaram a 313 bilhões de pesetas. Desse total, mais de 1/3 veio de capital estrangeiro. O investimento público chegou a 643,6 bilhões de pesetas. Ele representou 67,3% do total das atividades. Numa classificação por níveis governamentais, o Estado espanhol contribuiu com 193,6 bilhões, dos quais 78 bilhões foram canalizados através da Holsa. Empresas sob o controle da administração central efetuaram 20,3% do total de investimento “público”. Desta forma, uma boa parte do investimento “público” em Barcelona (1992) foi feita por empresas que, apesar de serem de propriedade do Estado, operavam de acordo com os critérios do mercado (PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2008).

Após as considerações acerca das transformações urbanas e mudanças sociais dos Jogos Olímpicos de 1992, o questionamento emergente traz à luz o ponto central desta pesquisa. Afinal, qual foi o legado esportivo para a cidade de Barcelona e para a Espanha como um todo? Quais foram os planejamentos e ações colocadas em prática pelo comitê organizador e órgãos públicos responsáveis? Como a população local usufruiu dos equipamentos? Em seu plano inicial, Barcelona’92 apresentava o legado esportivo dividido em alguns pontos: melhoria do sistema esportivo da cidade, melhoria dos equipamentos e instalações escolares, aumento da participação esportiva, experiência em gestão de instalações e estratégia de eventos esportivos.

Os equipamentos esportivos da cidade seguiram um modelo descentralizado, situando as instalações em áreas mais convenientes, com capacidade adequada para uso pós-olímpico. Foram quatro espaços chamados de áreas olímpicas, quinze novos espaços permanentes e vinte e oito espaços já existentes renovados. Se por um lado diversos equipamentos esportivos foram e ainda são utilizados pela cidade, um exemplo clássico vai na contramão desse sucesso. O Estádio Olímpico Lluís Companys, originalmente construído para a Exposição Internacional de Barcelona de 1929, foi reconstruído em 1989 para os Jogos Olímpicos de 1992. No entanto, para receber a cerimônia de abertura, encerramento e competições de atletismo, o local foi submetido a uma profunda e custosa transformação, aumentando sua capacidade para 65.000 pessoas. Por alguns anos, o clube de futebol Espanyol, de cidade de Barcelona, utilizou as estruturas do estádio para receber seus jogos pelos campeonatos nacionais e internacionais. Em 2009, com a construção de sua nova casa, o clube abandonou o

estádio e isso refletiu em questões referentes ao legado. Desde então, essa robusta instalação esportiva não recebe mais jogos oficiais, contando apenas com alguns shows e apresentações raras, além da visita de poucos turistas, que na maioria das vezes optam por visitar o Camp Nou, famoso estádio do Barcelona (BENACH, 1993)

Outro elemento anunciado como herança esportiva do megaevento para a população foi a melhoria do sistema esportivo das escolas públicas da cidade. A ideia era contribuir para o aperfeiçoamento das condições de promoção de atividades esportivas voltadas para os jovens, estendendo, conseqüentemente, o aumento em sua participação. Para Truño (1996), “se pretendia, de um lado, melhorar a situação objetiva da educação física e das instalações esportivas nas escolas públicas da cidade, e de outro, criar um projeto de disseminação a favor do esporte e do olimpismo”. O plano colocado em prática reciclou 230 professores atuantes em escolas públicas, com cursos que duravam até dois anos, além de investimento de cerca de 700 milhões de pesos em instalações no âmbito das escolas e de 15 milhões de pesos em materiais e equipamentos esportivos.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Esportivos da Universidade Autônoma de Barcelona¹ sobre o uso subsequente das instalações olímpicas relata que boa parte das lideranças acredita que a realização dos Jogos ajudou a melhorar a qualidade das instalações e a oferta de esporte local, o que contribuiu para ampliar a disseminação sobre os benefícios da prática de atividades de esporte e lazer. A percepção e a assimilação da sociedade, entre todas as faixas-etárias, mostra que a população compreende que a atividade física e o esporte são vantagens para se obter qualidade de vida associada à saúde. O número de pessoas aderindo a algum esporte, pelo menos uma vez por semana, era de 36% em 1983, aumentando para 47% em 1989, e chegando em 51%, em 1995, dois anos após a realização dos Jogos. Em 1994, mais de 300.000 pessoas utilizaram constantemente os equipamentos esportivos instalados nas ruas da cidade (que hoje são mais de 3.000 em diversas regiões da cidade).

A estratégia para receber eventos esportivos de grande porte também foi priorizada no plano de legado da cidade. A partir de 2002, o programa Barcelona Sports² teve como função promover e estabelecer o posicionamento de Barcelona como cidade esportiva para todo o mundo, com um ambicioso plano de marketing e comunicação. O atual Plano Estratégico de Esportes de Barcelona 2012-2022 insere a recepção de eventos esportivos como parte de sua

¹LE CENTRE D'ÉTUDES OLYMPIQUES. **Sport et société active**. Suíça, 2021. Disponível em: <https://www.olympic.org/fr/centre-etudes-olympiques>. Acesso em: 05 abr. 2021.

²SPORTS BUSINESS INSTITUTE (SBI). Introdução. Espanha, 2021. Disponível em: [https://www.masterstudies.com.br/universidades/Espanha/Sports-Business-Institute-\(SBI\)/](https://www.masterstudies.com.br/universidades/Espanha/Sports-Business-Institute-(SBI)/). Acesso em: 05 abr. 2021.

metodologia central em busca de um estabelecimento internacional da cidade. Atualmente, a Câmara Municipal de Barcelona aplica cifras expressivas do orçamento público para acolher e organizar esse tipo de evento, assegurando as instalações e serviços públicos de qualidade para a realização de eventos, como Corrida Mundial de Barcelona, a Maratona de Zurique de Barcelona ou a Fórmula 1 (ANDRADE; RUSCHEL, 2017).

Além dos fatores apresentando, é importante ressaltar que a realização dos Jogos permitiu um desenvolvimento mais profundo na Espanha, que ganhou mais destaque em algumas modalidades esportivas que antes não eram tão disseminadas. Apesar de uma improvável relação direta e com comprovação científica, exemplos como o da liga espanhola de basquete, umas das mais prestigiadas da Europa e do mundo, e do crescimento abissal do futebol, que dos anos 90 até os dias atuais se transformou no destino dos maiores craques do futebol europeu, refletem os investimentos supracitados.

Em uma análise comparativa das conquistas olímpicas espanholas nas edições antes e depois de Barcelona 92 é possível identificar um crescimento do número total de medalhas nas modalidades esportivas disputadas pelos atletas. Em Moscou, 1980, o país faturou seis medalhas; em Los Angeles, 1984, foram cinco pódios; enquanto em Seul, 1988, apenas quatro atletas foram premiados. Em 1992, quando o país foi anfitrião - e por isso disputou todas as modalidades com pelo menos um representante sem necessidade de classificações prévias - foram vinte e duas medalhas no total, sendo treze de ouro, sete de prata e duas de bronze, colocando a Espanha na sexta colocação no quadro geral. As edições subsequentes refletem uma esperada queda com relação a 1992, porém, inserem a Espanha em um novo patamar do esporte olímpico mundial. Em Atlanta, 1996, foram dezessete medalhas; em Sydney, 2000, onze conquistas somadas; enquanto em Atenas, 2004, a Espanha granjeou dezenove medalhas.

Quadro 1 - Desempenho da Espanha antes e depois de sediar os Jogos Olímpicos de 1992

Edição dos Jogos Olímpicos	Medalhas de Ouro	Medalhas de Prata	Medalhas de Bronze	Total de Medalhas
1980 Moscou	1	3	2	6
1984 Los Angeles	1	2	2	5
1988 Seul	1	1	2	4

1992 Barcelona	13	7	2	22
1996 Atlanta	5	6	6	17
2000 Sydney	3	3	5	11
2004 Atenas	3	11	5	19
2008 Pequim	5	10	3	18

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 2 - Quadro de medalhas: Jogos Olímpicos Barcelona 1992

Ordem	País	Medalhas de Ouro	Medalhas de Prata	Medalhas de Bronze	Total de Medalhas
1	Equipa Unificada	45	38	29	112
2	Estados Unidos	37	34	37	108
3	Alemanha	33	21	28	82
4	China	16	22	16	54
5	Cuba	14	6	11	31
6	Espanha	13	7	2	22
7	Coreia do Sul	12	5	12	29
8	Hungria	11	12	7	30
9	França	8	5	16	29
10	Austrália	7	9	11	27
11	Canadá	7	4	7	18
12	Itália	6	5	8	19
13	Grã-Bretanha	5	3	12	20

14	Romênia	4	6	8	18
15	Checoslováquia	4	2	1	7
16	Coreia do Norte	4		5	9
17	Japão	3	8	11	22
18	Bulgária	3	7	6	16
19	Polônia	3	6	10	19
20	Países Baixos	2	6	7	15
21	Quênia	2	4	2	8
22	Noruega	2	4	1	7
23	Turquia	2	2	2	6
24	Indonésia	2	2	1	5
25	Brasil	2	1		3

Fonte: elaborado pelo autor.

2.4 Atenas, 2004: as cicatrizes olímpicas sufocam o país

A cidade de Atenas, capital e maior cidade da Grécia, recebeu a vigésima oitava edição dos Jogos Olímpicos, que ocorreram entre os dias 13 e 29 de agosto de 2004, sendo a segunda edição ocorrida no país, 108 anos após a primeira, em 1896. Durante o período dos jogos, 10.635 atletas competiram nos 301 eventos esportivos, entre as 28 modalidades disponíveis, representando as 201 nações participantes. Os Estados Unidos ficaram em primeiro lugar no quadro geral de medalhas, com 101 no total, sendo 36 de ouro; seguidos pela China, com 63 no total e 32 de ouro; e pela Rússia, que somou 90 medalhas no total e 28 de ouro. A Grécia, país-sede dessa edição dos Jogos, ficou na 15ª posição ao conquistar seis medalhas de ouro e 16 no total, enquanto o Brasil teve um desempenho acima da média histórica, ocupando o 16º lugar, com cinco medalhas de ouro, duas de prata e três de bronze (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2021).

Posteriormente a um período de dúvidas e desconfiças em relação à competência da Grécia para planejar e executar os Jogos, prontamente causadas pelo atraso em algumas obras

de construção e de reforma dos locais de competição, Atenas contou, de fato, com uma grande popularidade esportiva e da população global. De acordo com Mesquita (2008), o primeiro recorde dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 foi registrado no número de Comitês Olímpicos Nacionais representados: 201. A cobertura da televisão contabilizou uma audiência de 3,9 bilhões de pessoas, ratificando o elevado grau de importância destinado pela população mundial ao esporte olímpico.

O contexto histórico da época apresentava uma Atenas que buscava marcar o coroamento de uma nova era iniciada há mais de um quarto de século. Para Burgel (2004):

O retorno a uma democracia reforçada, a vinculação à Europa política, a consciência da responsabilidade internacional assumida no Mediterrâneo oriental, nos Bálcãs e no vasto mundo através da marinha grega, confirmam Atenas em seu destino de “cidade global”. Ao mesmo tempo, emergem preocupações novas e insólitas na bacia do Ático, de proteção do meio ambiente, de desenvolvimento sustentável, de conservação do patrimônio, ao menos daquilo que dele ainda resta. Em grande medida, os Jogos identificam-se a pensamentos inovadores e sua preparação tornou-se um acelerador de sua materialização (BURGEL, 2004, p.08).

Em termos globais, o mundo assistia a mais um avanço da chamada onda conservadora nos Estados Unidos, impulsionada pelo clima gerado a partir de 11 de setembro de 2001, principalmente após a reeleição de George Bush como presidente da maior economia do mundo. A Europa vivia um clima de medo e terror após a ocorrência dos atentados ao metrô de Madrid, capital da Espanha, que mataram 193 pessoas e feriram outras 2.050, e foram dirigidos, segundo a investigação oficial, uma célula terrorista inspirada na al-Qaeda.

No Brasil, dois anos após Lula assumir o posto da presidência da república, a economia ainda era considerada estável, com o crescimento do PIB, o encolhimento dos níveis históricos de produção da indústria e do campo. Simultaneamente ao crescimento econômico, as primeiras crises já assolavam o governo brasileiro, especialmente no que se refere ao ex-ministro José Dirceu, flagrado extorquindo o empresário Augusto Ramos para obter fundos para a campanha eleitoral do partido; e ao pedido de expulsão do jornalista Larry Rohter, correspondente do New York Times, que escreveu, em reportagem, que o presidente Lula tinha problemas com o álcool.

Atenas foi escolhida, em 1997, como cidade-sede dos Jogos Olímpicos que iriam ocorrer sete anos depois. Os 25 votos de diferença para a segunda cidade mais votada da última rodada do escrutínio (Atenas teve 66 votos e Roma 41, além da Cidade do Cabo, Buenos Aires e Estocolmo, outras cidades disputantes) demonstrou que os Membros do Comitê Olímpico Internacional (COI) reconheceram o momento adequado para a volta desse

megaevento esportivo para a sede da primeira edição dos Jogos da Era Moderna (BURGEL, 2004).

Conforme os estudos de Burgel (2004), o anúncio, em setembro de 1997, da escolha de Atenas como sede das Olimpíadas de 2004 confortou a capital grega em seu destino contemporâneo, dividida entre o enraizamento do mito (a Acrópole, o Parthenon), o intercâmbio mundializado de um país novo e uma cidade que há muito adotara ares latino-americanos. Desde sua refundação em 1830 na nova Grécia liberta do jugo otomano, Atenas, com efeito, nunca deixou de reivindicar seu apego à Antiguidade, a seus valores estéticos e monumentais, sua criação da democracia e da constituição urbanas e sua aspiração à modernidade, nas virtudes da internacionalização das sociedades, de reestruturação contínua das construções, para não falar do caos urbanístico instaurado em sua espontaneidade criadora.

Ainda segundo o autor:

Como de hábito, se a organização dos Jogos Olímpicos mobilizou toda a atenção do Estado e da opinião pública durante vários anos, e se as agitações dos preparativos perturbaram dia e noite toda a vida da capital por meses, as obras diretamente ligadas ao evento pareciam extraordinariamente limitadas em número e extensão. Mas, desde a origem, as autoridades insistiram no esperado efeito de “alavanca” sobre o conjunto dos problemas urbanos. Kostas Liaskas, vice-presidente da Comissão Organizadora dos Jogos Olímpicos e presidente da Câmara Técnica da Grécia, declarava com grandiloquência em 1997: “Todas as obras, as ações e consequências que prevemos deveriam ter sido consideradas pelo Estado há décadas. A organização dos Jogos dá ocasião a um despertar de Atenas em muitos domínios e a um novo enfrentamento dos problemas da cidade no quadro da região metropolitana (BURGEL, 2004, p. 16)

Sobre a expectativa gerada pela escolha da cidade, Mesquita (2008) expõe que a presidenta do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de 2004 (ATHOC), Angelopoulos-Daskalaki, declarou poucos meses antes do megaevento esportivo que “os olhos do mundo estarão voltados para Atenas no próximo mês de agosto. Esse fato será uma consequência de muitos anos de trabalho duro por parte do anfitrião dos Jogos Olímpicos”. A declaração contribui para ratificar a responsabilidade que a magnitude desse megaevento provoca em diferentes setores da sociedade.

Os custos da organização dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004, segundo Preuss (2004), foram de 15 bilhões de euros, sendo que dessa quantia cerca de 11,01 bilhões de euros financiados com recursos públicos por intermédio do governo. O valor elevado superou significativamente o orçamento inicial de 6 bilhões de dólares e demonstrou a ineficiência de gestão orçamentária dos organizadores. Como o governo foi responsável pela maior parte do

pagamento dos custos, outras cidades da Grécia inevitavelmente questionaram o destino dos valores investidos para a viabilização das Olimpíadas.

Determinados locais escolhidos para as competições carregavam uma carga histórica bastante significativa: o estádio da cidade de Olímpia em que foram disputados os Jogos na Antiguidade recebeu as provas de arremesso de peso; a cidade de Maratona recebeu a largada das provas que levam o nome da cidade e os atletas repetiram o trajeto feito pelo herói grego Fidípides cerca de 2.500 anos antes; a chegada das provas e as competições de tiro com arco ocorreram no Estádio Panathinaiko, palco central dos Jogos de 1896 (PREUSS, 2004).

Ao observar o legado dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004, com base na literatura disponível e nas análises realizadas principalmente pela mídia internacional, é possível compreender que o planejamento e a execução do megaevento não levaram em conta aspectos básicos de infraestrutura, urbanismo e esportivo, como marcadamente ocorreu em Barcelona (1992).

Uma parte significativa das instalações está totalmente abandonada, mesmo que a população ainda consiga usufruir de linhas de trens e avenidas projetadas para o evento. Em 2011, o jornal brasileiro Estado de São Paulo enviou uma equipe para Atenas com o objetivo de investigar o funcionamento do legado sete anos depois do encerramento dos jogos. Segundo a reportagem³, dos 32 locais de provas, 18 foram construídos especialmente para a Olimpíada, enquanto outras 12 foram renovadas, erguendo apenas duas instalações temporárias.

A matéria, originalmente publicada pelo jornalista Jamil Chade, apurou que após os Jogos, inúmeras instalações olímpicas não obtiveram compradores, enquanto outras passaram a ser usadas para casamentos e outros eventos de pequeno porte. Um exemplo é o Complexo Helliniko, com seis diferentes instalações, como softbol, canoagem e hóquei sobre grama, e todas abandonadas na ocasião. Outro retrato de um legado fracassado é parte da Vila dos Atletas. O local tem casas populares, mas, em sua entrada, o conjunto de prédios que servia de centro de credenciamento e gerenciamento do local está desacolhido e demonstra sinais de destruição. A antiga piscina dos atletas na Vila também estava cheia de lixo, conforme relato dos jornalistas. Um morador confirmou à reportagem que há anos não aparecia ninguém para limpar a instalação que acumula lodo e doenças. Mesmo no centro aquático onde o nadador norte-americano Michael Phelps começou a conquistar suas medalhas olímpicas, os sinais do

³CHADE, Jamil. Esporte em ruínas após Atenas 2004. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 1-5, out.2011. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,esporte-em-ruinas-apos-atenas-2004-imp-780216>. Acesso em: 05 abr. 2021.

abandono eram visíveis. Nas arquibancadas do complexo, as mesas usadas pela imprensa, centenas de assentos foram arrancados e apodreceram, incluindo a logomarca oficial dos Jogos. Distante daquele local, à beira de um mar cinematográfico, estão as ruínas do estádio criado para as provas do vôlei de praia. Oficialmente, a área está fechada e uma grade de arame farpado "protege" suas ruínas, enquanto na parte de dentro o cenário é de abandono, que em nada lembra a festa das partidas da modalidade (CHADE, 2011).

Ainda sobre os equipamentos esportivos e sua relação com o legado dos Jogos, o Estádio Olímpico de Atenas, também conhecido como Estádio Spiridon "Spiros" Louis, em homenagem a Spiridon Louis, primeiro ganhador da maratona em 1896, foi totalmente reformado para o megaevento e custou cerca de R\$340 milhões de euros. Atualmente, é utilizado apenas para alguns jogos de futebol do Panathinaikos e AEK Atenas, e se tornou alvo de críticas da população pela falta de gestão e manutenção, assim como dos demais equipamentos. Segundo Costa et al. (2007):

A explicação deste reajuste aparentemente contraditório com relação à produção de legados planejados por processo em lugar de resultado, concerne à possibilidade de falta de governança – de entidades públicas ou privadas - pós evento que leva ao abandono da infraestrutura e outros meios de suporte do megaevento esportivo. Neste caso, o destaque pertence a Atenas 2004 quando as instalações esportivas foram deixadas sem gestão e manutenção logo após os Jogos, produzindo-se assim prejuízos de grande monta para a cidade e para o país (COSTA et al., 2007, p.247)

Conforme pesquisa divulgada pela Eurostats⁴, área de estatísticas e matemática da União Europeia, a economia da Grécia fechou, em 2004, com um déficit de 7,5% do PIB (no ano anterior, em 2003, o déficit havia sido de 5,6% do PIB), o número mais elevado entre os países do bloco europeu naquela ocasião. A análise ainda mostra que a dívida pública do país subiu para 98,6% do PIB ainda em 2004, ou seja, aproximadamente 50 mil euros para cada família em todo o território nacional; e em 2010, os números ultrapassaram os anteriores e atingiram 144,9% do PIB. Diante de todos esses fatores, são frequentes as relações desenhadas entre os Jogos Olímpicos com a profunda crise grega iniciada em 2008, que gerou desemprego recorde e altos índices de pobreza. O total da dívida do país chegou a 323 bilhões de euros, com 25% de queda no PIB, 52% de jovens desempregados, 45% dos aposentados considerados pobres, 40% das crianças abaixo da linha da pobreza e demissão de 200 mil funcionários públicos.

⁴Greek government deficit at 3.2% of GDP and public debt at 103.0% of GDP. EUROSTAT. **Europeanstatistical: recovery dashboard**. Luxemburgo, 2021. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>. Acesso em: 05 abr. 2021.

O diretor executivo e vice-diretor operacional do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos 2004, Spyros Kapralos, declarou, em nota oficial (KAROLOS, 2012) após a realização dos megaeventos:

Está claro que perdemos nossa chance. O sucesso da Olimpíada de 2004 acabou quando as luzes da cerimônia de encerramento se apagaram, pois nosso país não tinha um plano para capitalizar esse sucesso. O sonho que alavancou a imagem de nosso país por 16 dias se perdeu. Nossa dinâmica se esvaiu como as instalações olímpicas, que se tornaram monumentos mortos. Houve erros e houve excessos na preparação para os Jogos. A verba foi mais que significativa, patrocinadores brotaram. Hoje tudo entrou em colapso. Não há brilho ou esperança para o futuro. A paixão e o compromisso dos esportistas é o que mantém as coisas fluindo (KAROLOS, 2012).

Em uma análise comparativa das conquistas olímpicas gregas nas edições pré e pós Atenas 2004 é possível identificar uma queda considerável no desempenho dos atletas que representam a Grécia. Em Barcelona, 1992, o país conquistou duas medalhas; em Atlanta, 1996, foram oito pódios; enquanto em Sidney, 2000, 13 atletas gregos foram premiados. Em 2004, quando o país foi anfitrião - e por isso disputou todas as modalidades com pelo menos um representante sem necessidade de classificações prévias - foram 16 medalhas no total, sendo seis de ouro, seis de prata e quatro de bronze. As seguintes edições demonstram uma diminuição brusca nas conquistas gregas: em Pequim, 2008, 4 medalhas; Em Londres, apenas duas medalhas e no Rio de Janeiro, em 2016, seis medalhas no total. Além disso, algumas confederações entraram em falência ou são totalmente ineficientes. O polo aquático, por exemplo, desapareceu nos últimos anos, enquanto a ginástica, o levantamento de peso e a vela são outros esportes cujos atletas ficam à míngua e dependem apenas de ajuda de custo irrisória do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Quadro 3 - Desempenho da Grécia antes e depois de sediar os Jogos Olímpicos de 2004

Edição dos Jogos Olímpicos	Medalhas de Ouro	Medalhas de Prata	Medalhas de Bronze	Total de Medalhas
1992 Barcelona	2	0	0	2
1996 Atlanta	4	4	0	8
2000 Sydney	4	6	3	13
2004 Atenas	6	6	4	16

2008 Pequim	0	2	2	4
2012 Londres	0	0	2	2
2016 Brasil	3	1	2	6

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 4 - Quadro de medalhas: Jogos Olímpicos Atenas 2004

Ordem	País	Medalhas de Ouro	Medalhas de Prata	Medalhas de Bronze	Total de Medalhas
1	Estados Unidos	36	39	26	101
2	China	32	17	14	63
3	Rússia	28	26	36	90
4	Austrália	17	16	17	50
5	Japão	16	9	12	37
6	Alemanha	13	16	20	49
7	França	11	9	13	33
8	Itália	10	11	11	32
9	Coreia do Sul	9	12	9	30
10	Grã-Bretanha	9	9	12	30
11	Cuba	9	7	11	27
12	Hungria	8	6	3	17
13	Ucrânia	8	5	9	22
14	Romênia	8	5	6	19
15	Grécia	6	6	4	16
16	Brasil	5	2	3	10
17	Noruega	5		1	6

18	Países Baixos	4	9	9	22
19	Suécia	4	2	1	7
20	Espanha	3	11	6	20
21	Canadá	3	6	3	12
22	Turquia	3	3	5	11
23	Polônia	3	2	5	10
24	Nova Zelândia	3	2		5
25	Tailândia	3	1	4	8

Fonte: elaborado pelo autor.

2.5 Pequim, 2008: uma nova China se apresenta ao mundo

A cidade de Pequim, capital e segunda cidade mais populosa da China, foi sede da vigésima nona edição dos Jogos Olímpicos, que ocorreram entre os dias 08 e 24 de agosto de 2008, com exceção da modalidade futebol, iniciada dois dias antes da abertura oficial. Durante o período de competições, 10.500 atletas disputaram nos 302 eventos esportivos, entre as 28 modalidades disponíveis, representando 204 nações participantes. Os donos da casa conseguiram superar os favoritos e figuraram no primeiro lugar do quadro de medalhas, com 51 de ouro e 100 no total; seguidos pelos Estados Unidos, com 36 de ouro e 110 no total, e pela Rússia, que conquistou o primeiro lugar no podia em 23 modalidades e somou 72 medalhas no total. O Brasil acabou na vigésima segunda posição, piorando sua colocação se comparado à edição anterior dos Jogos, reunindo apenas três medalhas de ouro, quatro de prata e 10 de bronze (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2021).

Proni (2004) enxerga que, para as lideranças da República Popular da China e para a maioria dos chineses, o dia 13 de julho de 2001 (data do anúncio de Beijing como eleita para sediar os Jogos Olímpicos de 2008) foi inesquecível. Naquele ano, a entrada da emergente China na Organização Mundial do Comércio (OMC) tornou a nação mais populosa do planeta um player global. De forma análoga ao que acontecera em 1988, quando a Coreia do Sul abrigou os Jogos Olímpicos e mostrou que estava preparada para integrar a comunidade global, Beijing (2008) teve, por sua vez, a ótima oportunidade de mostrar ao mundo a beleza de sua cultura, a maturidade de suas instituições e a força da economia chinesa.

A partir dos estudos de Mascarenhas (2013), é possível considerar que a China, conciliando poderio econômico com o regime autocrático, engendrando consequentemente um poder quase ilimitado de intervenções no território, reunia condições únicas para promover um evento de incomparável magnitude, como expressão e vitrine de uma “Nova China”, e justamente na capital imperial. Com investimentos na ordem de 34 bilhões de dólares, a cidade edificou impressionantes marcos futurísticos extensamente expostos na mídia internacional.

Em uma visão complementar, Tavares (2011) acredita que os Jogos Olímpicos de Pequim transpareceram características importantes acerca do contexto histórico local daquele momento. Segundo o autor:

Nova potência emergente, a China, é mais uma vez um claro enigma que evoca imagens contraditórias. Tradição e modernidade, capitalismo e dirigismo estatal, tecnologia e produtos baratos, riqueza e pobreza. Sua mais recente ação para estabelecer-se como potência no cenário internacional é sediar a XXIX edição dos Jogos Olímpicos da era moderna. Megaevento contemporâneo de tradição secular e alcance planetário, os Jogos Olímpicos serão para os chineses, o que já foram para japoneses em 1964, coreanos em 1988 e espanhóis em 1992: uma festa de reconhecimento de seu novo status internacional (TAVARES, 2011, p.03).

Os gastos planejados para os Jogos de Pequim não condiziam com a ampla crise vivida pela economia global. O contexto histórico apresentava o que para muitos foi a maior crise desde 1929, causada, principalmente, pela falência do banco Lehman Brothers, o que gerou um efeito dominó nas demais instituições financeiras e acarretou na chamada bolha econômica e imobiliária, afetando milhões de pessoas ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, a esperança dos eleitores foi personificada em Barack Obama, eleito o primeiro presidente negro do país após oito anos do governo republicano de George W. Bush. No Brasil, as cicatrizes do mensalão ainda ardiam no governo. O escândalo, que ganhou visibilidade midiática entre 2005 e 2006, baseava-se na compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, e teve como protagonistas políticos de partidos aliados ao então presidente Lula, como o próprio PT, PPS, PTB, PR, PSB, PRP, PP e MDB.

Entende-se fundamental abordar os Jogos Olímpicos de Pequim, na China, à luz do debate que se coloca aqui sobre a abertura de um país para o mundo numa sociedade em vias de globalização. É bem provável afirmar que toda a preparação para o evento e a realização do mesmo trouxe significativas influências no desenvolvimento dos setores do lazer, turismo, esportes e educação no país. Por outro lado, uma série de inferências podem ser efetuadas sobre o impacto negativo desse megaevento no país, em que pese a subtilização posterior dos grandes (UIVINHA, 2009).

De uma maneira geral, sediar uma edição dos Jogos Olímpicos possibilita o estabelecimento de transfigurações urbanas na cidade-sede por conta dos consideráveis investimentos de fontes públicas e privadas. Em alguns casos, as cidades propõem não somente planos para a realização do evento, mas diretrizes de planejamento com o intuito de redirecionar sua dinâmica urbana. Pequim foi a cidade que mais investiu em infraestrutura, com o objetivo de diminuir o processo de crescimento centralizado (YAMAWAKI, 2017).

Após a eleição para sediar os Jogos Olímpicos de 2008, a China encetou um planejamento acentuado durante os sete anos seguintes, com o objetivo de se adequar aos requisitos do Comitê Olímpico Internacional. Com uma aprofundada pesquisa das boas práticas das edições anteriores, principalmente de Atlanta 1996 e Sidney 2000, o país criou o Beijing Organizing Committee for the Olympic Games (BOCOG), o comitê que centralizava as ações, e iniciou o encargo de criar uma infraestrutura capaz de suportar o tamanho gigantesco do evento. Sobre as instalações de equipamentos esportivos destinados ao evento, Proni (2004) destaca:

A China planejou, em alguns casos com arquitetos estrangeiros, construir o parque olímpico e mais 37 instalações esportivas que abrigariam as competições. No total são 32 instalações em Beijing (19 totalmente novas e 13 reformadas). Além disso, foram construídos 59 centros de treinamento e outros projetos de infraestrutura para os Jogos Paraolímpicos. O estádio olímpico, ou o Ninho do Pássaro, foi a grande obra para Beijing (2008) e, além de ser um arrojado projeto arquitetônico, estará à disposição para futuras competições esportivas (PRONI, 2004, p. 45)

Aproximadamente 1,2 milhões de operários e trabalhadores foram empregados para contribuir com sua força de trabalho na construção de 16 complexos esportivos, entre eles o seu principal, o Ninho do Pássaro, local de abertura e de encerramento dos Jogos. O estádio, que impressiona pelas construções modernas e ousadas, foi idealizado pelo escritório suíço Herzog & De Meuron, e teve sua obra iniciada no final de 2003, com capacidade atual de 80 mil espectadores, sendo que chegou a comportar 91 mil pessoas durante as Olimpíadas. Além disso, o Centro Aquático Nacional, chamado de Cubo D'Água, teve a maioria de seu financiamento, que chegou a 150 milhões de dólares, provenientes de doações de quase 400 mil chineses emigrados ao redor do mundo (BOCOG, 2008).

Contudo, todo o investimento financeiro, de tempo e de recursos humanos ainda é altamente questionado por pesquisadores e principalmente pela mídia internacional. Em 2012, quatro anos depois da realização dos Jogos Olímpicos, os jornalistas Ben Blanchard e Haze Fan, da Reuters⁵, estiveram em Pequim para averiguar in loco o legado do megaevento,

⁵BLANCHARD, Ben; FAN, Haze. Legado olímpico sofre falta de uso 4 anos após Jogos de Pequim. **Reuters**,

principalmente no que se refere aos principais equipamentos esportivos: o Ninho do Pássaro e o Cubo D'água, conhecidos como as grandes joias da coroa e descritos por Jacques Rogge, presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), como arenas “lindas e sem precedentes”.

Quatro anos após os jogos, descrevem os jornalistas, ambos os locais são mais famosos por cativar frequentemente uma onda de turistas curiosos -cerca de 4,61 milhões de visitantes em 2011- do que por receber eventos relacionados às modalidades esportivas. O Ninho de Pássaro, que raramente recebe jogos de futebol ou competições de atletismo, acabou servindo para abrigar o primeiro rodeio da China e um parque temático “maravilhas do inverno”, além de alguns espetáculos musicais e/ou teatrais. A administração do estádio avalia que no ritmo atual serão necessários aproximadamente 30 anos para recuperar os 3 bilhões de iuanes (480 milhões de dólares) que foram gastos para sua construção. O vizinho Cubo D'Água deixou de faturar cerca de 11 milhões de iuanes no ano passado, mesmo com contínuo subsídio do Estado e lucros de um parque aquático adjacente construído após a Olimpíada para fazer dinheiro com a fama do local.

Em outros locais menos badalados, a situação é ainda pior. A instalação onde foram disputadas as provas de canoagem, por exemplo, está completamente abandonada: o que restou de água no local estava sendo transposto por um grande tubo para irrigar um parque nas cercanias durante a primavera seca de Pequim. A sede do remo, localizada em um subúrbio de difícil acesso no nordeste de Pequim, agora é ocupada principalmente por pequenos barcos locais. Nenhum dos esportes é bem conhecido na China, o que explica parcialmente o abandono (BLANCHARD; FAN, 2012).

Em 2018, dez anos após a realização do megaevento esportivo, outra equipe de jornalistas, desta vez do jornal brasileiro O Globo⁶, traçou um perfil da utilização de algumas instalações esportivas de Pequim. De acordo com a reportagem, a Arena Chao Yang Park, local onde foram disputadas as partidas de vôlei de praia naquela edição olímpica, exibe atualmente estruturas comprometidas pela ferrugem e uma grande quantidade de madeira podre se acumulando sobre parte das arquibancadas. No equipamento esportivo destinado às competições do ciclismo BMX, um matagal sem controle já toma a maior parte da instalação. Em julho, agricultores foram flagrados cultivando vegetais na altura da linha de chegada da pista. Nem o Fuwa, grupo que reunia as cinco mascotes oficiais dos Jogos, se salvou do

[S. l.], p. 1-2, 9 abr. 2012. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/csports-us-olympics-beijing-legacy-idCABRE8380X320120409>. Acesso em: 05 abr. 2021.

⁶LEGADO esquecido: dez anos depois de Pequim 2008, instalações olímpicas estão abandonadas. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/legado-esquecido-dez-anos-depois-de-pequim-2008-instalacoes-olimpicas-estao-abandonadas.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2021.

esquecimento: uma área localizada nos fundos de um shopping center inacabado nas imediações da vila olímpica se tornou uma espécie de depósito de mascotes.

Outros aspectos do legado também são destacados por Proni (2004), que os separa entre transporte e infraestrutura, reformas urbanas e alta tecnologia. O autor acredita que essas questões são indissociáveis do legado, seja ele esportivo, social ou urbano, que os Jogos Olímpicos deixaram como herança para a população:

Transporte e infraestrutura: De 2002 até o início dos Jogos Olímpicos, Beijing gastaria cerca de US\$ 1,1 bilhão em melhorias no transporte, como a construção de novas linhas de metrô e a construção e reforma de cerca de 320 quilômetros de ruas, incluindo 23 estradas nos arredores dos locais de competição, dois novos anéis viários e um controle de tráfego de alta tecnologia. Foi construído, ainda, um novo terminal de passageiros no aeroporto internacional de Beijing.

Reformas urbanas: De acordo com o plano quinquenal número 11 (2006 a 2010), Beijing irá gastar mais de US\$ 200 milhões na demolição de casas e prédios malconservados na zona urbana. Outras 25 áreas históricas serão reformadas, incluindo muitos dos pontos de referência da cidade, ruas antigas, casas do período imperial e muitos outros elementos atrativos.

Alta tecnologia: O orçamento previu um investimento de US\$ 3,6 bilhões para transformar Beijing numa cidade totalmente digital. As ações são voltadas para redes wireless, tecnologias de rede, transmissões digitais e tecnologias “inteligentes”, como os smartcards (PRONI, 2004, s/p.).

Como é possível encontrar em toda cidade-sede dos Jogos Olímpicos, Pequim passou por uma série de intervenções urbanas e esportivas quase sempre já pressagiada. Ao todo, houve, por exemplo, um replanejamento do mapa de metrô que envolveu a construção de sete novas linhas, assim como a ampliação e/ou construção de avenidas e anéis viários feitos para preparar a cidade. Contudo, fala-se em cerca de um milhão e meio de residentes deslocados para a realização destas obras (TAVARES, 2011).

Nesse sentido, é possível ilustrar essa linha de pensamento quando se olha para a região de Qianmen, em Pequim. Segundo Harris (2010), em 2005, o governo chinês começa a ofertar compensações aos habitantes dessa região, muito em função das casas que planejava demolir. Todavia, as contrapartidas financeiras não eram suficientes e não levavam em conta aspectos adicionais e específicos de cada casa em particular, de seus valores naturalmente adquiridos. Por consequência, os valores oferecidos eram muito menores do que o montante real das casas. Um exemplo verdadeiro é levantado pela autora:

Na primavera de 2006, Sun Ruoyu, cujo negócio da família estava em Qianmen desde 1840, começou a receber ordens de despejo enviadas pelo governo segundo as quais a família deveria deixar sua casa em nome da “limpeza” das favelas e que o município tinha o direito de começar a demolir a partir de certa data. O município ofereceu 1.6 milhões de Yuans pela casa (aproximadamente 200.000 dólares), muito pouco em vista do que se tornaria um dos distritos mais caros da cidade e não o bastante para dar à família a oportunidade de permanecer em Qianmen através da

compra das casas recém renovadas ou construídas. A família recusou a compensação porque queriam pertencer à renovação de Qianmen e não serem empurrados ao subúrbio da cidade. Apesar da resistência da família, a cidade não estava disposta a aceitar sua presença (HARRIS, 2010, p. 04).

Os Jogos adquirem atributos próprios que transcendem a identidade da cidade. A preocupação de demarcá-la como uma “cidade olímpica” acaba por, até certo ponto, apagar sua identidade própria. Sua destinação temporária, suas delimitações criadas, as ações e as trocas realizadas nos espaços públicos e sua ambientação, parecem ter dado um sentido universalista mais preciso para o abstrato lema dos Jogos: “Um mundo, um sonho”. O caráter autoritário do governo chinês influenciou na maneira como o universal e o local se encontravam no espaço público tentando manter seu controle sobre este último. Em contas finais, inspirados em Clifford Geertz, poderíamos pensar que os Jogos se fazem em cidades e não nas cidades o que relativiza e contextualiza os sentidos da ideia de legado olímpico (TAVARES, 2011).

De acordo com Uivinha (2009), é plausível questionar se a execução dos jogos e do plano de legado no campo comercial, econômico e esportivo contribuiu, de fato, com a melhoria das condições de vida da população. A imagem, muitas vezes midiática para o planeta, de uma Olimpíada bem organizada e com o maior orçamento de todos os tempos, por vezes, contrasta com uma nação que ainda reluta com altos índices de pobreza e desequilíbrio social. Para além disso, o autor ainda argumenta sobre o caráter autoritário do governo e suas relações com manifestos opositores:

Aqueles que criticaram abertamente o sistema foram presos ou afastados dos holofotes da mídia. Segundo informações do Human Rights Watch (HRW), a ativista Ni Yulan foi presa em 2002 por tentar ajudar os moradores removidos de suas casas por ocasião do cronograma de modernização imposto para os Jogos. Yulan vinha sendo um dos ícones em termos de protestos de ativistas por todo o mundo e, entre outros, filmou a demolição de uma residência em Beijing, tendo sua prisão decretada na sequência (HRW, 2008). A internet sofreu vários tipos de censura no período pré evento e o governo foi acusado pelo ocidente de manipular informações a partir de suas agências estatais, procurando criar um clima amistoso e de apoio massivo do povo chinês às alterações necessárias no cotidiano para um bom desenvolvimento dos Jogos (UIVINHA, 2009, p. 118).

Em uma análise comparativa das conquistas olímpicas chinesas nas edições pré e pós Pequim 2008, é possível identificar que o país segue uma média quase constante, porém, teve uma grande melhora na edição em que foi país-sede, superando os adversários e garantido o primeiro lugar no quadro geral de medalhas. Em Atlanta, 1996, o país conquistou 50 medalhas e ficou na quarta posição; em Sidney, 2000, os atletas chineses subiram ao pódio 59

vezes; enquanto em Atenas, 2004, foram 63 medalhas e a vice-liderança no quadro geral. Em 2008, um feito inédito para o país: 100 medalhas, sendo 51 de ouro, 21 de prata e 28 de bronze, e o primeiro lugar no quadro de medalhas, motivo de orgulho e reverência da população. Em 2012, a China faturou 91 medalhas e ficou em segundo lugar no geral, e no Rio de Janeiro, em 2016, foram 70 medalhas e a terceira posição no ranking (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2021).

Quadro 5 - Desempenho da China antes e depois de sediar os Jogos Olímpicos de 2008

Edição dos Jogos Olímpicos	Medalhas de Ouro	Medalhas de Prata	Medalhas de Bronze	Total de Medalhas
1992 Barcelona	16	22	16	54
1996 Atlanta	16	22	12	50
2000 Sydney	28	16	15	59
2004 Atenas	32	17	14	63
2008 Pequim	51	21	28	100
2012 Londres	38	31	22	91
2016 Rio de Janeiro	26	18	26	70

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 6 - Quadro de medalhas: Jogos Olímpicos Pequim 2008

Ordem	País	Medalhas de Ouro	Medalhas de Prata	Medalhas de Bronze	Total de Medalhas
1	China	48	22	30	100
2	Estados Unidos	36	39	37	112
3	Rússia	24	13	23	60
4	Grã-Bretanha	19	13	19	51
5	Alemanha	16	11	14	41
6	Austrália	14	15	17	46

7	Coreia do Sul	13	11	8	32
8	Japão	9	8	8	25
9	Itália	8	9	10	27
10	França	7	16	20	43
11	Países Baixos	7	5	4	16
12	Ucrânia	7	4	11	22
13	Quênia	6	4	6	16
14	Espanha	5	11	3	19
15	Jamaica	5	4	2	11
16	Polônia	4	5	2	11
17	Etiópia	4	2	1	7
18	Romênia	4	1	4	9
19	Cuba	3	10	17	30
20	Canadá	3	9	8	20
21	Hungria	3	5	2	10
22	Noruega	3	5	1	9
23	Brasil	3	4	10	17
24	Bielorrússia	3	4	7	14
25	República Checa	3	3	1	7

Fonte: elaborado pelo autor.

2.6 Londres, 2012: a inspiração do esporte

A cidade de Londres, capital da Inglaterra e do Reino Unido, foi sede da trigésima edição dos Jogos Olímpicos, que ocorreram entre de 27 de julho a 12 de agosto de 2012. Durante o período de competições, 10.600 atletas disputaram nos 306 eventos esportivos, entre as 28 modalidades disponíveis, representando 204 nações participantes. Depois de um

revés na edição anterior, os Estados Unidos voltaram a figurar no primeiro lugar do quadro de medalhas, com 46 de ouro, 28 de prata e 29 de bronze, somando 103 no total; seguidos pela China, que somou 38 de ouro, 31 de prata e 22 de bronze, reunindo 91 medalhas no geral. A Grã-Bretanha, dona da casa, surpreendeu e chegou ao terceiro lugar, com 29 medalhas de ouro, 17 de prata e 19 de bronze, subindo ao pódio por 65 vezes no total. O Brasil figurou na vigésima segunda posição, igualando sua colocação se comparado à edição anterior, reunindo três medalhas de ouro, cinco de prata e 9 de bronze.

No dia 6 de julho de 2005, em Cingapura, Londres foi anunciada, pela inédita terceira vez na história, como a cidade-sede dos Jogos Olímpicos, que seriam disputados em 2012, sete anos depois. A segurança (o serviço secreto britânico é mundialmente reconhecido como um dos mais eficientes do planeta), a infraestrutura (algumas das mais modernas instalações esportivas da Europa – sobretudo estádios – se situam no Reino Unido), o transporte (Londres foi a primeira cidade a possuir um metrô e tem a maior malha metroviária do mundo), a questão de ter sediado com sucesso o evento nas duas vezes anteriores e, obviamente, os erros nas qualificações dos concorrentes da época, principalmente na candidatura francesa, que tentou emplacar Paris como sede, foram alguns dos fatores principais para a escolha britânica (PAIVA, 2013).

Segundo Mascarenhas (2013), o contexto histórico da cidade nos 30 anos anteriores aos Jogos Olímpicos levou novos elementos ao arranjo do espaço em Londres. A desindustrialização, o desmonte do welfare state e o “renascimento de Londres” (como grande centro financeiro) colocou o Leste em foco: pobreza, convulsões e proximidade da reluzente zona de Canary Warlf. Ainda de acordo com o autor:

Vários projetos, desde a década de 1980, voltados para habitação social e transporte público, não foram implementados, pois no novo cenário de gestão neoliberal, as demandas básicas de investimento em infraestrutura na zona leste (tais como um aprovado projeto de expansão da linha Jubilee, do metrô) deveriam aguardar o interesse privado, já que somente com volumes substanciais de apoio empresarial este projeto seria executado. Em suma, a era “tatcheriana” viria comprometer ainda mais as condições precárias da zona leste e de outros bolsões de pobreza na cidade, que serão igualmente palco das principais revoltas na década de 1980 (MASCARENHAS, 2013, p.6).

A pesquisa de Grassiotto et al. (2014) aponta que o Plano Estratégico de Londres 1998-2004, com uma projeção para 2020, conseguiu englobar assuntos importantes, como infraestrutura, habitação, crescimento econômico, segurança, cultura e meio ambiente. Foram então identificadas: “zonas de regeneração urbana; de oportunidades; os diferentes centros; as

zonas culturais estratégicas; e clusters” (para incubação). A criação de empregos e a geração de políticas habitacionais foram os principais meios para buscar a regeneração. Os Jogos Olímpicos, para Londres, significavam uma manifestação tangível de uma visão clara para a transformação urbana em busca de um significado a ser realizado.

O contexto histórico global de 2012 apontava o violento conflito na Síria como uma das causas humanitárias e sociais mais urgentes daquele momento. A crise econômica instaurada na Europa se alastrava, enquanto Barack Obama se reelegeria para o cargo de presidente dos Estados Unidos por mais quatro anos. Na América do Sul, o governo colombiano iniciava as negociações com a guerrilha das Farc, gerando polêmicas e discussões em várias regiões do mundo. Em terras brasileiras, o julgamento do mensalão, não só considerável por ter sido o maior da história do Superior Tribunal Federal (STF), mas por ser apontado por muitos como o divisor de águas do ceticismo da população com relação às condenações por corrupção. Além disso, o país, presidido por Dilma Rousseff, do PT, institucionalizou as cotas após anos de tramitações no congresso, e validou a Lei da Ficha Limpa, uma iniciativa popular que conseguiu assinaturas de mais de um milhão de pessoas.

Os organizadores dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 sempre externaram a mensagem que Barcelona era a inspiração principal, por sua capacidade de reestruturação urbana e seu planejamento a longo prazo que colocou a cidade em um novo rumo (MASCARENHAS, 2013).

Três principais veículos foram criados para a realização dos jogos: 1) a ODA (Olympic Delivery Authority), Autoridade de Entrega dos Jogos – empresa de infraestrutura com o foco na construção do Parque Olímpico e dos locais adjacentes; 2) o LOCOG (London Organizing Committee for the Olympic Games), Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres – responsável pela organização, gerenciamento, estabelecimento de patrocínios, interlocutor entre diversos organismos; 3) o OPLC (Olympic Park Legacy Corporation), Companhia do Legado do Parque Olímpico, proprietária e principal incorporadora do parque olímpico com foco na transformação do local dos eventos em local de regeneração, atraindo investimentos para posterior utilização pela sociedade (GRASSIOTTO et al., 2014).

A trigésima edição dos Jogos Olímpicos, e a terceira no Reino Unido, por meio de seus organizadores, elegeram a zona lesta de Londres como palco principal dos acontecimentos, eventos esportivos e, conseqüentemente, dos investimentos de recursos financeiros. Segundo Paiva (2013):

Decisão locacional que surpreendeu a muitos, considerando a persistente dicotomia econômica e social no espaço urbano londrino. Ao realizar os Jogos nesta parte da cidade, o legado mais duradouro dos Jogos foi concebido para ser a regeneração de toda uma comunidade para o benefício direto de todos que moram lá. O Parque Olímpico se tornou um ponto central para o leste de Londres, unindo as comunidades e agindo como um catalisador para profundas sociais e mudança econômica (PAIVA, 2013, p. 244).

Antes do início das obras essenciais para a construção e revitalização da área do Parque Olímpico, a ODA dedicou dois anos de planejamento para assegurar que durante o período de quatro anos de obras o mínimo de imprevistos acontecesse. Os moradores das poucas edificações residenciais foram removidos para outras localidades de Londres. Altas indenizações foram pagas aos cerca de 400 proprietários de terras e prédios na área. No entanto, a entidade tinha certeza do retorno social e econômico do investimento. Nesse aspecto, a comunidade no entorno foi amplamente envolvida (DINIZ, 2011).

Para a primeira etapa correspondente ao atendimento aos jogos, a construção dos diversos equipamentos visava receber multidões, mas após o evento, tiveram seus tamanhos reduzidos ou foram desmontados. Conforme apontou o estudo de Grassiotto et al. (2014):

Ao norte do parque criou-se um sistema ecológico de paisagismo que permite o uso sustentável das águas do rio que o atravessa, mantendo a biodiversidade, e ao mesmo tempo gerando visuais dos estádios. Ao sul, onde está o principal, o planejamento urbano foi mais intenso, abrigando o Arcelor Mittal Orbit, uma grande escultura que funciona como mirante, e o Estádio Olímpico, projetado pelo arquiteto Populus, com capacidade para 80.000 pessoas. Todas as construções passaram por revisão de padrão nos projetos tendo em vista a sustentabilidade. A construção do Estádio Olímpico, do Velódromo, do Centro Aquático, entre outros, ocorreu em uma área de localização estratégica, que sofria graves problemas de inundação (GRASSIOTTO et al. 2014, p. 09).

O mercado local foi aquecido e oportunidades de trabalho foram geradas de acordo com Diniz (2011), que aponta, em sua pesquisa, que 10 mil operários foram mobilizados durante todo o período de trabalhos no local e cerca de 30 mil pessoas se envolveram no projeto. Desse total, 25% da mão de obra foi contratada nos bairros do entorno e um treinamento especializado foi oferecido para que esse contingente se integrasse às obras e, obviamente, à iniciativa. Mais de 10 mil empresas no Reino Unido forneceram todo tipo de material e serviços ao centro olímpico, desde componentes de concreto e aço até plantas. As empresas interessadas deveriam se registrar em site específico na internet para concorrer às oportunidades públicas e privadas de negócios ligados aos Jogos Olímpicos.

Equipamentos esportivos e urbanos - como os exemplos do Estádio Olímpico, Parque Aquático, Velódromo, Arena Basquete, Eton Manor, Handebol Arena, complexo de mídia,

subestação de energia, Arcelor Mittal Orbita e a própria Vila Olímpica - foram erguidos para atender o anseio global de uma cidade-sede dos Jogos, assim como a aspiração local de deixar um legado esportivo para a população. Para Graeff, Bretherton e Piggin (2013), os planos oficiais do governo do Reino Unido para o legado citavam esta edição como a melhor oportunidade em uma geração para encorajar as pessoas a serem mais ativas fisicamente. A primeira prioridade dos Jogos era fazer da Grã-Bretanha um líder mundial nos esportes, cultivando a esperança de que as pessoas se tornassem cada vez mais ativas através de investimentos focados em infraestrutura esportiva, apoio e informação para os que queriam praticar atividade física (GRAEFF; BRETHERTON; PIGGIN, 2013).

No entanto, ainda em 2011, a diretora executiva de Esportes da Inglaterra, Jennie Price, assim como Jeremy Hunt, secretário da Cultura, anunciaram o abandono das metas de participação estabelecidas em 2008, que chegavam a 1 milhão de pessoas praticando esportes com regularidade. Contudo, os números apontavam apenas 111.00 praticantes ativos. Com o abandono oficial dos objetivos de participação em massa de 2008, o foco da proposta de legado esportivo foi restringido aos jovens. O objetivo era usar Londres 2012 para inspirar a nação e ajudar os jovens, particularmente, a começar um hábito esportivo para a vida e assim fazer cumprir a promessa original. Os autores também afirmam que:

Ainda que a discussão atual retrate um objetivo de legado que foi defendido entusiasticamente por representantes do governo e do Locog a partir da fase de candidatura, evidências empíricas mostram que, até agora, o progresso genuíno tem sido insignificante, e que as primeiras projeções não serão cumpridas. Além disso, a natureza pontual dos Jogos, com a rápida dissolução do Locog e troca subsequente de importantes ministros governamentais, sugere que a responsabilidade por seu fracasso, em última análise, nunca será estabelecida. Isso não significa que um aumento sustentado e tangível de participação no esporte e atividade física através dos Jogos Olímpicos não seja possível, mas que qualquer tentativa de provar o contrário vai exigir um esforço muito mais abrangente e coordenado do que foi comentado aqui em relação a Londres 2012 (GRAEFF; BRETHERTON; PIGGIN 2013, p.7).

Por outro lado, em 2016, o governo da Grã-Bretanha, por meio do ministro dos Esportes, Hugh Robertson, publicou uma pesquisa altamente reproduzida pela mídia internacional apontando que o evento provocou transformações permanentes no país. Segundo o documento oficial *Inspired by 2012: The legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games*⁷, quatro anos após a realização dos Jogos, 15,3 milhões de pessoas que viviam no país praticavam esportes pelo menos uma vez por semana - um crescimento de

⁷MAYOR OF LONDON (UK). **Inspired by 2012: the legacy from the london 2012 olympic and paralympic games.** Londres: [s. n.], 2013.

10% em relação a 2005, quando a capital britânica foi escolhida para sediar o evento. O relatório apontou, também, que quase 4 milhões de adolescente e jovens, entre 16 e 25 anos, praticavam esportes com regularidade. Deste total, 63 mil iniciaram suas atividades nos últimos 12 meses e teriam sido inspirados pelas Olimpíadas.

Sob a luz do histórico do quadro de medalhas e das colocações da Grã-Bretanha, única nação a conquistar medalhas em todas as edições do Jogos Olímpicos, é possível perceber uma tendência de melhora considerável ao longo do tempo, o que pode refletir o investimento mencionado pelo governo. Em Atlanta 1996, os atletas britânicos tiveram sua pior participação na história, com apenas um ouro, oito pratas e seis bronzes, ficando no modesto 36º lugar no quadro geral, atrás inclusive de pouco tradicionais como o Cazaquistão, a Bulgária e o próprio Brasil.

Quatro anos depois, em Sidney, o coletivo obteve 11 ouros, dez pratas, sete bronzes, alcançando o Top 10 no quadro de medalhas após 20 anos (a última aparição entre os dez melhores países havia sido em Moscou 1980). Em Atenas, 2004, mais uma vez ocupou a décima posição, com nove medalhas de ouro, nove de prata e 12 de bronze, somando um total de 30 premiações. Em Pequim, 2008, após quatro anos de investimentos, a Grã-Bretanha chegou ao surpreendente quarto lugar geral, com 19 medalhas de ouro, 13 de prata e 17 de bronze. Em 2012, dentro de casa e com apoio da população, os atletas britânicos conquistaram 65 medalhas e terminaram os Jogos na terceira posição geral, com 29 de ouro, 17 de prata e 19 de bronze, um resultado magnífico para quem até duas décadas antes ocupava uma posição coadjuvante no esporte. Para além de todos esses números, a Grã-Bretanha tornou-se o primeiro país-sede de uma Olimpíada a conquistar mais medalhas na edição seguinte dos Jogos: no Rio de Janeiro, em 2016, eles superaram a poderosa China e ficaram na segunda posição do ranking geral, a segunda melhor colocação da história (ficando atrás apenas de Londres, em 1908). No Brasil, conquistaram 27 medalhas de ouro, 23 de prata e 17 de bronze, chegando a 67 pódios no total (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2021).

Chelsea Warr, diretora de performance da Agência de Esporte do Reino Unido, concedeu uma entrevista a alguns jornais internacionais, em 2019, e, quando perguntada sobre as três principais medidas para o time britânico desempenhar um ótimo papel nas últimas edições dos Jogos e conseguir ficar na segunda posição em 2016, ela afirmou que:

Primeira: Rapidamente, após os Jogos de Londres, o UK Sport definiu um plano que denominamos “BHAG” – Big Hairy Audacious Goal (Meta Audaciosa de Alto Risco) para que o sistema fosse capaz de conquistar pelo menos 66 medalhas olímpicas e 121 paralímpicas. Nos dedicamos a isto com seriedade para reconfigurarmos o sistema, manter as pessoas motivadas e cheias de ambição em

relação às possibilidades futuras – e fazê-los saber que acreditamos neles, e que poderíamos nos esforçar para sermos ainda melhores. “Tenho orgulho de poder afirmar que o nosso sistema de alto desempenho cresce diante de grandes metas assustadoras, metas que nos pedem que encontremos alguma coisa a mais, desde que seja algo que nos una e nos motive a ser ainda melhores.”

Segunda: Investimento constante baseado em um plano estratégico confiável – graças à loteria nacional e ao nosso governo que confiaram nos nossos planos estratégicos (elaborados bem antes dos Jogos do Rio) para o futuro, e na nossa tradição de cumprir promessas, e assim mantiveram nosso financiamento.

Terceira: Uma trajetória de 8 anos – investimos em uma trajetória de 8 anos, na qual cerca de 60% do nosso financiamento é direcionado aos atletas que podem vencer nos próximos 4 anos, e 40% aos que poderão vencer em 8 anos (período de 2 ciclos). Nós sabíamos que uma nova geração de atletas na qual havíamos investido sistematicamente estava chegando desenvolvida durante mais de 8 anos antes dos Jogos do Rio, de forma que essa nova leva tinha potencial para realizar algo de muito especial. Ainda assim os atletas precisam render quando necessário, e graças à perícia de nossos treinadores, líderes de desempenho, pessoal de apoio e ao nosso Comitê de Especialistas Olímpicos e Paralímpicos que cuidam dos resultados após o período dos Jogos, nossos atletas produziram quando era necessário, e, na verdade, conseguiram o segundo mais alto índice de conversão, perdendo apenas para os Estados Unidos (BASEGGIO; MEYER, 2019).

Em suma, Londres 2012 supera Barcelona em termos de legado: em ambos os casos a periferia metropolitana conquistou melhorias, mas em Londres foi bem menor o índice de desapropriações. Resta enfatizar que planejamento e análise prévia de riscos fizeram a diferença e contribuíram para a realização do legado londrino (MASCARENHAS, 2013).

Os jogos com o poder simbólico, articulados ao modo de gestão empreendedora da cidade e suas estratégias de governança, conseguiram acionar vultosos investimentos públicos e atrair interesses privados e imobiliários na área que se transformou numa das mais bem conectadas e desejadas do Reino Unido (GRASSIOTTO et al., 2014).

Quadro 7 - Desempenho da Grã-Bretanha antes e depois de sediar os Jogos Olímpicos

Edição dos Jogos Olímpicos	Medalhas de Ouro	Medalhas de Prata	Medalhas de Bronze	Total de Medalhas
1996 Atlanta	1	8	6	15
2000 Sydney	11	10	7	28
2004 Atenas	9	9	12	30
2008 Pequim	19	13	17	49
2012 Londres	29	17	19	65
2016 Rio de Janeiro	27	23	17	67

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 8 - Quadro de medalhas: Jogos Olímpicos Londres 2012

Ordem	País	Medalhas de Ouro	Medalhas de Prata	Medalhas de Bronze	Total de Medalhas
1	Estados Unidos	46	28	29	103
2	China	38	31	22	91
3	Grã-Bretanha	29	17	19	65
4	Rússia	19	20	29	68
5	Coreia do Sul	13	9	8	30
6	Alemanha	11	20	13	44
7	França	11	11	13	35
8	Austrália	8	15	12	35
9	Itália	8	9	11	28
10	Hungria	8	4	6	18
11	Japão	7	14	17	38
12	Países Baixos	6	6	8	20
13	Ucrânia	6	4	10	20
14	Nova Zelândia	6	2	5	13
15	Irã	5	6	2	13
16	Cuba	5	3	7	15
17	Espanha	4	10	4	18
18	Jamaica	4	5	3	12
19	República Checa	4	3	4	11
20	África do Sul	4	1	1	6
21	Coreia do Norte	4		2	6
22	Brasil	3	5	9	17

23	Etiópia	3	2	3	8
24	Polônia	3	1	7	11
25	Cazaquistão	3	1	6	10

Fonte: elaborado pelo autor.

As considerações apresentadas neste capítulo se propuseram a mostrar, com base em revisões bibliográficas e análises de práticas reais, primeiramente o histórico dos Jogos Olímpicos, como forma de contextualizar a existência deste evento global que reúne milhares de pessoas, centenas de países e dezenas de modalidades esportivas. Atrelado a isso, uma revisão da literatura sobre legado olímpico foi realizada, com objetivo de compreender os conceitos e aplicações do objeto central da pesquisa. Como base para analisar o objeto central deste pesquisa – que é o legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016 – foram investigados outros legados marcantes, como Barcelona 1992, Atenas 2004, Pequim 2008 e Londres 2012. Os capítulos 2 e 3 aprofundam mais no legado esportivo dos Jogos de 2016, apresentando perspectivas nacionais e regionais, revisando bibliografias e entrevistando os principais stakeholders envolvidos neste cenário.

3 O LEGADO ESPORTIVO NACIONAL DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016

Este capítulo abordará temas relacionados ao legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016, especialmente sobre o legado nacional dos Jogos. A Rede Nacional de Treinamento, anunciada como um dos principais modelos de legado pelos órgãos públicos responsáveis, foi escolhida como objeto principal de estudo. Diante disso, foi realizada uma análise de sua concepção, desenvolvimento e desdobramentos, a partir da literatura disponível e do contado direto, via lei de acesso à informação, com o atual Ministério da Cidadania. Para complementar, ampliar as fontes de debate e deixar a discussão com caráter empírico, foram executadas entrevistas com stakeholders fundamentais acerca da temática, como gestores públicos, gestores privados, atletas e treinadores.

3.1 A Rede Nacional de Treinamento

A Rede Nacional de Treinamento (RNT), segundo publicações oficiais da Secretaria Especial do Esporte, do Governo Federal, foi a principal aposta do governo como legado de infraestrutura esportiva e de nacionalização dos efeitos dos Jogos Rio 2016. Em sua missão inicial de criação, ela pretendia interligar as diversas instalações existentes ou em construção em todo o país, com diferentes padrões de estruturas para atender dezenas de modalidades, desde a fase de detecção e formação de talentos até o treinamento de atletas e equipes olímpicas e paralímpicas. A ação também intentava propiciar o aprimoramento e o intercâmbio para técnicos, árbitros, gestores e outros profissionais do esporte, apoiando o trabalho na aplicação das ciências do esporte à formação e ao treinamento de atletas (REVISTA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO, 2016).

A Lei 12.395/ 2011 estabeleceu a parceria entre o governo federal, estados, municípios e Confederações para instituir a RNT, com destaque para os seguintes artigos:

Art. 16. Fica criada a Rede Nacional de Treinamento, vinculada ao Ministério do Esporte, composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais ou locais, articulada para o treinamento de modalidades dos programas olímpico e paraolímpico, desde a base até a elite esportiva.

Art. 17. A Rede Nacional de Treinamento fomentará o desenvolvimento regional e local de talentos e jovens atletas, em coordenação com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB e o Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, além de centros regionais e locais, na forma e condições definidas em ato do Ministro de Estado do Esporte (BRASIL, 2011).

O objetivo central na ocasião da criação da rede, de acordo com o site e com publicações oficiais do Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Especial do Esporte (antigo Ministério do Esporte), era gerar um caminho para o atleta desde a sua entrada na modalidade até chegar ao topo do alto desempenho. Quando lançada, a RNT era dividida em cinco partes: Centro Olímpico de Treinamento, Centros Nacionais de Treinamento, Centros Regionais de Treinamento, Centros Locais de Treinamento e Iniciação Esportiva, de acordo com a figura abaixo:



Figura 1 - Pirâmide da Rede Nacional de Treinamento
Fonte: REVISTA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO, 2016.

As principais características e requisitos para instaurar a Rede Nacional de Treinamento demonstravam a complexidade que a abordagem de redes prognostica. Segundo Almada, Baiocchi Neto e Furtado (2016):

Tal complexidade pode ser vista por dois aspectos. Um deles é o esforço para que haja uma interligação entre as instalações esportivas, visando à utilização para a formação e preparação de atletas durante a carreira esportiva. Outro é a conexão que deverá existir entre os principais atores envolvidos no funcionamento da rede, uma vez que as estruturas esportivas estão sob suas administrações. Assim, é possível que as redes formadas em ambos os aspectos possam ser exemplificadas de forma ilustrativa, podendo-se facilitar o entendimento da rede e analisar como a ausência ou entrada de uma determinada infraestrutura ou de algum ator pode influenciar o funcionamento da própria rede (ALMADA; BAIOCCHI NETO; FURTADO, 2016)

Os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs) foram estipulados como base da pirâmide da Rede Nacional de Treinamento. Na idealização da RNT, o Governo Federal apontou que

buscava minimizar os problemas crônicos do esporte no Brasil. Sendo assim, houve a concepção do denominado “Centro de Iniciação Esportiva”, que se trata, conforme aponta o Ministério do Esporte, de uma iniciativa que visa à construção de instalações esportivas com a adoção de parâmetros oficiais com o objetivo de ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas em todo país e estimulando o desenvolvimento da base do esporte de rendimento em diversas modalidades esportivas (SILVA; MEZZADRI; CAVICHIOLLI, 2018).

Ainda de acordo com o projeto original, os CIEs ampliariam a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras, integrando “num só espaço físico, atividades e a prática de esportes voltados ao esporte de alto rendimento, estimulando a formação de atletas entre crianças e adolescentes” (BRASIL, 2018).

Em sua concepção inicial, amplamente divulgada nos canais de comunicação do antigo Ministério do Esporte, os CIEs tinham como base o foco em 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não-olímpica. No total previsto, os CIEs contemplariam modalidades como atletismo, badminton, basquete, boxe, esgrima, futsal, ginástica artística, ginástica de trampolim, ginástica rítmica, handebol, judô, levantamento de peso, lutas, taekwondo, tênis de mesa e vôlei, além das paralímpicas como esgrima em cadeira de rodas, judô, halterofilismo, tênis de mesa, vôlei sentado e goalball (BRASIL, 2018).

O Ministério do Esporte era o responsável legal por fornecer o projeto padrão para as prefeituras, que poderiam escolher entre três modelos de CIEs, dependendo do tamanho do terreno disponível naquela localidade. A expectativa era que os CIEs surgissem como uma das ferramentas essenciais no processo de massificação da prática esportiva no país. O projeto englobava ginásios erguidos com recursos do governo federal para que crianças e jovens pudessem iniciar a prática de várias modalidades olímpicas e paralímpicas. Foram selecionadas 285 propostas, porém, após a seleção ocorrida em 2013, alguns municípios desistiram do projeto por motivos diversos ou solicitaram a alteração de modelo (BRASIL, 2018).

De acordo com o site do Governo Federal, as informações atualizadas sobre cada proposta poderiam ser acessadas no link denominado em uma seção de transparência pública. No momento de escrita deste texto, o site se encontra fora do ar e não contém informações atualizadas sobre as obras entregues e o andamento dos projetos. Em outra seção do site supracitado, existe a indicação de um link com “Lista de municípios, bairros e modelos

selecionados”⁸, porém, o destino leva para a parte de notícias referentes à Rede Nacional de Treinamento.

Em janeiro de 2020, o site do Governo Federal atualizou os conteúdos de texto referentes aos Centros de Iniciação Esportiva. Entretanto, as informações disponibilizadas não apresentavam dados suficientes para análise, como lista de obras, andamento e valores.

Ainda na pirâmide da Rede Nacional de Treinamento aparecem os Centros Regionais de Treinamento e os Centros Nacionais de Treinamento. Conforme divulgado pelos canais oficiais do antigo Ministério do Esporte, estes locais foram planejados para descentralizar os benefícios esportivos gerados pelos Jogos Olímpicos. Como exemplos de equipamentos, foram listados o Centro de Formação Olímpica do Nordeste, em Fortaleza (CE), com capacidade para atender até 26 esportes olímpicos, paralímpicos e não-olímpicos e o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo (SP), que contempla 15 modalidades. Além de outros locais são específicos para uma única modalidade, como o Centro Pan-Americano de Judô, em Lauro de Freitas (BA); o Centro de Excelência em Saltos Ornamentais, em Brasília (DF); a pista do Velódromo de Indaiatuba (SP); o Centro de Canoagem Slalom, em Foz do Iguaçu (PR); o Centro de Desenvolvimento do Handebol, em São Bernardo do Campo (SP); o Centro de Treinamento de Ciclismo em Londrina (PR); de seis pistas de BMX, o Centro de Hipismo na cidade de Barretos (SP); o Complexo Esportivo de Badminton, em Teresina (PI), entre outros.

A Rede Nacional de Treinamento configura uma política pública importante para o desenvolvimento do esporte nacional, quando visto em sentido holístico. O projeto de criação de equipamentos esportivos considera a expansão da infraestrutura e o suporte técnico-financeiro para espaços dessa envergadura (BUARQUE; MEDEIROS; BISSO, 2018). Ainda segundo os autores:

Concebido como ação ministerial de longo prazo, encabeçado nos últimos anos pelo Ministério do Esporte em meio à efervescência de grandes eventos, sua criação busca corresponder às necessidades básicas de atletas, treinadores, comissão técnica, entre outros atores. Longe de ser fruto unicamente do campo esportivo nacional, sua adoção foi emulada por um imperativo de visibilidade da agenda pública internacional, desde o anúncio dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Apesar disso, trata-se de um programa incipiente, com algumas distorções em sua implementação (BUARQUE; MEDEIROS; BISSO, 2018).

⁸ Lista de municípios, bairros e modelos selecionados (link leva para outro destino): <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snear/CIE/CIEListacidadescommodelo.pdf>

Na letra da lei, a RNT é um instrumento que visa potencializar o esporte nacional, seja pela perspectiva do alto rendimento, seja na chave da inclusão social. Embora esta política pública seja recente, e conte com pouco tempo de maturação para seus resultados, sua implementação demanda estudos para avaliar e monitorar a sua conformação como um efetivo legado. Tais avaliações podem ser fundamentais para ajustar e/ou refinar o desenvolvimento da pauta a política pública, principalmente se considerada a atual conjuntura econômica, com crescente restrição orçamentária dos entes governamentais (BUARQUE; MEDEIROS; BISSO, 2018).

Em uma publicação oficial nomeada de Revista da Rede Nacional de Treinamento, datada de fevereiro de 2016 e assinada pela então presidenta Dilma Rousseff – além de ministros, secretários e assessores especiais – há uma lista de obras que seriam realizadas no escopo da RNT.

<p>Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão). Investimento de R\$ 45 milhões em reformas. Parceria com Prefeitura Municipal do Recife (PE).</p> <p>Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD). Investimento de R\$ 188 milhões em construção e equipagem. Parceria com Ministério da Educação e Universidade Federal do Rio de Janeiro.</p> <p>Pista BMX. Investimento de R\$ 1 milhão na construção. Parceria com Prefeitura de Teresina (PI).</p> <p>Pista BMX. Investimento de R\$ 491,2 mil na construção. Parceria com Prefeitura Municipal de Londrina (PR).</p> <p>Pista BMX. Investimento de R\$ 900 mil na construção. Parceria com Prefeitura Municipal de Curitiba (PR).</p> <p>Pista BMX. Investimento de R\$ 900 mil na construção. Parceria com Prefeitura de Araraquara (SP).</p> <p>Pista BMX. Investimento de R\$ 900 mil na construção. Parceria com Prefeitura de Niterói (RJ).</p> <p>Pista BMX. Investimento de R\$ 900 mil na construção. Parceria com Prefeitura de Palmas (TO).</p> <p>Universidade da Força Aérea (Unifa). Investimento de R\$ 58,1 milhões em reformas e construções de instalações esportivas. Parceria com Ministério da Defesa. Modalidades: várias.</p> <p>Velódromo. Investimento de R\$ 1,3 milhão na construção. Parceria com Prefeitura Municipal de Indaiatuba (SP).</p> <p>Velódromo Olímpico. Investimento de R\$ 112,9 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ).</p> <p>PISTAS OFICIAIS DE ATLETISMO</p> <p>Boa Vista (RR). Investimento de R\$ 11,9 milhões. Parceria com Prefeitura.</p> <p>Campinas (SP). Investimento de R\$ 2,3 milhões. Parceria com Prefeitura.</p> <p>Campo Grande (MS). Investimento de R\$ 3,8 milhões. Parceria com Prefeitura.</p> <p>Centro de Capacitação Física do Exército (Rio de Janeiro). Investimento do Ministério da Defesa.</p> <p>Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes - Cefan (Rio de Janeiro). Investimento do Ministério da Defesa.</p> <p>Centro de Formação Olímpica do Norte </p>	<p>te (Fortaleza/CE). Investimentos na pista incluídos no total da construção do Centro de Treinamento.</p> <p>Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo. Investimento de R\$ 1,6 milhão.</p> <p>Centro Esportivo Santos Dumont (Recife). Investimento de R\$ 5 milhões. Parceria com Governo do Estado de Pernambuco</p> <p>Centro Estadual de Treinamento Esportivo (Porto Alegre). Investimento de R\$ 1,5 milhão. Parceria com Governo do Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Centro Interescolar de Educação Física (CIEF). Investimento de R\$ 15,8 milhões. Parceria com Governo do Distrito Federal.</p> <p>Centro Nacional de Treinamento de Atletismo Professor Oswaldo Terra (São Bernardo do Campo/SP). Investimentos na pista incluídos no total da construção do Centro de Treinamento.</p> <p>Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa de São Paulo (SP). Investimento de R\$ 6,7 milhões. Parceria com Prefeitura.</p> <p>Centro Paraolímpico Brasileiro (São Paulo/SP). Investimentos na pista incluídos no total da construção do Centro de Treinamento.</p> <p>Complexo Esportivo de Deodoro (Rio de Janeiro/RJ). Investimento de R\$ 8,9 milhões. Obra da Vale via Lei de Incentivo ao Esporte.</p> <p>Estádio Zerão (Macapá). Investimento de R\$ 5,9 milhões para construção do complexo poliesportivo. Parceria com Governo do Estado do Amapá.</p> <p>Jaraguá do Sul (SC). Investimento de R\$ 4,1 milhões. Parceria com a Prefeitura</p> <p>Parque Poliesportivo do Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal). Investimento de R\$ 9,5 milhões.</p> <p>São Caetano do Sul (SP). Investimento de R\$ 7 milhões. Parceria com Prefeitura.</p> <p>São José do Rio Preto (SP). Investimento de R\$ 7,2 milhões. Parceria com Prefeitura</p> <p>Universidade da Força Aérea - Unifa (Rio de Janeiro). Investimento do Ministério da Defesa.</p> <p>Universidade de Brasília. Investimento de R\$ 13,7 milhões.</p> <p>Universidade Estadual da Paraíba (Campina Grande). Investimento de R\$ 6,1 milhões</p> <p>Universidade Estadual de Londrina (PR). </p>	<p>Investimento de R\$ 7,8 milhões.</p> <p>Universidade Estadual do Piauí (Teresina). Investimento de R\$ 8,5 milhões.</p> <p>Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente/SP). Investimento de R\$ 12,5 milhões.</p> <p>Universidade Estadual Paulista (Rio Claro/SP). Investimento de R\$ 9,4 milhões.</p> <p>Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa). Investimento de R\$ 6 milhões.</p> <p>Universidade Federal de Alagoas (Maceió). Investimento de R\$ 9,1 milhões.</p> <p>Universidade Federal de Goiás (Goiânia). Investimento de R\$ 8,6 milhões.</p> <p>Universidade Federal de Juiz de Fora. Investimento de R\$ 3,2 milhões.</p> <p>Universidade Federal de Lavras (MG). Investimento de R\$ 9,6 milhões.</p> <p>Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte). Investimento de R\$ 5,9 milhões. Parceria com Governo do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Universidade Federal de Pernambuco (Recife). Investimento de R\$ 6,7 milhões.</p> <p>Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis). Investimento de R\$ 7,2 milhões.</p> <p>Universidade Federal de Sergipe (Aracaju). Investimento de R\$ 3,8 milhões.</p> <p>Universidade Federal de Tocantins (Palmas). Investimento de R\$ 7,8 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Acre (Rio Branco). Investimento de R\$ 12,2 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Ceará (Fortaleza). Investimento de R\$ 5,6 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória). Investimento de R\$ 5,7 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Maranhão (São Luís). Investimento de R\$ 6 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Mato Grosso (Cuiabá). Investimento de R\$ 6,9 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Paraná (Curitiba). Investimento de R\$ 7,3 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Piauí (Teresina). Investimento de R\$ 8,9 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Investimento de R\$ 7,5 milhões.</p> <p>Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Diamantina (MG). Investimento de R\$ 5,1 milhões.</p> <p>Vila Olímpica de Maringá (PR). Investimento de R\$ 14,5 milhões. Parceria com Prefeitura.</p>
--	--	---

Figura 2 - Lista de obras previstas para a Rede Nacional de Treinamento - Parte I

<p>Arena de Rúgbi e de Pentatlo Moderno. Investimento de R\$ 39 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ). Instalação temporária.</p> <p>Arena Deodoro. Investimento de R\$ 103,2 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ). Modalidades: basquete, esgrima do pentatlo moderno e esgrima paralímpica.</p> <p>Arena do Futuro. Investimento de R\$ 121,1 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ). Modalidade: handebol e goalball.</p> <p>Arenas Cariocas 1, 2 e 3. Investimento federal de R\$ 58,5 milhões para aquisição, instalação, operação e manutenção do sistema de ar condicionado. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ). Modalidades: basquete, basquete em cadeira de rodas, rúgbi em cadeira de rodas, judô, luta olímpica, bocha, taekwondo, esgrima e judô paralímpico.</p> <p>Centro Aquático de Pentatlo Moderno (legado do Pan 2007). Investimento de R\$ 4,4 milhões em adequações para Rio 2016. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ).</p> <p>Centro de Canoagem Slalom. Investimento de R\$ 3 milhões na estruturação. Parceria com a Prefeitura de Foz do Iguaçu (PR).</p> <p>Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx). Investimento de R\$ 20,4 milhões em reformas de instalações esportivas. Parceria com Ministério da Defesa. Modalidades: várias.</p> <p>Centro de Desenvolvimento do Handebol. Investimento de R\$ 14,5 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP).</p> <p>Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan). Investimento de R\$ 20 milhões em reformas e construções de instalações esportivas. Parceria com Ministério da Defesa. Modalidades: várias.</p> <p>Centro de Excelência em Saltos Ornamentais. Investimento de R\$ 1,9 milhão na estruturação. Parceria com Universidade de Brasília.</p> <p>Centro de Formação Olímpica do Nordeste. Investimento de R\$ 230 milhões na construção. Parceria com Governo do Estado do Ceará. Modalidades: atletismo, natação, badminton, nado sincronizado, basquete, pentatlo, boxe, rúgbi, ciclismo,</p>	<p>tênis, handebol, taekwondo, esgrima, tênis de mesa, futebol, tiro com arco, ginástica, triatlo, levantamento de peso, vôlei, hóquei sobre a grama, vôlei de praia, judô, polo aquático, luta e saltos ornamentais.</p> <p>Centro de Hóquei sobre a Grama (legado do Pan 2007). Investimento de R\$ 34,5 milhões em adequações para Rio 2016. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ).</p> <p>Centro de Treinamento de Freestyle. Investimento de R\$ 9,3 milhões na estruturação. Parceria com a Prefeitura de São Roque (SP).</p> <p>Centro de Treinamento de Ciclismo. Investimento de R\$ 1 milhão na construção. Parceria com a Prefeitura Municipal de Londrina (PR).</p> <p>Centro de Treinamento Paralímpico. Investimento de R\$ 282,1 milhões na construção. Parceria com Governo do Estado de São Paulo. Modalidades: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, natação, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, futebol de 7, goalball, halterofilismo, judô, rúgbi, tênis, tênis em cadeira de rodas, triatlo e vôlei sentado.</p> <p>Centro Esportivo Santos Dumont. Investimento de R\$ 16 milhões em reformas. Parceria com o Governo do Estado de Pernambuco.</p> <p>Centro Nacional de Hipismo. Investimento de R\$ 8,5 milhões na estruturação. Parceria com a Prefeitura Municipal de Barretos (SP).</p> <p>Centro Nacional de Hipismo (legado do Pan 2007). Investimento de R\$ 157,1 milhões em adequações para Rio 2016. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ).</p> <p>Centro Nacional de Tiro Esportivo (legado do Pan 2007). Investimento de R\$ 38,3 milhões em adequações para Rio 2016. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ).</p> <p>Centro Nacional de Treinamento de Atletismo. Investimento de R\$ 18,7 milhões na construção. Parceria com Governo do Estado do Paraná e Prefeitura Municipal de Cascavel (PR).</p> <p>Centro Nacional de Treinamento de Atletismo Professor Oswaldo Terra. Investimento de R\$ 32,5 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal de São</p>	<p>Bernardo do Campo (SP).</p> <p>Centro Olímpico de BMX. Investimento de R\$ 12,8 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ).</p> <p>Centro Olímpico de Esportes Aquáticos. Investimento de R\$ 217,1 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ). Modalidades: natação e polo aquático.</p> <p>Centro Olímpico de Tênis. Investimento de R\$ 191,1 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ).</p> <p>Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa de São Paulo. Investimento de R\$ 10 milhões em reformas. Parceria com Prefeitura Municipal de São Paulo (SP).</p> <p>Centro Pan-Americano de Judô. Investimento de R\$ 43,2 milhões na construção. Parceria com Governo do Estado da Bahia e Confederação Brasileira de Judô.</p> <p>Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs). Investimento de R\$ 915 milhões na construção de 255 CIEs em 241 municípios de todas as regiões do país.</p> <p>Clube da Aeronáutica (Caer). Investimento de R\$ 19,7 milhões em reformas e construções de instalações esportivas. Parceria com Ministério da Defesa. Modalidades: várias.</p> <p>Complexo Esportivo de Badminton. Investimento de R\$ 4,1 milhões. Parceria com Universidade Federal do Piauí.</p> <p>Conjunto Desportivo Baby Barioni. Investimento de R\$ 13,5 milhões em reformas. Parceria com Governo do Estado de São Paulo.</p> <p>Escola Naval. Investimento de R\$ 4,9 milhões em reformas e construções de instalações esportivas. Parceria com Ministério da Defesa. Modalidades: várias.</p> <p>Estádio de Canoagem Slalom. Investimento de R\$ 118 milhões na construção. Parceria com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ).</p> <p>Estádio Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho). Investimento de R\$ 9 milhões em reformas. Parceria com Governo do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Fundação Vila Olímpica Dalino Duarte de Mattos Areosa (Vila Olímpica de Manaus). Investimento de R\$ 6,6 milhões em reformas. Parceria com Governo do Estado do Amazonas.</p>
---	---	--

Figura 3 - Lista de obras previstas da Rede Nacional de Treinamento - Parte II

Em busca de informações oficiais para aprofundar a discussão e ampliar as perspectivas da pesquisa sobre a Rede Nacional de Treinamento, foi necessário entrar com uma manifestação pública no Fala. BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, do Ministério da Cidadania, por meio da Lei de Acesso à Informação. Após dois pedidos de prorrogação de prazo para resposta e um atraso considerável do último prazo acordado, o Ministério enviou as respostas finais no dia 17/02/2021. Vale ressaltar que nem todos os questionamentos solicitados foram explicados pela equipe responsável, porém, os documentos enviados contribuem para o esclarecimento de determinadas questões, principalmente sobre as obras entregues, as obras em andamento e os valores destinados para cada equipamento.

A resposta do Governo Federal foi realizada via e-mail, com a seguinte mensagem no corpo do texto:

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao pedido de acesso à informação, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) apresenta os seguintes esclarecimentos.

Com relação ao Centro Olímpico de Treinamento (Parque Olímpico da Barra e Complexo Olímpico de Deodoro), tem-se as informações em anexo.

Em complemento encaminha em anexo "as Listas de obras programadas; obras entregues; obras em andamento; obras que serão entregues; e valores utilizados pelo governo nas obras da RNT" conforme encaminhamento pelo Departamento de Infraestrutura/DIE.

Caso deseje informações complementares ou realizar novos questionamentos, orientamos que registre um novo pedido de acesso à informação na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, encontrado no endereço: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx>.

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Ouvidoria Geral/SE

Ministério da Cidadania - MCid

Ed. The Union - SMAS trecho 03 Lt 01 sala 10 - Térreo

Os documentos anexados ao e-mail de resposta do Ministério da Cidadania foram separados em duas categorias, sendo que um deles reuniu a lista dos Centros Nacionais de Treinamento e o outro apresentou a lista do Centro Olímpico de Treinamento, apresentados ao longo do texto. Neste primeiro momento, como o capítulo se destina a debater a Rede Nacional de Treinamento, serão utilizadas as primeiras duas tabelas enviadas, que encontram-se abaixo:

Quadro 9 - Centros Nacionais de Treinamento - Contrato de repasse e termo de compromisso

OBJETO	Nº. CR	DV	Nº. CONVÊNIO	TOMADOR	UF	SITUAÇÃO DA OBRA	VALOR GLOBAL
Implantação do centro de formação olímpica do nordeste	4241 66	60	677862	Secretaria do esporte do estado do Ceará	CE	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 216.367.437,37
Centro Paraolímpico Brasileiro - Local: São Paulo	4241 74	66	678394	Secretaria de estado dos direitos da pessoa com deficiência	SP	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 280.060.164,13
Implementação e construção do centro paraolímpico - centro integrado de avaliação e laboratório da condição funcional do atleta paraolímpico.	1002 273	50	779195	Secretaria de estado dos direitos da pessoa com deficiência	SP	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 24.000.000,00
Construção centro pan- americano de judô	3715 17	75	765080	Secretaria do trabalho, emprego, renda e esporte- Bahia	BA	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 17.811.773,92
Construção do centro Panamericano de judô - 2ª fase	1005 499	73	785411	Secretaria do trabalho, emprego, renda e esporte- Bahia	BA	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 9.742.456,31

Implantação de unidade compacta de bombeamento de água para o Complexo Parque da Barragem Canal da Piracema, para o Centro Nacional de Treinamento de Canoagem Slalom da Equipe Olímpica para as Olimpíadas Rio2016	2014 001	20 14	680675	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	PR	OBJETO CONCLUÍDO	R\$3.200.000,00
Objeto: Implantação e estruturação completa, montagem e equipagem, do Centro de Desenvolvimento do Handebol Brasileiro	3474 15	40	753344	Município de São Bernardo do Campo	SP	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 14.549.367,81
Implantação da pista de Bicicross (BMX) - 2ª fase	1022 089	96	814471	Município de Londrina	PR	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 346.762,28
Construção de centro de treinamento para ciclismo no município de Londrina.	1006 611	84	787272	Município de Londrina	PR	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 1.080.233,07
Implantação de um Centro de Excelência em Hipismo de Alto rendimento no recinto Paulo de Lima Correa em Barretos.	3863 74	76	770051	Município de Barretos	SP	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 8.519.195,73
Revitalização do centro de esportes e lazer Alberto Santos Dumont.	1026 274	52	821687	Secretaria de educação	PE	EXECUÇÃO INICIADA	R\$ 19.948.541,91
Implantação de centro de formação de atletas de alto rendimento - Ciclismo - Indaiatuba/SP	3873 00	7	770729	Município de Indaiatuba/SP	SP	OBJETO CONCLUÍDO	R\$ 4.725.873,43

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 10 - Centros Nacionais de Treinamento - Termo de execução descentralizada – TED

OBJETO	Nº TED	TOMADOR	UF	Valor de Repasse	% EXECUÇÃO	% PAGO
Construção do Centro em Excelência em Badminton	69/2014	Universidade Federal do Piauí	PI	R\$5.486.384,78	100,00%	100,00%
Inclusão de umanovapista de aquecimento e complementação da meia lua da pista IAAF no projeto de Construção de Infraestrutura e Complementos de Pista de Atletismo	49/2013	Universidade Federal do Maranhão	MA	R\$1.382.403,23	100,00%	100,00%
Construção de Infraestrutura e Complementos da Pista de Atletismo	29/2013	Universidade Federal do Maranhão	MA	R\$4.692.685,34	100,00%	100,00%
Complementação de Centro de Treinamento de Atletismo de Alto Rendimento	28/2013	Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN	RN	R\$2.261.765,19	100,00%	100,00%
Complementação da construção da pista de atletismo com piso sintético	25/2012	Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN	RN	R\$1.806.731,32	100,00%	100,00%
Construção e adaptação do espaço da pista de atletismo do centro de treinamento de alto rendimento da faculdade de educação física da Universidade Federal do Goiás.	52/2013	Universidade Federal de Goiás	GO	R\$3.111.961,44	100,00%	100,00%
Construção de pista de atletismo e complementos	23/2013	Universidade Federal de Santa Catarina	SC	R\$5.125.586,63	100,00%	100,00%

Execução do projeto de revestimento da Pista de Atletismo	27/2012	Universidade Federal de Santa Catarina	SC	R\$2.851.728,14	100,00%	100,00%
Projeto de construção da pista de atletismo da UFPI	27/2015	Universidade Federal do Piauí	PI	R\$ 308.916,13	100,00%	100,00%
Projeto de construção da pista de atletismo da UFPI	40/2013	Universidade Federal do Piauí	PI	R\$9.631.666,74	100,00%	100,00%
Pista de Atletismo do Centro de Formação de Atletas - 2ª Parte	68/2014	Universidade Federal do Tocantins	TO	R\$4.925.665,38	100,00%	100,00%
Centro de Formação de Atletas de Alto Rendimento	60/2013	Universidade Federal do Tocantins	TO	R\$3.893.998,50	100,00%	100,00%
Manutenção da Pista de Atletismo do CTE - UFMG	08/2018	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	R\$3.990.000,00	100,00%	100,00%
Criação de infraestrutura para o treinamento das equipes olímpicas de futebol, voleibol, saltos ornamentais, polo aquático e levantamento de peso para os jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016.	45/2014	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes - CEFAN	RJ	R\$19.036.220,87	100,00%	100,00%
Centro de Treinamento Esportivo no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro	19/2015	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	R\$61.390.000,00	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor.

As tabelas enviadas pelo Ministério da Cidadania apresentam, como solicitado via lei de acesso à informação, dados financeiros e de conclusão de obras dos equipamentos da Rede Nacional de Treinamento. Porém, algumas informações se mostram de forma imprecisa,

muitas vezes incoerentes com o que havia sido anunciado como plano de legado para os equipamentos. Não foi possível detectar se os responsáveis não enviaram as informações corretas ou se as obras não foram desenvolvidas e concluídas como o esperado. Importante ressaltar que outro contato foi realizado com o Ministério da Cidadania para novos esclarecimentos acerca das imprecisões, porém não houve resposta até o momento de escrita deste texto.

Na ocasião da concepção e do anúncio público da RNT, o orçamento original era de R\$780.500.000,00. No entanto, os valores enviados somam um total de R\$599.271.573,00, ou seja, existe uma sobra de recursos no valor de R\$181.228.427,00, que não foi elucidada no contato realizado e nas publicações disponíveis nos órgãos oficiais do governo. Além disso, o plano de legado inicial expunha uma lista com 94 equipamentos da RNT, enquanto o material enviado abrange apenas 25 equipamentos. Estes e outros sinais podem demonstrar uma desconexão dos projetos a nível federal, o que abre espaço para críticas, desconfianças e falta de credibilidade do esporte brasileiro, principalmente no que se refere ao legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Em busca de compreender e assimilar de maneira mais profunda o legado esportivo de 2016 foi necessário envolver, em forma de entrevistas, os principais atores desta conjuntura. Além das análises bibliográficas, de pesquisas e de repercussão na mídia, conversar e principalmente perceber as respostas e visões dos stakeholders que orbitam em torno do legado é de suma relevância para complementar a análise dentro desta pesquisa. A lista completa dos entrevistados, assim como cargo, categoria, data e duração encontra-se abaixo:

Quadro 11 - Lista dos Entrevistados

Nome	Cargo	Categoria da pesquisa	Data/ duração da entrevista
Erinaldo Chagas	Secretário Nacional de Paradesporto	Gestor público	12/01/2021 1h45min
Anônimo	CEO de Confederação Brasileira de modalidade olímpica	Gestor público	14/01/2021 1h30min
Igor Borges da Silva	Fundador da IB Sports	Gestor privado	18/12/2020 1h05min
Joana Maranhão	Atleta profissional de	Atletas e	15/12/2020

	natação	treinadores	45 minutos
Palmira Marçal	Atleta profissional de basquete	Atletas e treinadores	06/01/2021 55 minutos
Luiz Carlos das Neves	Diretor geral do Escritório de Governança do Legado Olímpico - EGLO,	Gestor público	06/01/2021 1h55min
Anônimo	Gerente de secretaria especial da prefeitura do Rio de Janeiro	Gestor público	12/01/2020 1h35min
Felipe Carvalho	Gerente esportivo do Serviço Social do Comércio – SESC/RJ	Gestor privado	27/12/2020 1h45min
Leriana Figueiredo	Gerente Executiva do Instituto Reação	Gestor privado	29/12/2020 2h15min
Bruno Tavares Vidal	Diretor técnico do clube ADM-PETRÓPOLIS	Atletas e treinadores	15/01/2021 1h50min
Joice Rodrigues	Atleta profissional de basquete	Atletas e treinadores	30/12/2021 1h15min

Fonte: elaborado pelo autor.

Diante disso, como metodologia escolhida para esta etapa do trabalho, foram selecionados 6 possíveis nomes de entrevistados relacionados à Rede Nacional de Treinamento, separados entre Gestores Públicos, Gestores privados, e Atletas e Treinadores, sendo duas pessoas para cada categoria. As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, utilizando diferentes formas, entre presencial, por telefone, por aplicativos de conferência e por e-mail. A realização destas entrevistas foi autorizada pelo Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Fundação Getúlio Vargas (CEPH), em dezembro de 2020. Todos os entrevistados cederam autorização para a divulgação dos nomes neste trabalho.

Na análise da Rede Nacional de Treinamento foram entrevistados:

Gestores Públicos:

- Erinaldo Chagas - Secretário Nacional de Paradesporto e ex-coordenador geral da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO)
Entrevista realizada por aplicativo de conferência, no dia 12/01/2021, às 15h
- Anônimo - CEO de Confederação Brasileira de modalidade olímpica
Entrevista realizada por e-mail, com respostas recebidas no dia 14/01/2021

Gestores privados:

- Igor Borges da Silva - Gestor esportivo e fundador da IB Sports
Entrevista realizada por aplicativo de conferência, no dia 18/12/2020, às 10h.

Atletas e Treinadores:

- Joana Maranhão - Atleta profissional de natação
Entrevista realizada por telefone, no dia 15/12/2020, às 16h
- Palmira Marçal - Jogadora profissional de basquete - Seleção Brasileira
Entrevista realizada por aplicativo de conferência, no dia 06/01/2021, às 15h.

3.2 Visões de gestores públicos

A visão dos gestores públicos se mostra fundamental para a compreensão do quadro geral do legado esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016, especialmente quando se trata do Rede Nacional de Treinamento, anunciada como um dos maiores legados esportivos do país. São indivíduos importantes dentro do contexto, tendo em vista que a administração dos equipamentos e dos recursos disponíveis para o legado é de responsabilidades deles.

Neste cenário, em busca de compreender a visão destes atores importantes no quadro do legado, foram entrevistados dois gestores públicos nacionais que atuam diretamente com esporte e com o legado esportivo dos Jogos de 2016: Erinaldo Chagas, Secretário Nacional de Paradesporto e ex-coordenador geral da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO); e um gestor que optou por deixar os dados anônimos, CEO de Confederação Brasileira de modalidade olímpica.

Como ponto de partida das entrevistas e das análises das mesmas, é basilar entender, em um primeiro momento, as visões dos entrevistados sobre o conceito de legado esportivo de uma edição de Jogos Olímpicos. O gestor anônimo de confederação de modalidade olímpica entende que legado tem um conceito amplo e abrangente dada às inúmeras definições e

atribuições associadas ao termo. Ele enxerga como contribuição que os Jogos Olímpicos deixam efetivamente para a sua região de abrangência na relação de tempo, podendo ele ser positivo ou negativo. Ainda segundo ele, o legado esportivo se configura como os efeitos do megaevento que contribuem ou atrapalham o desenvolvimento do esporte na cidade-sede dos Jogos e/ou do país. Relaciona-se à infraestrutura esportiva, geração de novos conhecimentos, equipamentos, materiais, recursos humanos, entre outros (ANÔNIMO - CEO DE CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MODALIDADE OLÍMPICA, 2021).

Em congruência de ideias, Edinaldo Chagas, ex-gestor do legado e atual secretário nacional de Paradesporto, acredita que o “legado olímpico pode ser muitas coisas. Estive em quatro edições antes do Rio 2016 e pude presenciar algumas questões. Podemos definir como legado de infraestrutura e como um legado imaterial. Importante ressaltar que legado não é algo estático. Essa é a maior lição. A sociedade tem que participar” (CHAGAS, 2021).

Ao adentrar no foco principal da interlocução com os gestores públicos, neste caso específico sobre a Rede Nacional de Treinamento, é pertinente observar os pontos de sinergia entre as opiniões dos entrevistados, principalmente no que diz respeito à ideia inicial da concepção da RNT e os desdobramentos práticos avaliados. O CEO de uma Confederação Brasileira de modalidade olímpica, que preferiu deixar os dados anônimos, entende que como projeto inicial, a RNT fazia todo o sentido, buscando um desenvolvimento pleno do esporte em diferentes regiões do país. No entanto, como muitas boas ideias do esporte nacional, têm-se boas intenções, mas estrutura-se muito pouco a noção de gestão e operação de equipamentos visando, especialmente, a sua sustentabilidade econômica. A interligação entre os centros e a disseminação de informações e conteúdos igualmente se mostrou frágil (ANÔNIMO - CEO DE CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MODALIDADE OLÍMPICA, 2021).

Em linha semelhante de raciocínio, Chagas crê que a rede foi necessária e foi construída de uma maneira que na época se entendia como a mais correta. Com o passar do tempo, já não apresenta mais os resultados esperados. Ele conta, ainda, que esteve diretamente envolvido com a RNT, participou de reuniões, de planejamento estratégico, e de outras tomadas de decisões importantes acerca da rede. Segundo a experiência relatada por ele:

A RNT foi criada com o intuito e com um objetivo muito bem definido. Muito necessário na época, mas que na execução começou a fazer alterações e isso se perdeu. Hoje temos algumas ilhas de sucesso, como o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, que é um caso de sucesso, mas também temos muito exemplos perdidos, de dinheiro mal investido, muito também pelo retrato do governo, um retrato de corrupção, de falta de credibilidade. Muita gente diz que o

legado está largado. Vejo muito na imprensa. Mas o que a sociedade quer fazer com isso? Não existe legado que dê lucro financeiro. O lucro é social. A sociedade quer contribuir? Quer ajudar a pagar a conta? Quer pagar por uma Rede Nacional de Treinamento? (CHAGAS, 2021).

O exemplo explicitado por Chagas sobre o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, segundo o site oficial do Comitê Paralímpico Brasileiro⁹, está localizado no Parque Fontes do Ipiranga, Zona Sul de São Paulo, e tem instalações esportivas indoor e outdoor que servem para treinamentos, competições e intercâmbios de atletas e seleções em 15 modalidades paralímpicas. O investimento para a obra, em valores de 2016, quando da conclusão das obras, foi de R\$ 264,272 milhões, sendo R\$ 149,630 milhões do Governo Federal - por meio do Plano Brasil Medalhas - e R\$ 114,642 milhões do Governo do Estado de São Paulo. O CT foi inaugurado em maio de 2016 e é o principal centro de excelência do Brasil e da América Latina e um dos melhores do mundo esporte de alto rendimento (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2018).

Como gestor esportivo de uma importante confederação brasileira, o entrevistado também teve a experiência de utilizar os equipamentos na ponta, principalmente o Centro Paralímpico Brasileiro, em São Paulo, e o Parque Olímpico da Barra, no Rio de Janeiro. De acordo com a experiência do gestor, ele utilizou e avaliou:

O Centro Paralímpico Brasileiro, em São Paulo, para a realização de eventos da modalidade que coordeno, além da manutenção de Seleção Permanente Paralímpica e realização de projetos específicos voltados para a formação de atletas. Trata-se de um equipamento moderno e muito bem administrado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. No Parque Olímpico da Barra, no Rio de Janeiro, estive presente na realização de eventos, participação em congressos e ações ligadas ao Laboratório Olímpico, do Comitê Olímpico do Brasil. Avalio como um equipamento com elevado potencial de gerar retorno esportivo e econômico, mas que precisa ser gerido de modo integrado e voltado, sobretudo, para aquilo que é vocacionado: a realização de eventos (ANÔNIMO - CEO DE CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MODALIDADE OLÍMPICA, 2021).

O secretário Erinaldo Chagas ainda acredita que ações como a Rede Nacional de Treinamento são fundamentais. Segundo ele, sem a RNT, não tem treinamento, não tem atleta de alto nível. E isso não é para ver no primeiro lugar do pódio, não é para virar potência mundial. É para inspirar, é um investimento para tirar as pessoas da inércia para buscar saúde, para encarar o esporte como uma ferramenta de inclusão, de saúde, de educação. “Hoje a Secretaria Nacional do Esporte tem investido muito para mantê-la, para colocá-la em condições. Um investimento imenso e que traga resultados. Não sai de uma hora para a outra.

⁹COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Centro de Treinamento. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/centrotreinamento>. Acesso em: 05 abr. 2021.

Passamos um tempo muito ruim em relação ao esporte, de 2016 pra cá. Tem que ter um reforço maior nessa rede. Sem ela, não conseguimos subir de patamar com relação a uma nação bem sucedida esportivamente” (CHAGAS, 2021).

De maneira conclusiva, o CEO de Confederação Brasileira de modalidade olímpica ainda considera que, em se tratando dos Jogos Olímpicos de 2016, o legado estrutural é o mais marcante, não só pela concepção das estruturas esportivas, além de outros equipamentos renovados ou construídos na cidade-sede dos Jogos, como também em outras localidades, como os Centros de Treinamento que foram propostos e construídos na ocasião. O gestor público acredita, ainda, que naturalmente, os ativos trazem consigo custos elevados de gestão, operação e manutenção, que carece de melhor planejamento para garantir retorno efetivo frente aos investimentos realizados. Mas a qualificação de eventos nacionais e internacionais dentro de equipamentos modernos, de nível internacional, traz impacto significativo para o esporte como um todo. Deve-se considerar, ainda, o legado humano, com uma melhor preparação e aperfeiçoamento de profissionais ligados a área de eventos e gestão de instalações esportivas, que podem ser melhor aproveitados no contexto esportivo nacional (ANÔNIMO - CEO DE CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MODALIDADE OLÍMPICA, 2021).

3.3 Visões de gestores privados

A visão dos gestores privados também é crucial para compreensão do contexto do legado esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016. Quando se trata da Rede Nacional de Treinamento, essa visão se mostra ainda mais importante, tendo em vista que esses gestores possuem capacidade técnica para analisar, têm histórico de utilização e atuam na área há bastante tempo.

Diante disso, em busca de compreender o olhar destes atores no quadro do legado, foram procurados diversos gestores privados que pudessem tratar sobre o tema, sendo escolhidos pela atuação e pela compatibilidade com o assunto. Depois de alguns convites recusados, dois foram selecionados para as entrevistas, porém um deles cancelou a participação alegando falta de tempo. Diante disso, o entrevistado desta seção foi Igor Borges da Silva - Gestor esportivo e fundador da IB Sports.

De forma primordial, para entender a opinião do gestor esportivo, foi necessário ouvi-lo sobre o significado de legado esportivo em sua concepção profissional. Igor acredita que o legado esportivo seja todo o impacto que o esporte em si traz para a sociedade, o que começa

antes mesmo da execução do evento. Segundo ele, o planejamento inicial traz o conhecimento em gestão esportiva, decorrente do intercâmbio constante com os diversos stakeholders internacionais. Esse conhecimento acumulado no período de planejamento e na posterior operação dos jogos, se bem aproveitado, terá impacto perene no cenário esportivo nacional – uma vez que uma mão de obra mais especializada será pulverizada pelo mercado (SILVA, 2020). Ainda de acordo com o gestor:

O interesse na performance positiva do país-sede demanda um investimento prévio na formação e preparação de atletas, impactando não só o desporto de rendimento como também os de participação, educacional e de formação. Já o reforço da presença do tema esporte nos diversos meios de comunicação, incita a cultura da prática esportiva e um estilo de vida mais saudável, produzindo um enorme benefício em se tratando de saúde pública. Finalmente, a estrutura esportiva do evento configura outro ponto importante de legado dos Jogos Olímpicos (SILVA, 2020).

Para ele, em primeiro lugar, grande parte do material móvel utilizado (bolas, cones, tabelas, traves – material esportivo em geral) deveria ser posteriormente doado para instituições que fomentam o desenvolvimento do esporte. Além disso, a capacitação técnica de oficiais, árbitros e outras funções técnicas das modalidades esportivas através de treinamentos e da participação em um evento internacional moderniza a atuação dessas figuras em torneios futuros. Estádios, ginásios, arenas e locais de treinamento – se bem geridos – continuarão fomentando a prática de diversas modalidades, retroalimentando o mercado do esporte no país (SILVA, 2020).

Na ocasião em que foi perguntado sobre a Rede Nacional de Treinamento, o gestor disse, em um primeiro momento, que não conhecia o projeto. Depois de uma breve explicação, ele entendeu do que se tratava e mostrou certa surpresa com o nome da RNT, que, segundo sua percepção, não teve publicidade e não foi divulgado como merecia. Entre os equipamentos que ele teve contato e pode avaliar, surgiram dois principais: Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP – Prefeitura de São Paulo) ou do Parque Olímpico da Barra. Para o gestor, qualquer estrutura de fomento ao esporte é importantíssima, visto que tem capacidade de ser a força motriz para uma série de mudanças sociais positivas e necessárias. Porém, se mal gerida será somente mais um elefante branco (SILVA, 2020).

Falando em Parque Olímpico, acredito que uma pequena parcela da população o utiliza, mas que majoritariamente tem sido utilizado pela iniciativa privada (eventos esportivos, culturais, festas etc.). Na minha opinião, o Parque Olímpico deveria ser um complexo esportivo similar ao Aterro do Flamengo, com o adicional de possuir arenas para eventos maiores. Deveria ser vastamente utilizado pela comunidade (não

só a geograficamente adjacente), mas por toda a população carioca, como uma referência em prática esportiva (SILVA, 2020).

Ainda sobre o principal equipamento da Rede Nacional de Treinamento, Igor entende que ele deveria ser repleto de quadras das mais diversas modalidades, estruturas para prática de esportes não convencionais, como escaladas, skate, concessões, escolinhas, equipes profissionais. Basicamente, um centro de convenções esportivas, com atividades gratuitas e pagas, com estrutura para garantir o conforto de quem pratica e de quem acompanha (SILVA, 2020).

Acerca do outro equipamento citado por Igor, segundo o site da Prefeitura de São Paulo, o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP) é o equipamento da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEME) voltado ao esporte de alto rendimento. Esta característica o diferencia dos demais equipamentos da SEME, onde se pratica o esporte de participação sem a preocupação com o treinamento específico, em busca do aperfeiçoamento técnico dos atletas. Na prática, isso se traduz no funcionamento nos moldes de um clube com foco em esportes olímpicos, tendo crianças e jovens de 5 a 19 anos participando das principais competições municipais, estaduais, nacionais e até internacionais de suas faixas etárias, sem nenhum custo para atletas ou seus pais (SÃO PAULO, 2020).

Igor conclui suas avaliações sugerindo algumas soluções não só para os equipamentos da RNT, mas também para utilização destes equipamentos em busca de disseminar modalidades esportivas não tão conhecidas no Brasil. Para ele, o ideal seria um trabalho em conjunto com associações locais da prática da modalidade, através da produção de clínicas e escolinhas, onde crianças possam experimentar esportes diferentes e outros eventos sociais e culturais que aproximassem o equipamento da comunidade. Além disso, a produção de eventos nacionais e internacionais abertos ao público (assim que for possível em termos de saúde pública) ajuda na criação de um enredo sobre a modalidade, conectando com os espectadores. O ganho nesse contexto seria a ampliação do cenário esportivo. A estrutura amadora ainda não está organizada o suficiente para aproveitar as oportunidades do mercado, perdendo praticantes para outras formas de lazer como cinema, videogames etc (SILVA, 2020). Ele finaliza:

Muitas vezes uma criança se desestimula por não ser tão boa na modalidade que está praticando, desistindo da prática esportiva em geral por não ter oportunidade de testar outras que mais se adequem as suas capacidades. Ampliar a gama de esportes disponíveis cria uma cultura mais focada no esporte, trazendo diversos benefícios para educação, saúde e até mesmo segurança pública (SILVA, 2020).

3.4 Visões de atletas e treinadores

Após analisar a visão dos gestores públicos e dos gestores privados, é necessário, também, para a pesquisa sobre legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016, principalmente sobre a Rede Nacional de Treinamento, entender a visão de atletas e de treinadores. São atores importantes dentro do contexto, tendo em vista que são eles quem utilizam os equipamentos na ponta, sabem das condições das estruturas esportivas e têm consciência dos principais desafios destes espaços.

Neste contexto, em busca de compreender a visão destes atores importantes no quadro do legado, foram entrevistados Joanna Maranhão, ex-nadadora profissional, medalhista pan-americana, recordista sul-americana e participante de duas edições de Jogos Olímpicos; e Palmira Marçal, atleta profissional de basquete, que fez parte do elenco da Seleção Brasileira de Basquetebol Feminino nos Jogos Pan-Americanos de 2007 e 2011 e nas Olimpíadas de 2016.

Sobre a concepção de legado esportivo de uma edição de Jogos Olímpicos, as atletas demonstram opiniões semelhantes em alguns pontos e divergentes em determinados outros. Segundo Palmira Marçal, legado é o que fica para as próximas gerações, aquilo que os atletas e os organizadores podem deixar para os que estão vindo. Ela cita o exemplo de sua modalidade, o basquete, no caso de Paula, Hortência e Janete, que deixaram um grande legado para os atletas da geração dela. Para ela, infelizmente a geração que veio depois não conseguiu deixar muito (MARÇAL, 2021).

Joana Maranhão vai um pouco além da inspiração de outras gerações. De acordo com a ex-nadadora:

Legado olímpico é uma expressão que virou muito comum. Todo mundo fala, mas ninguém se aprofunda para tentar ver o que é de verdade. Eu acho que são os equipamentos esportivos que ficam, os desdobramentos de conquistas de medalhas e a inspiração para novas gerações. Quais equipamentos foram construídos e ficaram? Estão sendo usados para que? É difícil falar sobre isso, pois não temos pesquisas acerca do tema. Eu acho que existe legado olímpico, mas nenhum país tem a fórmula perfeita para saber o que é isso e como isso deve ser feito (MARANHÃO, 2021).

Questionadas sobre a Rede Nacional de Treinamento, já adentrando no assunto principal das entrevistas, elas também demonstraram um desnivelamento de informação sobre o tema. Ao ser perguntada, a jogadora de basquete, no primeiro momento, disse que nunca tinha ouvido falar na Rede Nacional de Treinamento, que não conhece que sabia de sua existência, pois não teve divulgação. Depois da explicação, afirmou que já utilizou os

equipamentos da RNT durante os Jogos Olímpicos, em jogos na Arena 2, da Barra, e depois disso, disputou um jogo do campeonato nacional com um time do Rio de Janeiro que utilizava os equipamentos daquele local (MARÇAL, 2021).

A ex-nadadora se mostrou mais a par dos acontecimentos e da construção da Rede Nacional de Treinamento, porém, também se queixou da falta de transparência e da ausência de informações disponíveis sobre a rede e seu andamento:

O conceito da Rede Nacional de Treinamento é basicamente o que eu acredito. Gosto da proposta, mas não tenho conhecimento se isso está acontecendo de verdade. Precisamos ter dados concretos sobre políticas públicas no esporte no Brasil. No começo dos anos 2000 a gente não tinha nada, não tinha nem ministério. A partir daí passou a ter e teve um crescimento. Mas agora estamos tendo muitos cortes. Onde queremos chegar? No papel, a RNT é perfeita. Mas existe? Funciona? Quem paga? Não conheço nada disso (MARANHÃO, 2021).

Joanna ainda apresenta algumas ideias e soluções para o futuro da RNT, de sua gestão e do que o Brasil precisa buscar. Para a nadadora, daqui pra frente, precisamos focar em transformar o Brasil em uma potência esportiva, e não só em quadro de medalhas. Mas também em aproveitar esses equipamentos da RNT, por exemplo, e tantos outros. É necessário, de acordo com a visão dela, pensar em democratização do esporte, em espaços de lazer também, primeiro porque está na constituição e segundo porque já temos estrutura de clubes para oferecer. Ela ainda diz que agora não é o momento para mais corte, pois muitos já foram feitos, sendo ideal, para este momento, otimizar os programas e estruturar novos (MARANHÃO, 2021).

Um ponto que se mostra importante no debate é sobre a gestão do legado, dos equipamentos e, claro, da própria Rede Nacional de Treinamento. Quando provocada, Palmira Marçal diz acreditar que o COB deveria comandar a RNT, pois é a entidade máxima do esporte olímpico no Brasil. A atleta de basquete acredita que seria mais eficaz se o COB gerisse tudo, pensasse no legado, nas ações e, claro, no esporte brasileiro. Ainda segundo Palmira, “o legado precisa ser melhorado, as confederações tem que andar juntas, não pode ter tanta divergência, pois os esportes ficam ali no meio. O basquete sofre muito, não tem visibilidade, não tem estrutura, não tem receita, não tem patrocínio. Fica difícil” (MARÇAL, 2021).

Em linha similar de raciocínio, Joanna acredita que nada pode ficar apenas a cargo do governo federal. De acordo com ela, a atual Secretaria Especial do Esporte não presta bons serviços e que o ideal era tentar ter mais diálogo entre as das esferas federais, municipais, e estaduais. Para ela, O COB precisa estar dentro desse debate e dessa gestão. “O Maria Lenk

tem ótima estrutura, e é o COB que faz a gestão. Eu não vejo capacitação, cuidado e absolutamente nada no Governo Federal. Hoje, quem comanda não é técnica, e sim padrinho de casamento de Flávio Bolsonaro.” (MARANHÃO, 2021). Em conclusão ao raciocínio, Joana acredita que:

O Ministério do Esporte, quando era ministério, não tinha perna par controlar o que estava acontecendo em todos os municípios. Acredito que tem que ser uma gestão multidisciplinar. A verba vem do governo federal, com injeção de mais verba dos governos municipais (com gestão deles, para facilitar o contato). Tem que ter interlocução. Quem executa tem que estar em troca constante, com encontros, simpósios, etc. Sinto falta desse olhar (MARANHÃO, 2021).

3.5 Avaliação do legado esportivo Rio 2016 pelo Brasil

A República Federativa do Brasil de 2021 se apresenta como um país sem Ministério do Esporte, que havia sido criado em 1995, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, porém foi extinto como um dos primeiros atos do atual presidente Jair Bolsonaro. O que existe na contemporaneidade para superintender o esporte brasileiro é uma Secretaria Especial do Esporte, gerida por Marcelo Reis Magalhães, amigo de infância e padrinho de casamento de Flávio Bolsonaro, filho do atual presidente. Empresário e jornalista de formação, a falta de experiência neste campo e a relação de proximidade com o presidente dão brecha para críticas de algum grau de patrimonialismo.

Segundo o site oficial do Ministério da Cidadania, na seção que trata sobre a Secretaria Especial do Esporte, o órgão tem a função de assessorar na supervisão e coordenação da política nacional de desenvolvimento da prática esportiva, além de desenvolver e implementar ações de inclusão social por meio do esporte, com a perspectiva de garantir à população o acesso gratuito a atividades físicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Em outra frente, é dever da secretaria especial garantir o desenvolvimento de políticas e incentivos para o esporte de alto rendimento. O Bolsa Atleta, a Lei de Incentivo ao Esporte, o programa Segundo Tempo, o Forças no Esporte, a gestão do legado olímpico e o controle de dopagem estão entre os projetos e atribuições mais conhecidos da pasta. A coordenação e execução deles é conduzida por diferentes áreas (BRASIL, 2021).

O legado dos megaeventos é uma ferramenta para fomentar o esporte, fazendo com que sejam ampliadas progressivamente as repercussões no âmbito esportivo e social do país, com a utilização de instalações projetadas para os jogos e a herança cultural dos eventos. Tais benefícios oriundos dos megaeventos esportivos devem alcançar toda população do país e, para que isso aconteça, é preciso buscar uma forma que não atendam apenas às necessidades

esportivas específicas e/ou aos interesses políticos, mas que envolvam a sociedade como um todo (FIGUERÔA et al., 2014).

No que se refere à prática esportiva no Brasil, considerando a população de um modo geral, é possível perceber alguns números consideráveis divulgados pela Pesquisa Suplementar Prática de Esporte e Atividade Física-Pnad (2017)¹⁰, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial de Saúde.

Primordialmente, vale sublinhar que, segundo a pesquisa da Pnad, menos de 40% dos brasileiros costumam praticar algum tipo de esporte ou atividade física. O recorte, realizado com pessoas com 15 anos ou mais, aponta que apenas 37,9% dos entrevistados não foram sedentários no ano anterior à pesquisa, e a porcentagem corresponde a 61,3 milhões dos 161,8 milhões com a idade da amostra (IBGE, 2017).

Em outra pesquisa realizada, desta vez pelo Ministério da Saúde¹¹, em 2018, foi possível mapear a prática esportiva realizada no Brasil na última década. Em termos de preferências das modalidades esportivas, o órgão confirmou que as artes marciais estão em alta no país. Ao lado delas, a corrida também aparece no topo das escolhas na hora de exercitar o corpo. Considerando o período integral da pesquisa de 10 anos, o total de praticantes de ambas as modalidades teve um aumento superior a 100%. Um dos pontos considerados como surpreendente é justamente a perda do domínio do futebol, que ficou abaixo de 45% de interesse da população. A pesquisa demonstra que o futebol foi a 3ª modalidade esportiva mais praticada, sendo que a musculação ficou em 2º lugar, enquanto a caminhada/corrida ficou na 1ª posição (BRASIL, 2015).

É oportuno declarar que o dado pode ou não estar ligado aos Jogos Olímpicos, momento em que a população brasileira teve contato direto com outras modalidades esportivas para além do futebol, o que pode ter servido como inspiração para iniciar ou praticar alguma atividade. Entretanto, não foram encontrados dados e pesquisas que utilizem essa relação direta entre os Jogos Olímpicos e o aumento e a diversificação de modalidades na prática esportiva da população.

Sobre a participação do poder público nos investimentos em atividade física, a Pnad constatou que, para 118,6 milhões de brasileiros, o poder público deveria investir mais em atividades físicas ou esportivas, mas, por outro lado, 14,7% das pessoas envolvidas no estudo

¹⁰IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: práticas de esporte e atividade física** : 2015. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

¹¹BRASIL. Ministério do Esporte. **A prática do esporte no Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/2.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

opinaram que o governo não deveria investir em tais atividades, enquanto 12% informaram não ter opinião (IBGE, 2017).

Ainda no contexto da prática esportiva e de atividades físicas, a Organização Mundial da Saúde publicou uma pesquisa,¹² em 2018, sobre o sedentarismo na população mundial. Segundo a OMS, a América Latina é a região do mundo com o maior índice de pessoas que não praticam atividade física suficiente para se manter saudável, atingindo 39% do total. No continente latino-americano, o Brasil é o país com o maior índice de sedentarismo, atingindo a marca de 47% da população que não praticam atividade física suficiente para se manter saudável. Costa Rica, Argentina e Colômbia não ficaram muito distantes do índice brasileiro, apontando, respectivamente, de 46%, 41% e 36%, enquanto Uruguai (22%), Chile (26%) e Equador (27%) são os que apresentam os melhores índices. Os níveis de atividade física por semana recomendados pela OMS são de, pelo menos, 150 minutos em grau moderado a intenso ou 75 minutos de esforço físico forte (GUTHOLD, 2018).

Interessante comparar a taxa do Brasil (47%) com as de outros países que receberam megaeventos esportivos nos últimos anos. Por exemplo, a China apresenta uma taxa de 31%, a Espanha de 35%, a Rússia de 20,8% e a Inglaterra é uma das líderes do ranking, com apenas 17% da população considerada sedentária.

Quando se fala em esporte de alto rendimento, faz-se necessário compreender que, dentro da Secretaria Especial do Esporte, explicada no início deste tópico, existe uma pasta destinada ao Alto Rendimento, atualmente coordenada por Bruno Souza, ex-atleta de handebol, medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio 2007 e de Santo Domingo 2013, prata nos Pan de Winnipeg 1999, atleta olímpico nas edições de Atenas 2004 e Pequim 2008. Bruno foi secretário de esporte do município de Niterói-RJ, entre 2014 e 2016.

É conveniente dar um passo anterior para entender o cenário do esporte no Brasil nos últimos anos, especialmente em 2020. Na proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020, enviada ao Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro propôs que o investimento no esporte fosse de R\$220 milhões, praticamente metade dos R\$431 milhões que propôs Michel Temer (MDB) na LOA 2019. Na comparação com último ciclo olímpico, o corte de investimentos é ainda maior. Excluindo os gastos relativos ao legado olímpico, a redução do investimento na comparação com 2016 é de 74%, ainda sem levar em consideração a correção monetária. Neste levantamento são considerados apenas os gastos com atividades (como o

¹²GUTHOLD, Regina et al. Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016: a pooled analysis of 358 population-based surveys with 1·9 million participants. **Lancet Glob Health**, v. 6, ed. 10, set. 2018. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214-109X%2818%2930357-7>. Acesso em: 05 abr. 2021.

Bolsa Atleta e a Rede Nacional de Treinamento) e projetos (implementação de infraestrutura incluindo de lazer). Em agosto de 2020, o governo federal anunciou que não lançaria o edital do Bolsa Atleta em 2020, unificando as edições 2020 e 2021 do programa. Em outros termos, pode-se entender que atletas que têm há anos o direito ao benefício vão completar 12 meses não consecutivos sem receber a bolsa (VECCIOLLI, 2020a).

Conforme o site do Governo Federal, a Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) executa ações para fortalecer o esporte competitivo e dar suporte aos atletas nacionais. Para isso, tem integração com diversas entidades esportivas, como o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) e entidades que representam o desporto escolar e universitário. O Bolsa Atleta, um dos maiores programas de patrocínio estatal do planeta, é uma das prioridades da SNEAR (BRASIL, 2021).

Existem apenas dois programas e serviços listados nas publicações oficiais da SENEAR: Inteligência Esportiva e Bolsa Atleta, citado acima. De acordo com a apresentação disponibilizada no site, o projeto de pesquisa "Inteligência Esportiva" (IE) é uma ação conjunta entre o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) da Secretaria Especial do Esporte, do Ministério da Cidadania. Surgido em 2013, tem objetivo de produzir, aglutinar, sistematizar, analisar e difundir informações sobre o esporte de alto rendimento no Brasil e analisar as políticas públicas para o esporte de alto rendimento (BRASIL, 2020c). Além deste serviço, o programa Bolsa Atleta é considerado carro-chefe do esporte de alto rendimento no Brasil e, segundo o site oficial do programa, ele é definido como:

O governo brasileiro mantém, desde 2005, um dos maiores programas de patrocínio individual de atletas no mundo. O público beneficiário são atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. Desde 2012, com a Lei 12.395/11, é permitido que o candidato tenha outros patrocínios, o que permite que atletas consagrados possam ter a bolsa e, assim, contar com mais uma fonte de recurso para suas atividades (BRASIL, 2020c).

De acordo com publicação no site de notícias oficial do Governo Federal¹³, a fase de inscrições do edital 2021 do Bolsa Atleta foi encerrada na segunda-feira, dia 15/02/2021. O

¹³BRASIL. Governo do Brasil. **Bolsa Atleta encerra fase de inscrições com quase 7,5 mil inscritos**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2021/02/bolsa-atleta-encerra-fase-de-inscricoes-com-quase-7-5-mil-inscritos>. Acesso em: 05 abr. 2021.

programa registrou um número expressivo de inscritos em modalidades olímpicas e paralímpicas: 7.427 atletas. São cinco categorias de benefícios: atleta de Base, com valor mensal de R\$ 370, Estudantil (R\$ 370), Nacional (R\$ 925), Internacional (R\$ 1.850) e atleta olímpico/paralímpico (R\$ 3.100). Desde a criação, em 2005, já foram concedidas mais de 69,5 mil bolsas para 27 mil atletas de todo o país. O valor destinado pelo programa desde a implantação supera a marca de R\$ 1,2 bilhão (BRASIL, 2021)

Neste cenário - tendo em vista as informações apresentadas acima, o quadro atual do esporte no Brasil e os orçamentos destinados para a pasta, principalmente para o esporte de alto rendimento - uma questão paira sobre os pesquisadores, estudiosos, praticantes e amantes do esporte brasileiro: o legado esportivo dos Jogos Olímpicos é positivo ou negativo? De fato, uma pergunta complexa que reúne diversas variáveis e diferentes atores orbitando no entorno do tema.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa - apresentadas em partes primeiramente nas seções anteriores deste capítulo e posteriormente no tópico seguinte do próximo capítulo - os participantes também avaliaram o legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Como fonte de informação e percepção da visão de atores tão importantes, entre atletas, treinadores, gestores privados e gestores públicos, foram selecionados alguns trechos que tratam sobre a avaliação do legado esportivo pelo Brasil, elencados a seguir.

É fundamental considerar a avaliação de distintos atores a respeito do tema. Esta é a principal contribuição deste trabalho. Neste sentido, Bruno Tavares, diretor técnico do clube Adm-Petrópolis e professor de Tênis de Mesa, declara:

Como desportista e professor, tento sempre olhar o lado positivo. Infelizmente, no Brasil, a corrupção acontece muito. E isso foi uma porta aberta para acontecer o que aconteceu. Falando pela parte esportiva é algo que nunca mais veremos em nossa vida. Trabalhei nos Jogos e convivi com os melhores do mundo no tênis de mesa. Isso pra mim é uma experiência que dificilmente eu viverei em minha vida. Vi os melhores, joguei com os alunos, levei a turma para ver os Jogos. E isso ocorreu em todas as modalidades. Ponto muito positivo, pois motiva, dá esperança, faz com o que o aluno se dedique cada vez mais. O que me deixa triste é que não é aproveitado hoje em dia. Existe legado, mas ele poderia ser muito maior. As Arenas deviam estar cheias! Muito dinheiro público usado. E quem pagou pelo espaço, nós da população, não usa como deveria (VIDAL, 2021).

Ainda sobre o tema, Palmira Marçal, atleta profissional de basquete da Seleção Brasileira, detalha os aspectos negativos conhecidos e amplamente divulgados na grande mídia brasileira:

Pensando em esporte e como o brasileiro é apaixonado por esporte, acho que os Jogos de 2016 foram positivos. Esportivamente vejo como positivo. Mas se você for falar economicamente, aí eu acho que foi negativo. Todo mundo sabe dos rombos

que aconteceram. Muitas promessas de construção não foram realizadas. O Brasil é muito rico, mas o que tem de riqueza também tem de corrupção” (MARÇAL, 2021).

Joana Maranhão, atleta profissional de natação, traz uma perspectiva propositiva e busca contribuir com a questão:

Não temos dados concretos que investir nisso (legado esportivo) vai fazer mais gente praticar esportes. Não temos essas respostas. O que temos agora são equipamentos que foram construídos e o que vamos fazer com eles. Tendo em vista que começamos a ter ministério há pouco tempo, vejo que foi um bom trabalho. Os atletas de alto rendimento concordam comigo. Tiveram que colocar as confederações como interlocutores entre os atletas e o governo. Mas quem gere as confederações? Quem está a frente? No meu caso, eu era pessoalmente retaliada pelo presidente da Confederação de Natação pois eu era muito crítica a ele. O COB e o Governo Federal não podiam fazer absolutamente nada, pois não tinha essa hierarquia. Com o que tinha em mãos foi bom. Mas tem lições. Alto rendimento é muito custoso. E aí eu acho que entra essa minha ideia de democratização e de desporto escolar. Uma política pública de esporte que não foque somente no alto rendimento (MARANHÃO, 2020).

Joice Rodrigues, atleta profissional de basquete da Seleção Brasileira, traz uma descrição pontual e mais simples sobre o tema. Apesar disso, é uma faceta do legado muito valorizado pelos atletas:

O que aproveitamos e desempenhamos para estar em uma olimpíada, representando muitas atletas do Brasil do basquete feminino, já é uma grande vitória. Estar vestindo a camisa do seu País e ainda mais representando dentro dele, como foi no Rio 20016, é algo imensurável. Vejo como positivo (RODRIGUES, 2020).

Igor Borges da Silva, gestor esportivo e fundador da IB Sports, manifesta uma visão positiva, porém apresenta algumas críticas com relação ao legado Rio 2016:

Positiva, com um asterisco. É muito complicado afirmar que um evento dessa magnitude, que injetou dinheiro no País por diversos caminhos diferentes, e que trouxe uma modificação urbana tão grande para a cidade seja negativo. Entretanto, acredito que o potencial foi subaproveitado. Aprofundar-se nesse tema já seria um trabalho de mestrado em si, mas acho que a falta de visibilidade que a maior parte da população tem sobre a utilização da estrutura esportiva mostra isso. Ao se analisar os grandes parques esportivos de outras nações cujo fomento ao esporte é mais forte, vislumbramos estruturas cheias de vida, com utilização constante, investimento em manutenção e uma gestão cuidadosa e focada no usuário – algo que ainda não conseguimos alcançar de maneira apropriada no Brasil (SILVA, 2020).

Felipe Carvalho, gerente do Sesc RJ, também exprime uma visão favorável sobre a realização dos Jogos, principalmente do evento em si e do legado para o esporte nacional:

Foi muito positiva, foi um momento ímpar na história do Brasil e do Rio de Janeiro, um momento onde o Rio era a cidade mais festejada internacionalmente, com

pessoas do mundo todo passeando e se confraternizando em nossa cidade, além de todo o investimento que mesmo tendo ficado aquém do que deveria, trouxe bons avanços. Esportivamente nunca tivemos tantos atletas disputando tantas modalidades e chegando em tantas finais. Não podemos deixar de citar o evento paralímpico onde somos potência mundial (CARVALHO, 2020).

Leriana Figueiredo, gerente executiva do Instituto Reação, busca equilibrar os pontos acerca do legado e alerta para a falta de visão a longo prazo para as políticas públicas do esporte no Brasil:

Eu não vou dizer que foi tudo ruim. Sou uma pessoa otimista. O que tiramos de bom disso? Teve alguns investimentos que ficaram para a cidade (mesmo não suficientes ao ponto de representar um impacto significativo). Mas deixam aprendizados, lições. BRT, metrô, transolímpica e outros avanços vieram nessa onda. Teve ali um esforço naquele momento para colocar os projetos em funcionamento. Ensaíamos projetos esportivos de base comunitária, por exemplo. Mas isso não gerou um impacto de longo prazo. É como se tudo fosse feito em torno da atmosfera da cidade olímpica, da empolgação da década do esporte. Teve Rio 2016 entrando com projetos nas escolas, mas isso numa visão de projeto, mas não de política pública. Isso me incomoda no governo. Ele quer atuar junto à população a partir de pequenos projetos. Não é isso. Tem que fazer políticas pública e dar escalas às boas ideias (FIGUEIREDO, 2020).

Luiz Carlos das Neves, diretor geral do Escritório de Governança do Legado Olímpico (EGLO), admite que o legado brasileiro é subutilizado e expõe uma possível solução para a situação atual:

Estudei muito outros legados para fazer o plano para o Rio atual e realmente, se compararmos com outros, aqui está subutilizado. É um dever do Estado promover o desporto, pois ele isso é uma política pública. Não pode ser encarado como gasto, mas sim como investimento. Nós conversamos com universidades, com confederações, com todos os atores envolvidos. É preciso promover, por meio de leis de incentivo e de empresas, financiamento das arenas e dos eventos, em busca desse tão falado legado olímpico. (NEVES, 2021).

Entrevistado anônimo, gerente de secretaria especial da prefeitura do Rio de Janeiro, resumiu sua visão e acredita que o legado é positivo:

Positivo. Para a comunidade esportiva os parâmetros de organização, treinamento e gestão foram complementemente modificados. Por isso entendo que o legado é positivo, mesmo que alguns erros que podem ter ocorrido em alguns aspectos (ANÔNIMO - CEO DE CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MODALIDADE OLÍMPICA, 2021).

Erinaldo Chagas, secretário nacional de paradesporto e ex-coordenador geral da

AGLO, aborda uma questão pouco falada nas pesquisas e na mídia, como os profissionais brasileiros que atuam com esporte ao redor do mundo:

Acho que é um grande legado que a Rio 2016 deixou para o Brasil: um grande número de profissionais que trabalham com esporte. Hoje percebemos que existem brasileiros trabalhando no mundo inteiro com gestão de esporte e áreas afins. Um brasileiro comanda o Comitê Paralímpico Internacional, vários brasileiros na FIFA, etc. Se pensarmos em legado de infraestrutura e material, podemos pensar em muitas coisas. Existem várias estruturas novas no Rio. Mas se pensar assim, deixa de ser legado e passa a ser herança. Em outros países foi muito aproveitado e a gente não soube fazer. Eu acho que o legado tinha que ser inspirador. Quem participou de alguma forma tem que se inspirar nisso. Legado é a transformações que os Jogos levam para um país. Legado não é algo estático. Essa é a maior lição. A sociedade tem que participar (CHAGAS, 2021).

Entrevistado anônimo, que é CEO de uma Confederação Brasileira de modalidade olímpica, busca balancear sua avaliação e exprime comentários positivos e negativos sobre o legado dos Jogos de 2016:

Ela é positiva em alguns aspectos, como na modernização de instalações esportivas, a divulgação do Rio de Janeiro e do país para o mundo, a geração de retorno em termos de capital humano e no aperfeiçoamento a mecanismos de gestão em organizações esportivas. Mas negativa em outros, especialmente os relacionados com o planejamento esportivo, os custos elevados de sediar megaeventos (sem uma medição de retorno adequada), que estão associados ao planejamento, podendo ter sido melhor aproveitado ou otimizado para gerar maiores benefícios de longo prazo e a perda de oportunidades de realização de investimentos mais sustentáveis para o desenvolvimento do esporte no país (ANÔNIMO - CEO DE CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MODALIDADE OLÍMPICA, 2021).

Diante das revisões bibliográficas realizadas, dos contatos com órgãos federais responsáveis, da busca e compilação das principais matérias da imprensa e das entrevistas executadas, é possível entender que a Rede Nacional de Treinamento é um projeto ambicioso e que, caso fosse empreendido como havia sido planejado, o Brasil teria, de fato, uma rede integrada de treinamento de alto rendimento, lazer e inclusão. Porém, o delineamento das ações não correspondeu na prática, o que gera desconfiança e desoxigena a credibilidade do projeto.

A falta de transparência, de publicidade e de dialogo com os principais atores envolvidos diminui significativamente a crença de que o País pode se tornar uma potência esportiva, criar novas gerações de atletas, incluir os diferentes tipos de públicos na prática de atividade física e promover uma cultura verdadeiramente esportiva na população. Entrevistar gestores públicos, atletas, treinadores e gestores privados se mostrou imprescindível para

entender o que se passa na ponta, ou seja, com quem realmente atua com o esporte e com o legado dos Jogos.

4 O LEGADO ESPORTIVO CARIOCA DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016

Este capítulo tratará temáticas que dizem respeito ao legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016, especialmente sobre o legado carioca dos Jogos, ou seja, para os cidadãos, residentes e demais atores da cidade do Rio de Janeiro. O Centro Olímpico de Treinamento, que envolve os equipamentos esportivos do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro, foi selecionado, com base em critérios de relevância e contextualização, como objeto principal de estudo. Diante disso, foi realizada uma análise de sua concepção, desenvolvimento e desdobramentos, a partir da literatura disponível e do contado direto, via lei de acesso à informação, com o atual Ministério da Cidadania. Para complementar, estender as fontes de debate e deixar a discussão com cunho prático, foram efetuadas entrevistas com stakeholders elementares acerca da temática, como gestores públicos, gestores privados, atletas e treinadores, além de uma visita técnica ao Parque Olímpico da Barra.

4.1 A gestão do esporte no Rio após 2016

A análise da gestão do esporte no Rio após a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, assim como as de outras edições olímpicas, é complexa e profunda. Como ponto de partida, faz-se necessário entender o papel das autoridades públicas neste sentido, principalmente do órgão criado com a responsabilidade de gerir o legado esportivo: Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), atualmente nomeado de Escritório de Governança do Legado Olímpico (EGLO).

A definição da AGLO e de suas responsabilidades, segundo site oficial e outras publicações disponíveis, diz que a Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), autarquia vinculada ao Ministério do Esporte, é responsável por administrar e viabilizar a utilização de instalações esportivas olímpicas e paralímpicas do Parque Olímpico da Barra, no Rio de Janeiro-RJ. Compõem a estrutura gerida pela AGLO a Arena Carioca 1, a Arena Carioca 2, o Velódromo e o Centro Olímpico de Tênis.

A autarquia sucedeu a Autoridade Pública Olímpica (APO), através de medida provisória 771, de 29/03/2017. De acordo com o documento de sua criação, a entidade teria o objetivo de desenvolver um modelo de gestão sustentável das instalações do Parque por meio de parcerias com a iniciativa privada, que englobariam treinamentos e competições de diferentes modalidades, além de estar apta para abrigar shows, eventos culturais e de

negócios, constituindo-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento esportivo e cultural.

Ainda segundo a medida provisória 771:

Art. 1º Fica a Autoridade Pública Olímpica - APO, criada pela Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, transformada em autarquia federal temporária, denominada Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Esporte, com as seguintes competências:

I - viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da matriz de responsabilidade dos Jogos Rio 2016;

II - administrar as instalações olímpicas e promover estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental;

III - estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria e à exploração da utilização das instalações esportivas, aprovadas previamente pelo Ministério do Esporte; e

IV - elaborar o plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, sujeito à supervisão e à aprovação do Ministério do Esporte.

Em 30 de março de 2017, o Ministério do Esporte transformou a Autoridade Pública Olímpica (APO) em Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), por meio da MP 771/2017. Arelado ao Ministério do Esporte, o órgão tem a função de gerir o Legado de instalações, após a finalização dos Jogos Rio 2016. Segundo o próprio Ministério do Esporte¹, a AGLO funcionará até 30 de junho de 2019, a fim de garantir que as Arenas tenham programas, projetos e gestão de eventos que tornem os espaços físicos autossustentáveis do ponto de vista financeiro, técnico e estrutural. (BRASIL, 2017).

Em um relatório intitulado de Plano de Legado, lançado em junho de 2017, a AGLO trata, na seção de planejamento esportivo, da viabilidade do uso das instalações olímpicas para atividades esportivas e da finalidade do uso das instalações olímpicas. De acordo com a editoração, as instalações esportivas teriam seis principais finalidades, como espetáculo esportivo, alto rendimento, rendimento, educacional, participação e recreação:

1. O espetáculo esportivo: aquelas competições esportivas que, pelo seu nível de performance, se tornam uma apresentação atraente para assistência, podendo serem profissionais ou não, organizadas por empresa terceirizada ou pelo próprio Ministério do Esporte e seus parceiros.
2. O esporte de alto rendimento: aquele realizado para o treinamento de atletas e equipes de alto rendimento, a saber, as seleções nacionais e estaduais de ambos os gêneros em suas diferentes categorias, do mirim ao principal.
3. O esporte de rendimento: aquele realizado para a iniciação e o treinamento das modalidades esportivas, geralmente praticado por crianças, adolescentes e jovens.

4. O esporte educacional: aquele realizado sem a finalidade precípua do resultado esportivo, com foco no desenvolvimento físico e social de crianças e adolescentes.
5. O esporte de participação: aquele realizado como forma de lazer, saúde e qualidade de vida, praticado por todas as faixas etárias em seu tempo livre. Não necessariamente se realiza pela prática de modalidades esportivas, podendo ser por meio de outras formas de atividades físicas. Pode também ter ênfase na inclusão social, sem o foco do resultado esportivo. Pode ser orientado ou livre. Se livre, pode ser denominado de:
6. Recreação esportiva: aquela realizada em modalidades já reconhecidas pelas pessoas para seu lazer, saúde e qualidade de vida, independentemente de ser uma prática dirigida por um profissional, se realizando por iniciativa dos próprios praticantes em utilizar um equipamento público (exemplos comuns em nossa sociedade são o tênis, o futsal, a natação etc) (AGLO, 2017).

O Plano de Legado da AGLO ainda estabelecia como grande objetivo a realização do planejamento estratégico, tático e operacional da autarquia para a manutenção e o desenvolvimento sustentáveis do legado olímpico dos Jogos Rio 2016 como instrumento de progresso esportivo e social brasileiro. O relatório mostra os objetivos de curto prazo, elencados como 1) elaborar o plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, sujeito à supervisão e à aprovação do Ministério do Esporte; 2) viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas; e 3) estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria e à exploração da utilização das instalações esportivas, aprovadas previamente pelo Ministério do Esporte”. Como objetivo de médio prazo, relata que pretendia “administrar as instalações olímpicas e promover estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental (AGLO, 2017).

Em busca de entender o papel da AGLO e o que ocorreu desde sua criação, mencionada nos parágrafos anteriores, até o presente momento, é preciso retomar fatos e decisões tomadas ao longo dos últimos anos. Diante deste cenário, foi realizada uma pesquisa nos sites oficiais e na cobertura da imprensa sobre os principais episódios, exemplificados de maneira resumida a seguir. Os sites oficiais da AGLO, da Rede Nacional de Treinamento e da Secretaria Especial do Esporte não são suficientes para o entendimento completo da situação atual e dos acontecimentos que levaram ao cenário vigente.

No dia 18 de junho de 2019, doze dias antes do prazo para extinção da AGLO, a Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública para discutir seu futuro. Até a data citada, a Secretaria Especial do Esporte (antigo Ministério do Esporte) defendia, segundo relatos e entrevistas na imprensa, um instrumento jurídico que a

prorrogasse até o fim do governo Jair Bolsonaro, previsto para 2022. Porém, pouco tempo antes, mudou radicalmente de postura. O então presidente da AGLO, Paulo Márcio Dias Mello, havia sido convidado para a audiência, mas logo depois foi desconvidado (VECCHIOLI, 2019a).

Na audiência, o secretário especial do Esporte da época, general Décio Brasil, fez críticas à gestão da autarquia nos dois anos anteriores. Defendeu que as confederações fossem chamadas para ocupar as arenas e disse que, se a existência da AGLO não fosse renovada, o governo tem que pegar a chave dos equipamentos e entregar à prefeitura. Paulo Márcio, presidente da AGLO na ocasião, disse, em entrevista publicada no site UOL¹⁴, que se sentiu:

completamente estarecido com as inverdades ditas pelo senhor secretário de esporte Décio Brasil. Tem que avançar nos estudos? Então por que não foi feito isso em janeiro? Eles tão lá desde janeiro. Eu ia toda semana a Brasília, era o maravilhoso, entendia de legado. Aí ele (general Brasil) me liga de forma vil, covarde, sem nem ter competência para isso, e me demite. Isso não é atitude de homem. Isso revolta. Sinto que fui apunhalado pelas costas (VECCHIOLI, 2019a).

No dia seguinte ao formalizado para extinção da AGLO, mesmo depois da audiência e das entrevistas realizadas poucos tempo antes, o governo não renovou a autarquia. O cenário apresentado no dia 01 de julho de 2019 era que não havia autorização para nenhuma pessoa ou entidade para comandar o legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e principalmente seus equipamentos mais utilizados no Rio de Janeiro (Centro Olímpico de Treinamento).

Entre os equipamentos principais, o Parque Olímpico da Barra, que pertence em parte à prefeitura da capital fluminense - que tentou realizar, sem sucesso, uma parceria público-privada no final de 2016- acabou sendo concedido ao governo federal as Arenas Cariocas 1 e 2, o Velódromo e o Centro de Tênis. Em Deodoro, também a Arena da Juventude. A prefeitura ficou com o Parque Radical, em Deodoro, e a Arena Carioca 3. Naquele momento, com o fim da AGLO, o legado esportivo, por assim dizer, voltou a ser de responsabilidade do Ministério da Cidadania, que no começo daquele ano juntou aos ministérios do Esporte, Cultura e Desenvolvimento Social (VECCHIOLI, 2019b).

Cerca de dois meses depois de extinção da AGLO, na data em que o legado dos Jogos completou três anos (19 de setembro de 2019), os equipamentos estavam fechados para prática esportiva e dependiam do trabalho de voluntários nos bastidores para sobreviver. Na ocasião, a grande atividade aguardada era a realização do festival de música Rock in Rio, que

¹⁴VECCHIOLI, Demétrio. **Presidente da AGLO se diz apunhalado e ataca general: 'covarde'**. São Paulo: UOL, 2019. Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/06/19/presidente-da-aglo-se-diz-apunhalado-e-ataca-general-covarde/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

foi iniciado no mesmo mês, porém sem divulgar valores e contratos de aluguel do espaço público. Naquela conjuntura, o Ministério da Cidadania, procurado pelo portal UOL¹⁵ e perguntado sobre a situação de momento do Parque Olímpico e sobre sua gestão, se limitou a dizer que "a gestão do Parque Olímpico da Barra da Tijuca está sendo feita apenas por servidores do órgão, de acordo com a demanda administrativa, jurídica, de controle, de fiscalização ou esportiva".

Dois meses depois do último relato, o governo federal iniciou, a pedido do Ministério da Cidadania, a minuta de um decreto para criar uma nova autarquia para gerir o legado olímpico do Rio de Janeiro, substituindo a antiga autarquia. No lugar a Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) entraria o Escritório de Governança do Legado Olímpico (EGLO).

No dia 04 de dezembro de 2019, o Diário Oficial da União publicou o decreto nº 10.154, que, segundo o site da Presidência da República, tem a função de fazer a gestão de instalações que ficaram como resultado dos investimentos federais para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A criação do escritório tem como objetivo suprir as incumbências da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), que teve as atividades encerradas em 30 de junho de 2019 (BRASIL, 2019a).

Ainda de acordo com o decreto nº 10.154:

Remaneja cargos em comissão e funções de confiança, em caráter temporário, para o Ministério da Cidadania, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, transforma funções de confiança e cria o Escritório de Governança do Legado Olímpico, em caráter temporário, no âmbito do Ministério da Cidadania.

Art. 4º Fica criado, em caráter temporário, até 30 de junho de 2020, o Escritório de Governança do Legado Olímpico, no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, a ser situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com as seguintes competências:

I - administrar os bens e as instalações do legado olímpico que estejam sob a posse ou o domínio da União;

II - viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou em outras manifestações desportivas previstas no art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016;

III - formular e implementar o planejamento estratégico, financeiro e orçamentário relativo à utilização dos bens e das instalações do legado olímpico;

IV - estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria, à exploração comercial e ao uso das instalações esportivas, aprovadas previamente em ato do Ministro de Estado da Cidadania;

¹⁵VECCHIOLI, Demétrio. **Desmontada por Bolsonaro, gestora do legado olímpico depende de voluntários.** São Paul: UOL o, 2019b. Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/09/19/desmontada-por-bolsonaro-gestora-do-legado-olimpico-depender-de-voluntarios/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

V - fixar contrapartida onerosa, financeira ou material, ou a combinação de ambas, para as atividades relacionadas ao incentivo do esporte e ao estímulo do uso dos bens e das instalações do legado olímpico;

VI - incentivar, na forma da legislação vigente, inclusive com isenção ou redução das contrapartidas, as atividades de alto rendimento ou outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 1998, constantes da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016, a partir da autorização de utilização dos bens e das instalações do legado olímpico;

VII - assegurar a realização das medidas necessárias ao exaurimento das obrigações da Autoridade de Governança do Legado Olímpico, de que trata a Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, no que se refere às obrigações pendentes de cumprimento que interfiram no exercício da sua competência; e

VIII - integrar a Rede Nacional de Treinamento, de que trata o art. 16 da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, para viabilizar e coordenar a utilização dos bens e das instalações do legado olímpico (BRASIL, 2019a).

Restando apenas poucos minutos para o fim da vigência oficial da EGLO, em 30 de junho de 2020, o presidente Jair Bolsonaro publicou, por meio do Diário Oficial da União, o decreto nº 10.408, que ampliou o prazo de existência da entidade até 15 de janeiro de 2021.

Segundo o artigo 4º, “fica criado, em caráter temporário, até 15 de janeiro de 2021, o Escritório de Governança do Legado Olímpico, no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério da Cidadania, com as seguintes competências”:

§ 3º As parcerias, os contratos, as autorizações e os atos cujos termos finais ocorram após 15 de janeiro de 2021 ficam condicionados à anuência prévia do Ministro de Estado da Cidadania.

§ 4º O Escritório de Governança do Legado Olímpico promoverá a destinação de uma das arenas esportivas vinculadas à União, sob sua responsabilidade, e apresentará plano de destinação das demais arenas até 15 de janeiro de 2021.

§ 5º O plano de destinação das demais arenas de que trata o § 4º conterá, no mínimo, o plano de ação, o cronograma e as propostas, na forma de ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do Ministro de Estado da Cidadania.

§ 6º A Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva do Ministério da Cidadania ficará responsável pela destinação das demais arenas após o fim das atividades do Escritório de Governança do Legado Olímpico." (NR)

"Art. 4º-A O prazo de que trata o caput do art. 1º e o caput e o § 3º do art. 4º poderá ser prorrogado até 15 de junho de 2021, por ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do Ministro de Estado da Cidadania, desde que cumprido o disposto no § 4º do art. 4º." (BRASIL, 2020a).

As informações disponíveis sobre o EGLO se apresentam de forma imprecisa. O site oficial do governo informa que o escritório “tem como premissas a elaboração do plano de utilização de instalações olímpicas e paralímpicas que ficaram como legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Para isso, tem a prerrogativa de estabelecer parcerias com a iniciativa privada, incentivar atividades de caráter social e de alto rendimento e administrar o Velódromo, o Centro Olímpico de Tênis e as Arenas Cariocas 1 e 2, todas no Parque Olímpico da Barra, no Rio de Janeiro (BRASIL, 2020b).

Com previsão de encerrar as atividades no dia 15 de janeiro de 2021, a EGLO e seus funcionários, segundo entrevista realizada e explorada no próximo tópico deste capítulo, tinha esperanças e algumas promessas que seria renovada. Porém, no dia 16 de janeiro de 2021 ela não foi prorrogada e está oficialmente extinta até o momento de escrita desta pesquisa.

Diante disso, a responsabilidade do legado olímpico retornou ao Ministério da Cidadania, órgão que não destina cargos para a gestão de equipamentos esportivos ou para a formulação de um plano de ocupação. O blog Olhar Olímpico, do UOL, apurou que o EGLO não cumpriu sua principal função, que era "apresentar plano de destinação das demais arenas até 15 de janeiro de 2021". Esse era o critério mínimo para que a existência do escritório fosse prorrogada até junho. Agora, o legado olímpico não tem nenhum funcionário responsável por sua gestão, nem tem um plano de privatização. Procurado, o Ministério da Cidadania disse que:

é importante destacar que não haverá interrupção nas atividades desenvolvidas nas arenas esportivas vinculadas à União e que todos os contratos, convênios e projetos em execução estão mantidos. Cabe informar ainda que o plano de destinação das arenas está em elaboração e será apresentado após a conclusão dos trabalhos (VECCHIOLI, 2020b).

4.2 Centro Olímpico de Treinamento

O Centro Olímpico de Treinamento ocupa posição de destaque no quadro da Rede Nacional de Treinamento (RNT), estando no topo de sua pirâmide. Ele engloba as instalações construídas no Rio de Janeiro para receber os Jogos Olímpicos de 2016 – Parque Olímpico da Barra e Parque Complexo Olímpico de Deodoro. As Arenas Cariocas 1, 2 e 3, o Centro Olímpico de Tênis e o Velódromo, no Parque Olímpico da Barra da Tijuca. Completam essa estrutura as instalações da região de Deodoro, casos do Centro Nacional de Tiro Esportivo, do Centro Nacional de Hipismo, do Centro de Pentatlo Moderno, do Centro de Hóquei sobre a Grama, da Arena Deodoro, do Estádio Olímpico de Canoagem Slalom e do Centro Olímpico de BMX integram o Centro Olímpico de Treinamento (REVISTA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO, 2016).

Em termos de investimento financeiro esperado na época de seu lançamento, o Ministério do Esporte, segundo o site oficial da RNT, destinou R\$ 951,2 milhões para reformas em instalações já existentes em Deodoro e R\$ 1,2 bilhão no Parque Olímpico da Barra. A expectativa do órgão responsável pela gestão do esporte no país era de que, deste total, R\$ 424 milhões seriam destinados para instalações esportivas que permanentes, como o

Centro Olímpico de Tênis (R\$ 215,5 milhões); o Velódromo Olímpico (R\$ 150 milhões) e; climatização das Arenas Cariocas 1, 2 e 3 (R\$ 58,5 milhões). Seriam aplicados, para as estruturas temporárias, R\$ 354,8 milhões: Arena do Handebol (R\$ 147,7 milhões) e Estádio Olímpico de Esportes Aquáticos (R\$ 207,1 milhões). Além disso, outros R\$ 454,9 milhões seriam destinados para a construção da subestação de energia elétrica e das linhas de alimentação do Parque Olímpico da Barra, da primeira linha de alimentação do campo de golfe, além do fornecimento de energia temporária (REVISTA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO, 2016).

Em termos conceituais, o COT era, segundo documento de sua criação, a reunião de espaços criados para atletas de alto rendimento e que, após a realização dos Jogos, serviriam de suporte para treinos de seleções, eventos nacionais e internacionais e para a qualificação de profissionais que integram a cadeia produtiva do esporte, como técnicos, fisioterapeutas, fisiologistas, profissionais de educação física e nutricionistas (REVISTA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO, 2016).

O COT é dividido entre equipamentos do Parque Olímpico da Barra e o Complexo Olímpico de Deodoro, da seguinte maneira:

Parque Olímpico da Barra:

- Arena Carioca 1;
- Arena Carioca 2.
- Arena do Futuro
- Arena Olímpica do Rio
- Centro Olímpico de Tênis;
- Estádio Aquático Olímpico
- Parque Aquático Maria Lenk
- Velódromo;

Complexo Olímpico de Deodoro:

- Arena da Juventude
- Centro Aquático de Deodoro
- Centro Olímpico de BMX
- Centro Olímpico de Hipismo
- Centro Olímpico de Hóquei
- Centro Olímpico de Mountain Bike

- Centro Olímpico de Tiro
- Estádio de Canoagem Slalom
- Estádio de Deodoro



Figura 4 - Imagem do Parque Olímpico da Barra
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 5 - Projeto do Parque Olímpico da Barra
Fonte: Arquivo Pessoal

Em busca de informações oficiais para aprofundar a discussão e ampliar as perspectivas da pesquisa sobre o Centro Olímpico de Treinamento, foi necessário entrar com uma manifestação pública no Fala. BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, do Ministério da Cidadania, por meio da lei de acesso às informações. Após dois pedidos de prorrogação de prazo para resposta e um atraso considerável do último prazo acordado, o Ministério em questão enviou as respostas finais no dia 17/02/2021. Vale ressaltar que nem todos os questionamentos solicitados foram respondidos pela equipe responsável, porém, os documentos enviados contribuem para o esclarecimento de determinadas questões, principalmente sobre as obras entregues, as obras em andamento e os valores destinados para cada equipamento.

Os documentos anexados foram separados entre o Parque Olímpico da Barra e o Complexo Esportivo de Deodoro. Porém, é importante esclarecer que o Ministério da Cidadania não enviou, neste caso, os valores das obras e o andamento de cada uma delas, assim como foi solicitado pela pesquisa em seus contatos com a entidade.

Quadro 12 – Parque Olímpico da Barra

Instalação Esportiva	Jogos Olímpicos Rio2016	Jogos Paralímpicos Rio2016	Obras Realizadas	Obras Entregues	Obras em Andamento	Obras a serem entregues	Observações
Velódromo Olímpico doRio	Ciclismo de Pista	Paraciclismo de Pista	Velódromo Olímpico do Rio	Velódromo Olímpico do Rio		Complementação da instalação	
Centro Olímpico de Tênis	Tênis	Tênis em cadeira de rodas Futebol 5x5	Centro Olímpico de Tênis	Centro Olímpico de Tênis			
Estádio Aquático Olímpico	Natação Pólo Aquático	Natação	Estádio Aquático Olímpico	Estádio Aquático Olímpico			Instalação temporária
Centro Olímpico de Handebol (Arena do Futuro)	Handebol	Goalball	Centro Olímpico de Handebol (Arena do Futuro)	Centro Olímpico de Handebol (Arena do Futuro)			Instalação temporária
Arena Carioca 1	Basquete	Basquete em cadeira de rodas Rugby em cadeira de rodas	Arena Carioca 1	Arena Carioca 1			
Arena Carioca 2	Judô Luta Olímpica	Bocha	Arena Carioca 2	Arena Carioca 2			
Arena Carioca 3	Esgrima Taekwondo	Judô Esgrima em cadeira de rodas	Arena Carioca 3	Arena Carioca 3			
Centro Aquático Maria Lenk	Pólo Aquático Saltos Ornamentais Nado Sincronizado			Adequação do Centro Aquático Maria Lenk			Instalação construída para os jogos Pan-America nos Rio 2007

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 13 – Complexo Esportivo de Deodoro

Instalação Esportiva	Jogos Olímpicos Rio2016	Jogos Paralímpicos Rio2016	Obras Realizadas	Obras Entregues	Obras em Andamento	Obras a serem Entregues	Observações
Centro Olímpico de BMX	Ciclismo BMX		Centro Olímpico de BMX	Centro Olímpico de BMX			
Estádio Olímpico de Canoagem Slalom	Canoagem Slalom		Estádio Olímpico de Canoagem Slalom	Estádio Olímpico de Canoagem Slalom			
Arena Deodoro (Arena da Juventude)	Basquete Esgrima a do Pentatlo Moderno		Arena Deodoro (Arena da juventude)	Arena Deodoro (Arena da juventude)			
Parque Olímpico de Mountain Bike	Ciclismo Mountain Bike		Parque Olímpico de Mountain Bike	Parque Olímpico de Mountain Bike			Instalação temporária
Centro Olímpico de Hóquei sobre Grama	Hóquei sobre Grama		Centro Olímpico de Hóquei sobre Grama	Centro Olímpico de Hóquei sobre Grama			
Parque Olímpico de Mountain Bike	Ciclismo Mountain Bike		Parque Olímpico de Mountain Bike	Parque Olímpico de Mountain Bike			Instalação temporária
Centro Nacional de Tiro Esportivo	Tiro Esportivo	Tiro Esportivo	Adequação do Centro Nacional de Tiro Esportivo	Adequação do Centro Nacional de Tiro Esportivo		Adequação do Estande de Finais	
Estádio de Deodoro	Rugby Hipismo o e Combinado do Pentatlo Moderno	Futebol 17x7	Estádio de Deodoro	Estádio de Deodoro			
Centro Nacional de Hipismo	Adestramento SaltosCCE Croos Country	Adestramento	Vila dos tratadores; Adequação da Pista de Cross Country; Pistas de Treinamento; Girador; Adequação da Arena Principal; Clínica Veterinária; Ferradoria; Adequação do Picadeir	Vila dos tratadores; Adequação da Pista de Cross Country; Pistas de Treinamento; Girador; Adequação da Arena Principal; Clínica Veterinária; Ferradoria; Adequação do Picadeir			

Fonte: elaborado pelo autor.

Após o encerramento da edição brasileira dos Jogos Olímpicos, os equipamentos do COT permaneceram fechados por cerca de quatro meses para manutenção e ajustes, especialmente no Parque Olímpico da Barra. Durante o período de adaptação, o parque

recebeu dois eventos como teste de estrutura e funcionamento: o desafio de natação Raia Rápida, em setembro de 2016; e o festival sertanejo Villa Mix, em novembro do mesmo ano (GOZZER, 2019)

Durante a Olimpíada e a Paralimpíada do Rio 2016, as Arenas Cariocas 1, 2 e 3, o Centro Olímpico de Tênis e o Velódromo funcionaram no "modo Jogos", dentro dos padrões de segurança do Comitê Olímpico Internacional (COI). Passados os Jogos, em 2017, os equipamentos foram reabertos graças a uma autorização especial do governo do Rio, que deu dois anos para que a Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) e a prefeitura adequassem as estruturas para o chamado "modo legado". Enquanto isso, poderiam se valer de uma licença temporária, renovada a cada seis meses (VECCHIOLI, 2019c)

De acordo com as agendas divulgadas no site da antiga AGLO, houve eventos esportivos e de entretenimento realizados durante os anos de 2017 e 2018 nos equipamentos esportivos do COT. Em arquivos disponibilizados no site do extinto Ministério do Esporte, é possível identificar, por exemplo, que o Parque Olímpico da Barra recebeu Circuito Mundial de Vôlei de Praia, Campeonato Estadual de Pista, Abertura dos Jogos da Baixada, Ranking Estadual Infantil de Tênis de Mesa, Reality de Judô, Graie Pro Jiu-jitsu, Aberto Infantil de Tênis, Campeonato Estadual de Tênis, Eliminatória da Copa do Mundo de Basquete, Torneio de Cross Fit, Copa Libertadores de Futebol em Cadeira de Roda, entre outros. Além disso, houve eventos voltados para lazer e entretenimento, como o Rock in Rio, os 500 anos da Igreja Presbiteriana, o Lançamento do Livro Legado e confraternizações de empresas e órgãos públicos.

O Complexo Olímpico de Deodoro, que compõe os equipamentos do COT, também recebeu eventos de ordem esportiva em seu primeiro ano oficial de lançamento, ainda segundo as agendas disponibilizadas nos sites dos órgãos competentes. Exemplos divulgados pelo portal foram: 7ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Car/Pst/RF, 7ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Tiro ao Prato - Trap Nacional, 2ª Copa Sul-americana Internacional, 8ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Car/Pst/RF, Brasileiro de Tiro das Forças Armadas, Treinamento Centralizado TC – 05, Campeonato Brasileiro de Tiro esportivo- Paralímpico, Taça Rio Judô, Copa Internacional de Adestramento de Cavalos Novos, Clínica de Adestramento para o Campeonato Brasileiro de Adestramento.

Após os dois primeiros anos de funcionamento, a prefeitura do Rio de Janeiro tinha, segundo informações divulgadas pela assessoria de imprensa oficial ao site Globo Esporte, até o dia 25 de maio de 2019 para obter os Certificados de Aprovação e de Registro (CA e CR) junto ao Corpo de Bombeiros. Porém, sem documentos necessários para conseguir os alvarás,

o Governo do Estado precisou novamente intervir e garantir o funcionamento por mais dois anos, e o então governador Wilson Witzel assinou um decreto para manter as atividades do local, mesmo sem uma licença definitiva do Corpo de Bombeiros (PRJ, 2019)

O imbróglio burocrático da gestão do esporte do Rio e do Parque Olímpico seguiu em novas etapas. Em manifestação na ação civil pública, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou a complementação de liminar para que fosse proibida a realização de eventos nas instalações até o fornecimento do laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros Fluminense aprovando a obra e a Carta de “habite-se” emitida pela Prefeitura, além de todos os outros documentos que possibilitassem a emissão das licenças de pânico e incêndio (BRASIL, 2019b)

De acordo com a ação pública divulgada pelo MPF:

No âmbito do inquérito civil público (ICP n. 1.30.001.003598/2013-17) conduzido pelo Grupo de Trabalho Olimpíadas Rio 2016, o procurador da República Leandro Mitidieri expediu ofícios à Secretaria Nacional de Esportes para esclarecer:

- a) como está se dando a gestão do complexo olímpico, notadamente em relação aos atos relativos aos dois últimos grandes eventos: o Games XP e o Rock in Rio 2019;
- b) o resultado da prestação de contas do Rock in Rio 2017, nos termos do art. 27 do Decreto 9466/2018, e as explicações caso ela não tenha sido realizada;
- c) o critério de escolha dos fornecedores de contrapartidas e qual foi a forma como foram realizadas a pesquisa e a decomposição analítica de preços, segundo a Resolução AGLO nº 01/2018 e art. 23, I, do Decreto 9466/2018, bem como das recomendações da CGU e da AGU, assim como os fundamentos para o evento Rock in Rio 2019, que divulgou faturamento de mais de R\$ 1 bilhão, mas teria sido cobrado pelo espaço apenas 800 mil reais, em descompasso com a Portaria nº 37/2018 da AGLO do Diretor-Executivo da Aglo;
- d) se já foi regularizada a questão das licenças de pânico e incêndio do Corpo de Bombeiros Fluminense (CA/CR/DAFT) e se foram realizados os referidos grandes eventos sem tais licenças (BRASIL, 2019b).

Em janeiro de 2020, a Justiça Federal do Rio de Janeiro acatou o pedido feito pelo Ministério Público Federal e solicitou a interdição de todas as instalações olímpicas do Rio de Janeiro em um prazo de 48 horas. Segundo nota emitida pelo procurador Leandro Mitidieri, a AGLO foi extinta em 30 de junho e que, a partir de então, “parecem ter cessado as atividades de administração e zelo pelo patrimônio olímpico. Em 2017, a realização do Rock in Rio no Parque Olímpico deixou danos visíveis, sob apuração da Polícia Federal. Na notícia criminis comunicada por servidores da AGLO, houve furto de cabos do Centro Olímpico após a realização do evento, o que não foi apurado por seus diretores” (VECCHIOLI, 2020c).

Menos de duas semanas depois, o desembargador do TRF2, Sérgio Schwaitzer, em conjunto com a prefeitura do Rio e com a Advocacia Geral da União, conseguiu uma liminar

no Tribunal Regional Federal da 2ª Região revogando provisoriamente a decisão anterior e liberando a reabertura dos equipamentos.

Em busca de compreender de maneira mais profunda o legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 foi necessário envolver, em forma de entrevistas, os principais atores deste contexto. Além das análises bibliográficas, de pesquisas e de repercussão na mídia, dialogar e principalmente ouvir as respostas e visões dos stakeholders que orbitam em torno do legado é de suma importância para complementar a análise dentro desta pesquisa.

Diante disso, como metodologia escolhida para esta etapa do trabalho, foram selecionados 6 possíveis nomes de entrevistados relacionados ao Centro Olímpico de Treinamento, separados entre Gestores Públicos, Gestores privados, e Atletas e Treinadores, sendo duas pessoas para cada categoria. As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, utilizando diferentes formas, entre presencial, por telefone, por aplicativos de conferência e por e-mail.

Na análise do Centro Olímpico de Treinamento foram entrevistados:

Gestores Públicos:

- Luiz Carlos das Neves

Diretor geral do Escritório de Governança do Legado Olímpico - EGLO, Ministério da Cidadania, Governo Federal.

Entrevista realizada de forma presencial, no dia 06/01/2021, às 9h30

- Entrevistado anônimo

Gerente de secretaria especial da prefeitura do Rio de Janeiro

Entrevista realizada por aplicativo de conferência, no dia 12/01/2021, às 15h.

Gestores privados:

- Felipe Carvalho

Gerente esportivo do Serviço Social do Comércio – SESC/RJ

Entrevista realizada por aplicativo de conferência, no dia 27/12/2020, às 15h

- Leriana Figueiredo

Gerente Executiva do Instituto Reação

Entrevista realizada por aplicativo de conferência, no dia 29/12/2020

Atletas e treinadores:

- Bruno Tavares Vidal

Diretor técnico do clube ADM-PETRÓPOLIS

Entrevista realizada por aplicativo de conferência, no dia 15/01/2021, às 13h

- Joice Rodrigues

Jogadora profissional de basquete - Seleção brasileira

Entrevista realizada por e-mail, com respostas enviadas no dia 30/12/2020

4.3 Visões de gestores públicos

A visão dos gestores públicos se mostra essencial para a compreensão do quadro geral do legado esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016, especialmente quando se trata do Centro Olímpico de Treinamento, no Rio de Janeiro. São atores importantes dentro do contexto, tendo em vista que a administração dos equipamentos e dos recursos disponíveis para o legado é de responsabilidades deles.

Neste cenário, em busca de compreender a visão destes atores importantes no campo do legado, foram entrevistados dois dos principais gestores públicos responsáveis por diversas questões acerca do legado esportivo de 2016: Luiz Carlos das Neves, Diretor Geral do Escritório de Governança do Legado Olímpico - EGLO e um gerente de secretaria especial da prefeitura do Rio de Janeiro, que optou por deixar os dados anônimos.

Em um primeiro momento, os gestores entrevistados responderam, de maneira livre e espontânea, quais são suas visões gerais sobre o tema de legado esportivo de Jogos Olímpicos. Segundo o gestor da EGLO, legado esportivo de Jogos Olímpicos decorre de uma proposta de realizar uma Olimpíada em um país com o argumento de inspirar novas gerações e trazer o orgulho à nação. Este legado não deve ficar restrito às edificações, mas também aos benefícios gerais para a cidade (NEVES, 2021). De forma complementar, para o servidor da prefeitura, neste caso, o mais importante são “as melhorias na quantidade e/ou qualidade dos indicadores gerais do esporte ou de uma determinada modalidade” (ANÔNIMO - GERENTE DE SECRETARIA ESPECIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021).

Quando o assunto adentra para o Centro Olímpico de Treinamento, tópico principal das entrevistas com os dois gestores públicos, as opiniões mostram pontos de sinergia, mas também discordâncias em determinados momentos. Luiz Carlos conta que quando chegou lá, era uma autarquia com 90, 100 pessoas. E poucos eventos aconteciam. Por questões políticas

a autarquia parou, teve um hiato e aí viemos para cá. Era um custo imenso que foi possível reduzir (NEVES, 2021). Ele ainda questiona a falta de diálogo e os muitos administradores presentes no Parque Olímpico da Barra, local onde ficava alocada a EGLO, além de nomear o legado olímpico de “largado olímpico”, em tom de ironia:

O parque, em geral, tem quatro administradores. COB, Prefeitura, EGLO e RioMais. A impressão que as pessoas têm quando vem aqui é que isso é um largado olímpico e não legado olímpico. Para recuperar a imagem é complicado. A situação é complicada e delicada. Eu acho que isso não é muito legal. O que vemos aqui é que cada um fica do seu lado, mesmo com boa relação. Uma Arena dessa aqui custa 370 mil reais por mês. Isso só para ficar aberta. É complicado fazer essa gestão. Isso aqui tem que ser um templo do esporte, e não um local para fazer shows ou eventos. Eu acho que o nosso legado é subestimado. A EGLO faz a gestão do dia a dia, mas o andar de cima (como ministério, governo e COB) precisam fazer mais parcerias para dar mais visibilidade ao parque. Tem que ter parcerias para isso, ninguém faz nada sozinho (NEVES, 2021).

Na mesma linha de questionamento sobre o comando do COT e suas responsabilidades, o gerente de secretaria especial da prefeitura do Rio de Janeiro acredita que o Parque Olímpico da Barra é “o mais importante equipamento esportivo do Brasil. Uma pena que a instituição máxima do esporte (COB) não se aproprie e faça com que ele realmente possa ser explorado para o desenvolvimento do esporte” (ANÔNIMO - GERENTE DE SECRETARIA ESPECIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021). Ele ainda crê que existe um modelo que possa ser seguido pelo Brasil:

A utilização dos equipamentos do COT acontece sem a articulação e o planejamento necessários para que o desenvolvimento pleno do esporte. Para mim, assim como em Los Angeles, deveria ser criada uma instituição responsável pela criação de um Congresso anual de articulação entre o COB, Poder Público, Escolas, Clubes, Vilas Olímpicas, Federações treinadores, árbitros, Confederações e toda a comunidade esportiva para se produzir um planejamento de longo prazo (ANÔNIMO - GERENTE DE SECRETARIA ESPECIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021).

Em 2020, segundo o site da EGLO e do Ministério da Cidadania, apenas seis eventos aconteceram no Parque Olímpico da Barra e no Parque Olímpico de Deodoro. Entre os assuntos mais questionados e percebidos pela população, com base nas últimas pesquisas realizadas pelo Data Folha, a utilização dos equipamentos esportivos se destacada. Neste sentido, o gerente da Secretaria Especial de Turismo e Legado Olímpico entende que “já acontecem muitos eventos, aulas e ações. Mas são desarticuladas. Algumas federações, confederações, ONGs, Clubes, a comunidade e Associações utilizam, mas poderiam utilizar mais” (ANÔNIMO - GERENTE DE SECRETARIA ESPECIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021).

O Diretor Geral da EGLO, que na ocasião da entrevista ainda não havia sido extinta pelo presidente Jair Bolsonaro, reconheceu que houve falta de eventos, justificou com a pandemia que impedia aglomerações de qualquer tipo, e fez planos – que até o presente momento não serão cumpridos pela inexistência do escritório – para o futuro do legado e dos equipamentos esportivos:

Quero fazer coisas grandes aqui. Quero que o povo reconheça como legado, como templo do esporte. Tem que fazer eventos, colocar no circuito das competições, usar essa estrutura. Trazer a população para conhecer, chamar as crianças e adolescentes para pisar neste local sagrado, sentir, jogar. A passarela pública é linda, tem espaço para fazer um amplo local de entretenimento, por exemplo. Tem espaço livre para isso. Resgatar o orgulho da população. Precisamos integrar a comunidade para estar aqui. Só para ter uma ideia: temos oito quadras de tênis aqui, sabe? Cheio de condomínio no entorno. Por que não fazer um campeonato aqui? Trazer o povo (NEVES, 2021).

Importante ressaltar que outros gestores públicos foram procurados para enriquecer e mostrar diferentes visões sobre o tema debatido. No entanto, alguns não demonstraram interesse em participar, justificando falta de tempo, conflito de interesses e receio de ações futuras. Porém, a visão dos gestores analisados acima se coloca como uma amostra importante para a pesquisa em si, confrontando visões sobre os temas debatidos.

4.4 Visões de gestores privados

A visão dos gestores privados também é crucial para compreensão do contexto do legado esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016. Quando se trata do Centro Olímpico de Treinamento essa visão é ainda mais importante, tendo em vista que esses gestores possuem capacidade técnica para analisar, têm histórico de utilização e atuam na área há bastante tempo.

Diante disso, em busca de compreender a visão destes atores importantes no campo do legado, foram entrevistados dois dos principais gestores privados da cidade do Rio de Janeiro, sendo escolhidos pela atuação, pela compatibilidade com o tema e também porque se complementam em termos de trabalho. Foram eles: Felipe Carvalho - Gerente esportivo do Serviço Social do Comércio - SESC/RJ e Lariana Figueiredo, Gerente Executiva do Instituto Reação.

Como ponto de partida para entender a visão dos gestores privados, as primeiras abordagens das entrevistas giraram em torno das opiniões de cada um deles sobre o significado de legado esportivo em uma edição de Jogos Olímpicos. Para o gestor do

SESC/RJ, legado esportivo é um conjunto de adquiridos pelos países e cidades-sede, como aumento dos praticantes de modalidades esportivas, aumento de locais apropriados para a prática esportiva, desenvolvimento das federações, confederações e comitê olímpico, desenvolvimento do público que consome modalidades esportivas (CARVALHO, 2020). Ele ainda acredita que este legado pode ocorrer na forma de espectador presencial, telespectador, consumidor de artigos esportivos, praticantes, desenvolvimento de treinadores e de gestores, maiores investimentos públicos e privados, maior número de atletas e treinadores desde o nível regional até os de nível internacional, melhora na qualidade dos eventos, dos equipamentos para treinamento e competição.

Leriana Figueiredo, gestora do Instituto Reação, uma das organizações sócio esportivas mais conhecidas do país, fundada pelo medalhista olímpico de judô Flávio Canto, acredita que é necessário separar o legado entre esportivo e social. Em sua visão durante a entrevista, ela sugere que o legado esportivo deve “trabalhar os valores do esporte e os valores olímpicos para uma rede de educação integral, nos diversos espaços que podemos considerar, além de fortalecer as instituições esportivas de formação de atletas.” (FIGUEIREDO, 2020). Sobre o legado social citado, a gestora esportiva insiste que é preciso pensar em uma ação de como integrar a sociedade a uma proposta de investimento que não venha atrelada só a estrutura esportiva, mas também em termos de acesso aos espaços, estrutura urbana, transporte e outros.

Adentrando mais profundamente no objeto desta pesquisa, faz-se necessário, como forma de avaliar e compreender o legado esportivo, entender os olhares e as visões dos gestores privados que atuam no campo privado sobre o Centro Olímpico de Treinamento, principalmente do Parque Olímpico da Barra. Neste ponto, os gestores concordam em determinadas situações, principalmente no que se refere à utilização e conservação dos equipamentos do COT. Para Felipe Carvalho, o COT tem uma excelente estrutura, mas é subutilizada pela população, pelos atletas de alto rendimento e pelo lazer geral das pessoas. Apesar de elencar alguns eventos que ocorreram em 2019, como competições de Jiu-Jitsu, jogos de basquete, liga mundial de vôlei e até mesmo o próprio Rock in Rio, ele enxerga que os equipamentos, de uns anos pra cá, deveriam ser mais utilizados para centro de treinamento e para o desenvolvimento do esporte local, assim como deveria ter muito uso para recreação. “Muitos equipamentos estavam em estado ruim, como o Centro de Tênis e o Velódromo. São ótimos locais, no geral, porém muito subutilizados” (CARVALHO, 2020).

Neste sentido, Leriana Figueiredo expõe sua frustração pela falta de planejamento anterior, o que, segundo ela, pode ter ocasionado diversos problemas enfrentados atualmente:

É muito triste você ver que até hoje não temos gestão desses espaços de forma definida. Isso não foi pensado lá atrás. Como você constrói isso tudo, sabe que precisa desmobilizar o evento olímpico, e não faz nada? A estrutura está lá. Era pra ter pensado antes. Isso é falta de planejamento básico. Já tinha que ter governança para gestão desses espaços desde lá atrás. Antes dos Jogos chegarem. E isso também não aconteceu depois. O Parque Olímpico, por exemplo, poderia ter sido transformado em um grande e verdadeiro Centro Olímpico de Treinamento, não o que vemos hoje, mas sim um local de excelência para atletas. É algo que não existe no país (FIGUEIREDO, 2020).

Em linha similar de raciocínio e exposição, Felipe também entende que os equipamentos não são bem utilizados por falta de planejamento. Ele cita, ainda, o exemplo do Parque Olímpico de Deodoro. De acordo com a visão dele:

Faltou de um programa bem definido de utilização, um entendimento entre os entes, além de problemas políticos que vivemos desde 2016. O Parque Radical de Deodoro está com diversos problemas, não é um centro de treinamento e formação nem para a canoagem, nem para o BMX. O Parque Radical com um pouco de interesse e esforço poderia ser um centro mundial de formação de atletas nessas duas modalidades. Com a população do entorno, um programa de formação e treinamento ali, teríamos descoberto muito talentos. A agenda de utilização deveria ser maior, mas é um trabalho longo e complexo que com as interferências políticas desde 2016 deixa o trabalho ainda mais difícil (CARVALHO, 2020).

Entre os temas mais polêmicos e complexos das entrevistas realizadas, a gestão do legado esportivo, ou seja, quem cuida dos equipamentos, do orçamento, da agenda e de outros itens do COT, se destacou nas falas e questionamentos dos entrevistados. No caso dos gestores privados, Felipe Carvalho entende que é uma questão complexa sem uma resposta exata. Segundo ele, “existem várias formas de dar o uso adequado, pode ser desde o governo federal, o governo municipal. Pode ser parceria com as federações, pode ser parceria com o Sistema S. Mas deve ser pautado num programa garantido de longo prazo que não sofra com os problemas políticos” (CARVALHO, 2020).

A gestora esportiva do Instituto Reação, de forma complementar, se aprofundou mais no tema e indagou questões de planejamento, de estratégia e, claro, de gestão do COT e do legado como um todo. Ela defende que um modelo ideal de gestão seria com o Parque Olímpico tendo governança própria, com um responsável por tudo, e outros líderes em cada parte. Ela acredita que é preciso reunir todos os interessados que trabalham com o esporte e criar mecanismos para gerir o espaço, pensar em eventos, em agendas e outras questões. Ela cita, ainda, a própria rede hoteleira da região, que hoje se encontra com baixo nível de ocupação, e que poderia ser um parceiro bastante importante neste contexto. Além disso, ela acha que as experiências com outros eventos, principalmente de entretenimento, podem ajudar. “Eu vi acontecer alugar para um Rock in Rio. Nada contra, eu quero que continue

acontecendo ali. Mas a gente conseguiu estabelecer uma relação pra ceder espaço para um evento de música ou para a Game XP, mas não consegue trazer um campeonato? Teve um ou outro, mas muito incipiente perto do que poderia ser” (FIGUEIREDO, 2020). Leriana ainda tratou sobre a burocracia envolvida nas autoridades públicas responsáveis pela gestão.

Segundo ela:

Criaram a AGLO, que tentou fazer esse trabalho. Tiveram esforço. Mas com que direcionamento? Eles não sabiam nem por onde começar. Tentaram começar a desenhar uma estrutura para esse espaço onde eles estão do lado do COB, em uma ideia inicial que sobrepunha o trabalho que o COB já fazia no Maria Lenk. Um nível muito forte de desarticulação. Fui convidada para algumas reuniões da AGLO. Colocamos algumas questões, como a importância do diálogo entre os órgãos. Não houve fôlego para sustentar projetos e as políticas públicas infelizmente tem descontinuidade quando mudam os governos. E depois vêm as consequências. Falta de orçamento, AGLO deixou de existir, depois criaram a EGLO, que também não disse a que veio, não conseguiu fazer muito, e ainda teve pandemia. E não tem planejamento para o ano seguinte. É difícil, estamos perdidos com o projeto que queremos para esses lugares (FIGUEIREDO, 2020).

Ela ainda reflete, antes de finalizar sua exposição sobre o tema, e afirma que o problema da gestão pública é crônico em nosso país. De acordo com sua fala, nós, brasileiros, não temos tradição de fazer política pública integrada, coordenada e intersetorial. A gente tem uma tradição, no Brasil, de cada um trabalhar na sua caixinha. Então imagina o Parque com cada pedacinho tem um dono? Teria que de fato ter uma governança mais estabelecida. É difícil, mas tem como. Um acordo de cooperação ou algum instrumento jurídico que pudesse reunir as partes e fazer funcionar com regulação própria para grandes estruturas (FIGUEIREDO, 2020).

Ainda sobre a gestão e utilização do Parque Olímpico, Leriana relatou na entrevista sua experiência, como gestora de uma ONG esportiva, das parcerias realizadas com a antiga AGLO e das tentativas de realizar projetos sociais dentro do COT. No início das negociações, segundo ela, os gestores públicos reuniram algumas instituições para pensarem juntas ocupação do espaço. A ideia era fazer um verdadeiro centro de treinamento, mas queriam dar um caráter social também. Queriam legado esportivo e social, uma ideia que na época agradou os atores envolvidos. Na época, a AGLO tinha interesse em ouvir e vontade de fazer acontecer. O que me incomoda é que não tinha projeto para isso quando fomos cidade candidata? Já era para estar pronto há muito tempo (FIGUEIREDO, 2020). Ela ainda relatou as principais dificuldades de realizar um projeto social no Parque Olímpico da Barra:

Quando aos projetos sociais, identificamos: quem procurava o projeto era o pessoal dos condomínios ao redor. A gente sabe, obviamente, que o esporte é universal e a

porta é aberta para a sociedade. Mas o Instituto Reação tem missão de atender a população mais vulnerável e deixamos claro que gostaríamos de garantir as vagas de quem mais precisa. Queríamos fazer com comunidades do entorno. Mas quem está ali? O entorno das comunidades significava ter que pegar ônibus e deslocar. Não é como aqui na Rocinha que a pessoa atravessa uma passarela e vai treinar. Então a falta de acesso ao equipamento não está dada a simplesmente abrir a porta e deixar entrar. Ali não tem como. A impossibilidade de chegar lá fez com que o projeto tenha tido várias dificuldades. Até conseguiram um ônibus na época, uma espécie de linha de ônibus conectando as comunidades. Mas quem paga a conta? Conseguimos um parceiro, mas aí teve Rock in Rio e o vencimento da AGLO (FIGUEIREDO, 2020).

4.5 Visões de atletas e treinadores

Após analisar a visão dos gestores públicos e dos gestores privados, é crucial para a pesquisa sobre legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 entender a visão de atletas e de treinadores, especialmente quando se trata do Centro Olímpico de Treinamento, no Rio de Janeiro. São atores importantes dentro do contexto, tendo em vista que são eles quem utilizam os equipamentos na ponta, sabem das condições das estruturas esportivas e têm consciência dos principais desafios destes espaços.

Neste cenário, em busca de compreender a visão destes atores importantes no quadro do legado, foram entrevistados Joice Rodrigues, atleta profissional de basquete com dois Jogos Olímpicos disputados (2012, em Londres; e 2016, no Rio de Janeiro); e Bruno Tavares, diretor técnico e treinador de tênis de mesa do clube ADM-Petrópolis.

Assim como nos tópicos anteriores da pesquisa, é importante entender, em um primeiro momento, qual o significado do legado esportivo de uma edição de Jogos Olímpicos na visão de cada um deles. A atleta de basquete acredita que legado é “poder passar o reconhecimento e a inspiração para próximas gerações, ainda mais em uma modalidade que ainda não é tão reconhecida, principalmente a categoria feminina” (RODRIGUES, 2020). Ainda segundo ela:

O legado é a construção depois dos Jogos, é manter o foco em seus receptivos clubes, e continuar levando o basquete e sua bagagem e experiência para ajudar a incentivar outras atletas, com bastante empenho, disciplina, estudando, tendo foco e se motivando naquilo que inspira aproveitando todas as oportunidades, e ainda mais se inspirando na oportunidade de ter uma jogadora referência ao lado (RODRIGUES, 2020).

De forma complementar, Bruno entende que legado é continuidade daquilo que foi feito e planejado. Ele ainda cita outros modelos que estudou e presenciou, como em Pequim e em Barcelona, que pegaram alguns bairros mais pobres e não tanto desenvolvidos e tentaram

fazer melhorias junto com os equipamentos esportivos. “Para mim, Barcelona foi o projeto olímpico que mais deu certo. Vejo que lá o povo aproveita as instalações de uma maneira geral. Não só do esporte, mas moradia, transporte, etc.” (VIDAL, 2021).

No que diz respeito aos Jogos Olímpicos de 2016, o treinador de tênis de mesa entende que o legado principal deve ser enxergado como os espaços físicos e as estruturas deixadas. Segundo a experiência relatada por ele, o Parque Olímpico da Barra tem estrutura ótima, não deve nada a lugar nenhum do mundo, mas deveria ser mais bem aproveitado. Em Deodoro, o espaço é bem feito imenso, mas infelizmente pouco aproveitado. Ele ainda complementa ponderando que “a manutenção é muito cara, por isso precisamos ter um plano muito bem feito para não virar um elefante branco. Temos os exemplos de estádios da Copa, que muita coisa está parada, ninguém utiliza” (VIDAL, 2021). Ao ser provocado para aprofundar mais sobre os equipamentos esportivos do COT, Bruno Tavares cita que:

Os equipamentos tem que dar mais atenção para a molecada. Hoje quem usa são atletas profissionais, mas tem que abrir espaço para novas gerações. E mesclar também, colocar crianças treinando perto dos atletas profissionais. Isso motiva, incentiva, inspira muito. Acho que o COT deveria ser muito mais utilizado do que é hoje. Além das práticas esportivas, tem espaço para cursos, palestras e muito mais coisa. O COT não chega nem a 50% do que poderia e deveria ser. Tudo poderia ser melhorado, aumentando o calendário de competições, por exemplo. Utilizando um espaço muito bom como é o de lá. O que me deixa triste é que não é aproveitado hoje em dia. Existe legado, mas ele poderia ser muito maior. As Arenas deviam estar cheias! Muito dinheiro público usado. E quem pagou pelo espaço, nós da população, não usa como deveria (VIDAL, 2021).

Joice Rodrigues tem uma visão um pouco mais positiva, por assim dizer, muito por conta de que suas ações diante dos equipamentos foram mais pontuais e menos estruturantes, segundo ela. Ela enfatiza que a experiência com os equipamentos “em todos os aspectos foi positiva. Eu estive lá como atleta, presenciei tudo, toda a segurança, a organização e as estruturas de primeiro mundo. Foi uma combustão de uma conquista.” (RODRIGUES, 2021). Ela também crê que os equipamentos do COT:

Podem e devem ser utilizados para a descoberta de novos talentos e formação, pois isso ajudará muito os atletas na sua qualificação, para termos mais resultados positivos. Ao meu ver, o esporte deveria merecer todo o apoio possível. Todos os grandes eventos têm seus desafios, mas eu ainda acredito que seja possível conquistar a tão sonhada formação de novos atletas olímpicos, utilizando os equipamentos disponíveis, principalmente no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2020).

Sobre a gestão do COT, a atleta de basquete preferiu não opinar alegando falta de conhecimento sobre o tema. Já o treinador e diretor técnico Bruno Tavares, acredita que o

equipamento esportivo deve ter, sim, uma gestão da prefeitura, mas entende que são muitas modalidades para um só órgão gerir tudo. Ele crê que seria interessante dar essa autonomia para as confederações assumirem isso e, em caso de insucesso, as próprias federações poderiam fazer esse papel em conjunto. Para o futuro, Bruno ainda acredita que:

Eu sempre tento ver um pouco mais longe, daqui uns 8 anos, duas Olimpíadas. O foco deve ser muito, ao meu ver, na parte social e educacional. Legado também é isso. Dar assistência a quem precisa. Não tem que ser só voltado para atleta de alto rendimento. Tem que ser para todos. Falta incitação esportiva, a criança conhecer a modalidade no contra turno ou algo assim. É na quantidade é que vamos tirar a qualidade. Tem que incluir todos. E pensar no passado, no presente e, claro, no futuro também. Tem que pensar em renovação. Como desportista e professor, tento sempre olhar o lado positivo. Infelizmente no Brasil a corrupção acontece muito. E isso foi uma porta aberta para acontecer o que aconteceu. Falando pela parte esportiva é algo que nunca mais veremos em nossa vida. Trabalhei nos Jogos e convivi com os melhores do mundo no tênis de mesa. Isso pra mim é uma experiência que dificilmente eu viverei em minha vida. Vi os melhores, joguei com os alunos, levei a turma para ver os Jogos. E isso ocorreu em todas as modalidades. Ponto muito positivo, pois motiva, dá esperança, faz com o que o aluno se dedique cada vez mais (VIDAL, 2021).

4.6 Rio 2016, antes e depois: qual o legado esportivo para a cidade?

Como ponto de partida para analisar o antes e depois do legado esportivo para a cidade do Rio de Janeiro, será realizada uma análise de três pesquisas divulgadas pelo Datafolha¹⁶, instituto de pesquisas do Grupo Folha. As pesquisas foram realizadas nos anos de 2014, 2016 e 2020 e contribuem com a compreensão da visão das pessoas sobre o legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

No primeiro levantamento analisado, realizado entre os dias 12 e 13 de agosto de 2014, o Datafolha entrevistou 1.317 eleitores, em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro. A margem de erro máxima foi de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos, para o total da amostra. Os resultados iniciais da pesquisa mostraram que 59% dos eleitores fluminenses apoiavam a realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. 31% eram contrários aos jogos na capital, enquanto 8% se diziam indiferentes e 3% não souberam responder.

A segunda rodada de perguntas tratou sobre os benefícios e prejuízos da realização dos Jogos. Na época, 45%, dos entrevistados afirmaram que as Olimpíadas trariam mais benefícios do que prejuízos e para 37% trariam mais prejuízos do que benefícios, enquanto 19% não souberam responder. Quando perguntados se os jogos trariam mais benefícios ou

¹⁶DATAFOLHA. **59% dos eleitores do Rio de Janeiro apoiam Olimpíadas de 2016**. São Paulo, 2014.

DATAFOLHA. **Rejeição dobra e metade dos brasileiros é contra Olimpíada**. São Paulo, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Quatro anos depois cariocas têm avaliação negativa da Olimpíada do Rio**. São Paulo, 2020.

mais prejuízos para os brasileiros de forma geral, 55% dos entrevistados tinham a expectativa que as Olimpíadas trariam mais benefícios do que prejuízos, mas 37% pensavam o contrário, enquanto 8% não souberam responder.

O segundo levantamento foi realizado a um mês do início dos Jogos Olímpicos, nos dias 14 e 15 de julho de 2016, e teve abrangência mais nacional, com 792 entrevistas em 171 municípios brasileiros. Na ocasião, 50% dos entrevistados se diziam contrários à realização dos Jogos, enquanto 40% ainda eram favoráveis, 9% indiferentes e 3% não souberam responder. Neste período, o desinteresse com a Olimpíada cresceu. A taxa de brasileiros que declararam não ter nenhum interesse pelo evento esportivo subiu de 28% para 51%, e a taxa de muito interesse recuou de 35% para 16%.

Quando a situação colocada foi do brasileiro de maneira geral, 63% declararam que a realização da Olimpíada no Rio de Janeiro traria mais prejuízos do que benefícios para os brasileiros (era 38%), 29% que traria mais benefícios do que prejuízos (era 51%) e 8% não responderam (era 11%). Já quando a situação colocada são os moradores da cidade do Rio de Janeiro, as opiniões se dividiram. Para 47%, a realização do evento esportivo traria mais prejuízos do que benefícios, para 45%, mais benefícios do que prejuízos e 8% não responderam.

A terceira e última pesquisa do Datafolha aqui analisada foi realizada entre os dias 3 e 4 de novembro de 2020 e entrevistou 1064 eleitores. Desta vez, 67% dos entrevistados consideram que o evento trouxe mais prejuízos do que benefícios para os moradores da cidade do Rio de Janeiro e, para 28% deles, a realização da Olimpíada gerou mais benefícios do que prejuízos.

Questionados sobre o legado olímpico para si especificamente, 58% avaliam de forma negativa, 26% positiva e 15% não opinaram. Nesse aspecto, a desaprovação diminuiu, já que chegava a 65% em 2016. A pesquisa também aponta que os mais pobres são mais críticos. Na faixa de renda familiar mensal de até dois salários mínimos, 73% consideram que os Jogos trouxeram mais prejuízos do que benefícios aos moradores da cidade.

Para além da análise das opiniões sistematizadas por institutos de pesquisas e das entrevistas realizadas para este trabalho, é preciso analisar, como forma complementar ao que foi apresentado anteriormente, a estrutura, o nível de conservação e a utilização dos equipamentos públicos destinados ao legado esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016. Como base para a análise dos equipamentos esportivos, foram utilizados dois métodos: a) análise da cobertura da imprensa nacional sobre os equipamentos e o legado esportivo para a cidade; b) visita técnica do responsável pela pesquisa ao Parque Olímpico da Barra, em janeiro de 2021,

como observador e analista dos equipamentos.

Em abril de 2019, cerca de dois anos de oito meses após o encerramento dos Jogos Olímpicos, uma equipe do site Globo Esporte¹⁷, chefiada pelo repórter Thierry Gozzer, visitou as instalações do Parque Olímpico da Barra e constatou que o local seguia enfrentando obstáculos e encarava problemas de implantação do planejamento previsto. Segundo trecho da reportagem:

Na Via Olímpica - de uso da população -, o mato cresce, árvores caídas ainda das chuvas de fevereiro seguem no chão e a segurança não é a melhor, com denúncias de uso e venda de drogas. No Centro Olímpico de Tênis, obras foram iniciadas pela Prefeitura do Rio e paralisadas antes da finalização, deixando entulho, graves infiltrações e cadeiras fora do lugar. No Velódromo, salas estão fechadas também por acúmulo de água e falta de impermeabilização, além do velho problema na cobertura, que permite a entrada da chuva. Ao todo, a estrutura, que já teve 1.500 vícios de obra, segue com 1001 no último levantamento (GOZZER, 2019).

Ainda segundo a apuração da reportagem, quando assumiu suas áreas, a AGLO (atual EGLO), que teve seu desenrolar explicado em detalhes no tópico anterior deste capítulo, tomou conhecimento de 1.500 vícios de obra, ou seja, falhas classificadas como pequenas, médias e de longo porte. Desde a Olimpíada e a Paralimpíada, esse número segue alto, exatamente em 1001 problemas na época. Em fevereiro de 2019, o Tribunal de Contas da União obrigou a AGLO e demais entidades a cobrar à prefeitura do Rio de Janeiro para que o "modo legado" do Parque Olímpico tivesse 100% do planejamento executado.

A autarquia criada para fazer a transição então autorizou o extinto Ministério do Esporte e a atual Secretaria Especial de Esporte e Cidadania para acionar judicialmente o órgão, o que não foi feito até aqui. Questionada sobre o assunto, a secretaria argumentou que estava em contato com o governo do estado e prefeitura do Rio de Janeiro para chegar a uma solução das pendências. Também procurada pela reportagem analisada, a AGLO não se manifestou até a publicação da matéria. Através de nota, a Rio Urbe garantiu que o número da ocasião estava em torno de 400 pendências e não 1001 e que existia planejamento para sua solução. Citou que todos os serviços já estavam orçados, com os elementos técnicos elaborados e em procedimentos administrativos para licitar. E que na estratégia acordada, a prefeitura executa a obra e, posteriormente, cobrará judicialmente o que couber às empresas que executaram as obras de construção das Arenas, as quais deveriam ter se responsabilizado pela resolução dos vícios construtivos decorrentes dessas obras (GOZZER, 2019)

¹⁷GOZZER, Thierry. **Obra parada, 1001 falhas e mato crescendo: parque olímpico coleciona problemas após Rio 2016**. Rio de Janeiro: Globo Esporte, 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/obra-parada-1001-falhas-e-mato-crescendo-parque-olimpico-coleciona-problemas-apos-rio-2016.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2021.

Em agosto de 2020, quatro anos após o término dos Jogos Olímpicos e um ano e quatro meses após a visita citada anteriormente, outra equipe jornalística realizou visitas aos equipamentos. Desta vez, da TV Globo¹⁸, no Bom dia Rio, coordenada pelo repórter Klaus Barbosa. Em trechos selecionados, a matéria afirma que no deque onde as pessoas caminham, havia cacos de vidro pelo chão, fiação elétrica exposta, postes sem lâmpadas e grades enferrujadas. Os vigilantes da empresa privada Max Segurança Máxima, responsável pela segurança do Parque, dizem que há funcionários passando necessidade. Construído para as Olimpíadas de 2016, o parque custou mais de R\$ 2 bilhões (BARBOSA, 2020).

A visita realizada pelo responsável por essa pesquisa foi pré-agendada com o setor administrativo da EGLO e aconteceu no dia 06 de janeiro de 2021, entre 10h e 13h, sendo capaz de analisar e registrar as Arenas Carioca 1 e 2, o Velódromo, o Centro Olímpico de Tênis e a área comum aberta ao público. Os parágrafos posteriores apresentam, em síntese, as principais observações registradas de forma empírica.

O espaço comum ou área de convivência do Parque Olímpico da Barra é de responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro. O local - utilizado durante os Jogos como ponto de confraternização, deslocamento, alimentação, entretenimento e turismo pelos visitantes e torcedores - hoje se encontra vazio e com descuidos facilmente observados pelos usuários.

Em cerca de 120 minutos de observação no local, apenas quatro usuários foram detectados enquanto utilizavam o equipamento público, sendo dois guiando bicicletas e outros dois andando na calçada - uma média de uma pessoa a cada meia hora. Além disso, foi possível presenciar indícios de descuido, de falta de manutenção e de abandono em vários pontos, como restos de lixo, mato alto e água empoçada nos canteiros. A área conhecida como Muro dos Campeões, símbolo que representa e homenageia todos os medalhistas olímpicos de 2016, está com inúmeras deteriorações, riscos e marcas do tempo, além da vegetação sem cuidado e alta, impedindo a visão do muro completo.

Da mesma forma, o letreiro #CidadeOlímpica, construído e utilizado como ponto de turismo e de fotos pelos visitantes, não demonstra receber manutenção periódica dos servidores que ali atuam. Raros são os pontos de descanso e convivência, com apenas três bancos ou locais para sentar durante todo o espaço, além de pouquíssimas áreas com sombra e ausência de água para consumo. As imagens a seguir ilustram estas descrições identificadas *in loco*.

¹⁸BARBOSA, Klaus. **Reaberto há duas semanas, Parque Olímpico do Rio tem problemas de conservação e de segurança, dizem frequentadores**. Rio de Janeiro: G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/17/reaberto-ha-duas-semanas-parque-olimpico-do-rio-tem-problemas-de-conservacao-e-de-seguranca-dizem-frequentadores.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2021.



Figura 6 - Parque Olímpico da Barra - falta de usuários e abandono do espaço
Fonte: Arquivo Pessoal.

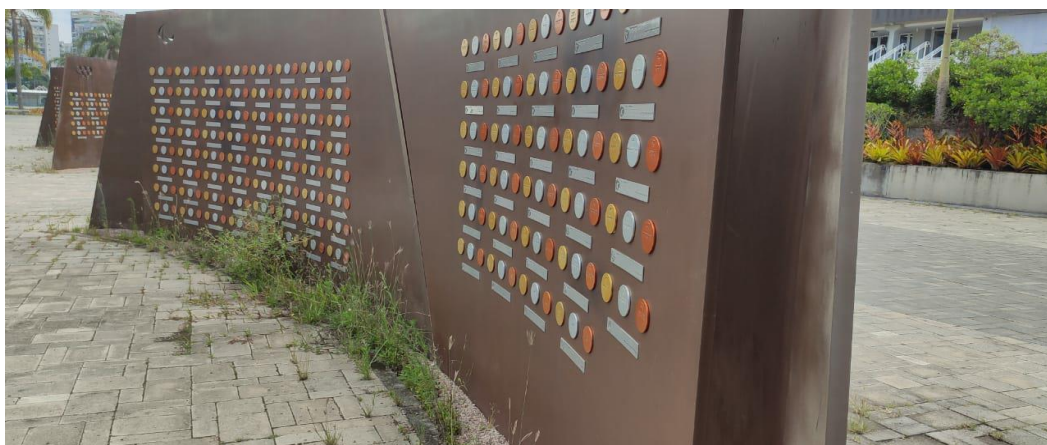


Figura 7- Muro dos Campeões - mato alto e rachaduras na estrutura
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 8 - Parque Olímpico da Barra - descuido e lixo no espaço destinado à população
Fonte: Arquivo Pessoal.

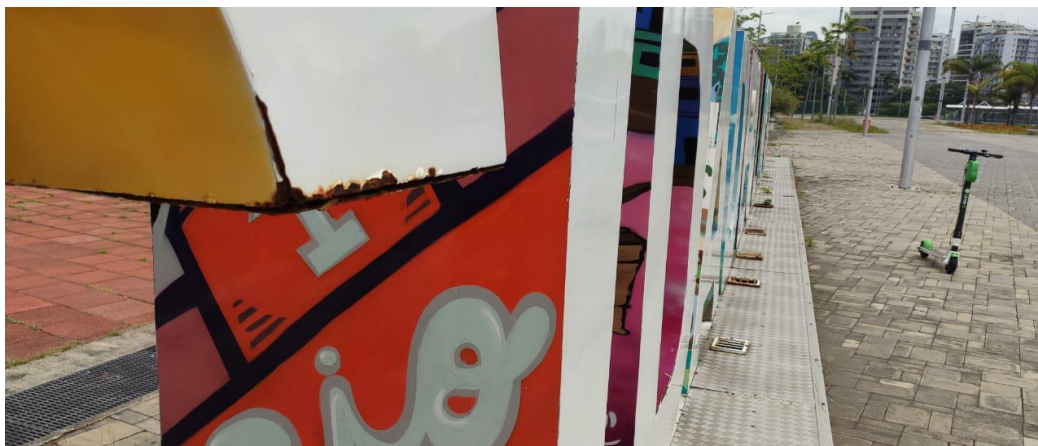


Figura 9- Letreiro Cidade Olímpica - falta de manutenção, descuido e ferrugem
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 10 - Espaço de convivência com água acumulada e falta de manutenção
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 11 - Área comum com falta de manutenção, ausência de sombra e poucos locais de descanso
Fonte: Arquivo Pessoal.

O segundo local visitado foi o Centro Olímpico de Tênis, que é de responsabilidade da EGLO. A quadra central do Centro, que recebeu a final olímpica entre Andy Murray e Juan

Martín del Potro, não está em condições de uso profissional ou amador, retratando diversos problemas de estrutura, como buracos, manchas, rachaduras, mato alto, pedaços de terra, entre outros. As cadeiras também não apresentam bom estado de conservação, com pontos quebrados e partes sem assento específico. O aspecto apresentado pode ser considerado de abandono, tal qual como algo que está em obras, porém sem qualquer tipo de manutenção vigente na ocasião da visita.

O equipamento não tem sido utilizado no Rio Open, torneio internacional de tênis realizado na capital fluminense e tem sido disputado em arena móvel instalada provisoriamente no Jockey Clube, localizado no bairro do Jardim Botânico.

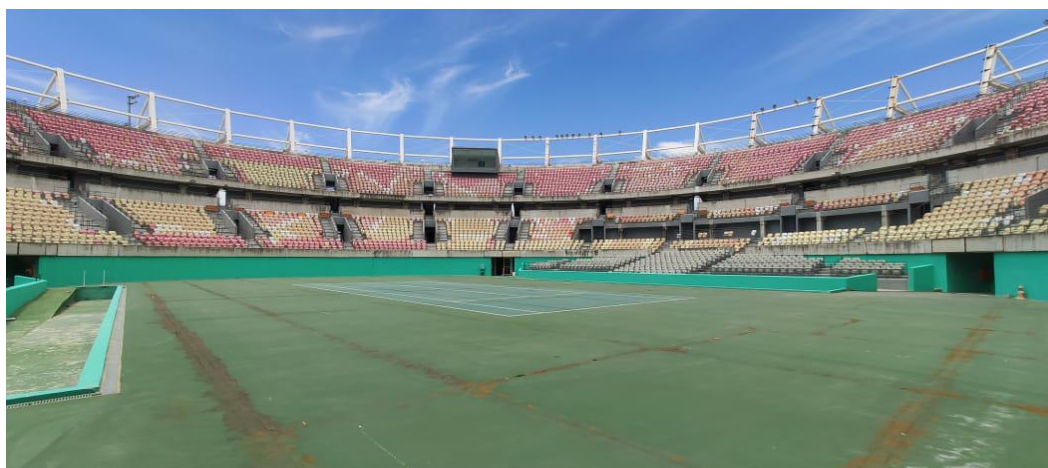


Figura 12 - Quadra do Centro Olímpico de Tênis - falta de manutenção e abandono
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 13 - Quadra do Centro Olímpico de Tênis - falta de manutenção e abandono
Fonte: Arquivo Pessoal.

Os outros locais visitados foram as Arenas Cariocas 1 e 2 e o Velódromo, também

geridos pela EGLO, e que apresentam condições similares entre eles. Nos três casos, é possível notar, em primeiro lugar, a subutilização dos espaços, tendo em vista que houve apenas seis eventos em 2020, somando os três espaços, e que cada um deles, segundo entrevista apresentada do diretor geral da EGLO, custa R\$370.000 por mês.

Os espaços apresentam problemas no piso, falta de acabamento em diversos pontos das arquibancadas, vícios de obras, pontos cegos e materiais de construções expostos e alguns setores. Os equipamentos esportivos, assim como todo o parque, apresenta um aspecto de abandono e com visível falta de manutenção periódica.

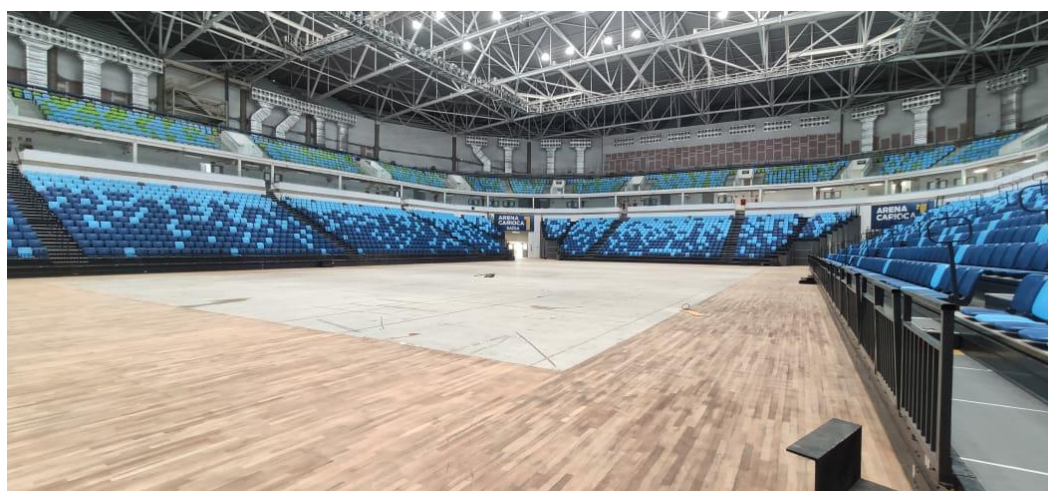


Figura 14 - Arena Carioca 1 - Problemas no piso e vícios de obras
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 15 - Arena Carioca 2 – problemas no piso e falta de manutenção
Fonte: Arquivo Pessoal.

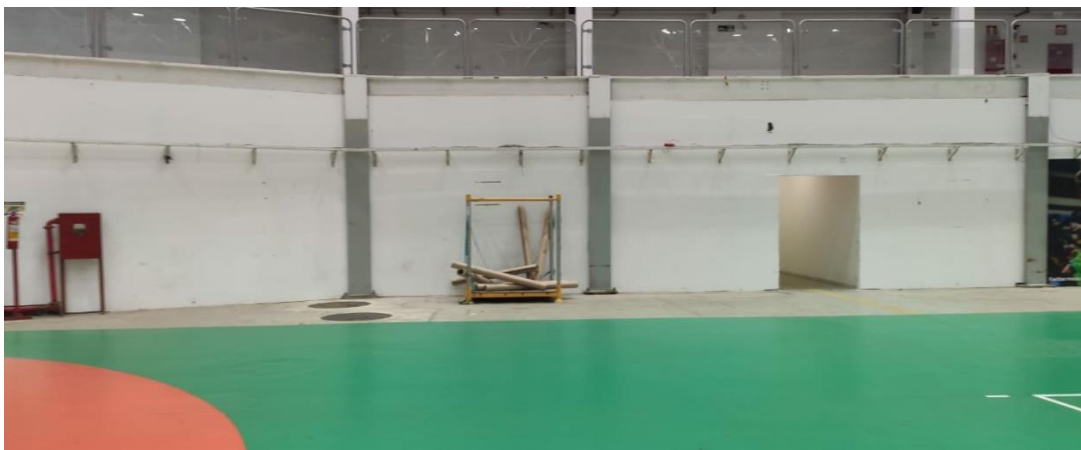


Figura 16 - Arena Carioca 2 – equipamentos de obras exposto e problemas de manutenção
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 17 - Velódromo - marcas de obras, rachaduras e falta de manutenção
Fonte: Arquivo Pessoal.

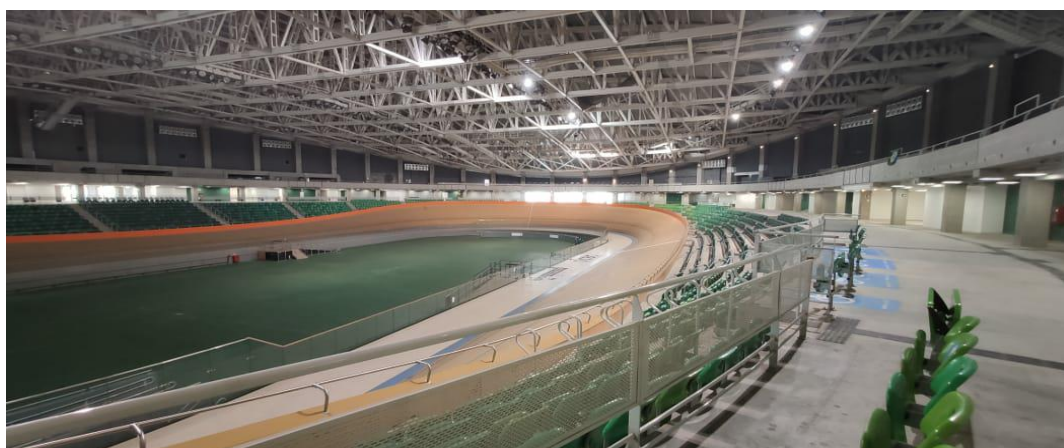


Figura 18 - Velódromo - subutilização do espaço e vícios de obras
Fonte: Arquivo Pessoal.

Perante o que foi apresentado nos tópicos deste capítulo, é possível entender que o Centro Olímpico de Treinamento, composto pelo Complexo Esportivo de Deodoro e pelo

Parque Olímpico da Barra - que é o grande símbolo olímpico do país – não é utilizado, gerido e planejado como poderia, mesmo sendo um equipamento esportivo de altíssimo nível. Com a pesquisa realizada - que incluiu revisão bibliográfica, contato com órgãos oficiais, pesquisa em documentações do governo federal, análise da cobertura midiática e entrevistas com gestores privados, atletas, treinadores e gestores públicos - é possível compreender que o principal equipamento esportivo do Brasil é atualmente subutilizado, tem ausência literal de gestão, não apresenta planejamento e desperdiça, por assim dizer, verbas públicas altamente significativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, apresentada em forma de dissertação para conclusão de curso de Mestrado Profissional na Fundação Getúlio Vargas, dentro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), é resultado de dois anos de estudos, revisões, leituras, entrevistas e visitas técnicas.

O trabalho foi dividido em três capítulos, organizado para que os leitores tenham chance de entender os significados de legado, de aprimorar o conhecimento sobre outras edições dos Jogos Olímpicos e, como ponto principal, de entender como são conduzidos os legados esportivos brasileiro e carioca após a realização da trigésima primeira edição da Olimpíada, ocorrida em 2016, no Rio de Janeiro, Brasil.

O primeiro capítulo apresentou um breve resgate do histórico dos Jogos Olímpicos, uma revisão bibliográfica sobre legado olímpico e uma análise de quatro edições anteriores de Jogos realizados em outros países. Desta forma, foi possível compreender o cenário da criação do conceito Olímpico e entender as nuances de sua concepção, principalmente na era moderna, como forma de criar bases históricas para os tópicos subsequentes. Ainda neste sentido, o capítulo apresentou uma revisão bibliográfica dos principais autores disponíveis, no Brasil e no mundo, sobre os conceitos e suas aplicações acerca do legado olímpico.

A segunda parte adentrou no objeto principal de estudo, ou seja, o legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016, com base na análise da Rede Nacional de Treinamento (RNT). A última seção do trabalho aprofundou no tema do legado esportivo, com recorte no Centro Olímpico de Treinamento, que reúne os equipamentos esportivos do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro. Para analisar o legado de 2016, foram realizadas uma revisão bibliográfica, entrevistas com os principais stakeholders esportivos do Brasil e visita técnica.

Nos dois casos supracitados, as análises dos materiais divulgados pelo governo federal foram de suma importância para que trabalho conseguisse sustentações legais, mesmo apontando suas incongruências ao longo da pesquisa. As entrevistas também foram essenciais para entender a realidade de quem gere, atua e/ou trabalha na ponta do esporte para que, de fato, suas avaliações fossem levadas em conta e mostrassem as principais visões destes stakeholders. Importante ressaltar também e dar destaque à visita técnica realizada no Parque Olímpico da Barra, fundamental para avaliar o espaço nos dias atuais, e não quando os Jogos foram realizados.

Investigar e avaliar o legado esportivo de uma edição de Jogos Olímpicos é complexo e exige pesquisas criteriosas e transparentes. No caso deste estudo, o objetivo principal foi de analisar o legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e examinar a Rede Nacional de Treinamento – RNT, com enfoque central no Centro Olímpico de Treinamento, localizado no Rio de Janeiro (RJ).

Durante a análise ocorrida e explicitada no trabalho, foi possível encontrar alguns resultados e repostas substanciais, o que torna o trabalho relevante para o campo acadêmico e, para mais, também para o contexto da sociedade como um todo. Entre os resultados mais notáveis, pode-se listar a reunião bibliográfica sobre Jogos Olímpicos, legado olímpico e análise comparativa de outros legados; a análise do legado olímpico do Rio 2016 para a cidade e para o país; e a chance de perceber as avaliações, visões e opiniões de atores importantes no contexto esportivo brasileiro, essencial para compreender a realidade de quem, de fato, está na ponta e trabalha diretamente com o dito legado.

A Rede Nacional de Treinamento não saiu como esperado pelo planejamento inicial. O projeto ambicioso foi anunciado como principal herança esportiva para o país e tinha o propósito de interligar as diversas instalações esportivas existentes ou em construção em todo o país. Na prática, existem diversas incoerências com relação aos valores utilizados, aos equipamentos destinados aos atletas, ao uso da população e com relação ao projeto em si e sua divulgação, pouco conhecida até mesmo no campo esportivo. A impressão que se tem é que o projeto foi anunciado por um governo e que, depois de diversas mudanças de comando, caiu no esquecimento e se tornou algo mais burocrático do que prático. Durante as entrevistas com gestores públicos, gestores privados, atletas e treinadores, foi possível notar essa dificuldade de compreender o legado e a RNT como um todo, e uma certa ausência de credibilidade acerca de gestão pública deste projeto.

O Centro Olímpico de Treinamento, composto pelo Parque Olímpico da Barra e o complexo Esportivo de Deodoro, também apresentar inúmeras falhas de gestão e de utilização. São equipamentos de altíssimo nível esportivo, que reúnem construções avaliadas como excelentes por diversos atores e que apresentam totais condições de receber competições e treinamentos. Porém, sua gestão é incerta, mudou diversas vezes ao longo os últimos anos e não conseguiu se concretizar como verdadeiro símbolo do legado. A subutilização dos equipamentos chega a ser insensata a absurda, com pouquíssimos eventos, treinamentos, competições e utilização popular.

Se por um lado sobra burocracia e incoerência, por outro falta plano, falta cuidado, falta verba e falta comando. De fato, falta interesse no esporte brasileiro por grande parte do

governo atual. O que já foi muitas vezes declarado publicamente pelo próprio presidente Jair Bolsonaro que, em seu programa de governo ainda como candidato, não apresentou um item sequer dedicado à pasta do esporte, logo extinta em seu primeiro mês como presidente. Isso porque se trata de um capitão reformado do Exército Brasileiro e, como ele mesmo faz questão de tornar público, com “histórico de atleta”.

Quatro anos e meio após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e o cenário atual, como frisou um dos principais responsáveis pela herança dos Jogos, é de legado olímpico e não de legado olímpico.

BIBLIOGRAFIA

AGLO. **Plano de legado**: autoridade de governança do legado olímpico. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/ascom/plano_de_legado_aglo_rev8.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

ALMADA, Vitor Evangelista; BAIOCCHI NETO, Pílade; FURTADO, Bernardo Alves. Desafios da governança esportiva brasileira: o caso da Rede Nacional de Treinamento. **Rev. Serv. Público**, Brasília, v. 68, n. 4, p. 863-888, out./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/FGS/Downloads/1410-Texto%20do%20Artigo-9653-1-10-20171229.pdf>.

ALMEIDA, Bárbara Schaustek de. Megaeventos esportivos, política e legado: o brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, **EspacioAbierto**, v. 25, n. 2, p. 67-81, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/122/12246766004.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021. Acesso em: 05 abr. 2021.

AMARAL, Sílvia. **O “modelo Barcelona”, os Jogos Olímpicos 1992 e os legados para o esporte e o lazer**: para pensar os Jogos Olímpicos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2015.

AMARO, Fausto; MOSTARO, Filipe; HELAL, Ronaldo. Mídia e megaeventos esportivos: as cerimônias de abertura dos Jogos Olímpicos de Atenas-1896 a Londres-1948. **Dossiê - Megaeventos e espaço urbano**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, ed. 1, 1 mar. 2014.

ANDRADE, Ana Luisa; RUSCHEL, Andressa Carolina. Olimpíadas 1992: o legado para Barcelona. In: V SIMPÓSIO DE SUSTENTABILIDADE E CONTEMPORANEIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 1., 2017, Paraná. **Anais [...]**.Paraná: FAG, 2017. p. 1-19. v. 1

ANÔNIMO. CEO de Confederação Brasileira de modalidade olímpica. **Análise da Rede Nacional de Treinamento**. [Entrevista cedida por email a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 14 jan. 2021.

ANÔNIMO. Gerente de Secretaria Especial da Prefeitura do Rio de Janeiro. **Análise do Centro Olímpico de Treinamento**. [Entrevista cedida por aplicativo de conferência a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 12 jan. 2021.

BARBOSA, Klaus. **Reaberto há duas semanas, Parque Olímpico do Rio tem problemas de conservação e de segurança, dizem frequentadores**. Rio de Janeiro: G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/17/reaberto-ha-duas-semanas-parque-olimpico-do-rio-tem-problemas-de-conservacao-e-de-seguranca-dizem-frequentadores.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BASEGGIO, Marcelo; MEYER, Lorenzo. **O segredo do sucesso britânico**. São Paulo: Gazeta Esportiva, 2019.

BENACH, Nuria. Producción de imagen en la Barcelona del 92. **Estudios Geográficos**, v. 54, n. 212, p. 483-505, 1993. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/63563>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BBC. **Jogos de Londres geraram adicional de R\$ 33,5 bi no ano após evento.** BBC, [S. l.], p. 1-5, 19 jul. 2013.

BLANCHARD, Ben; FAN, Haze. Legado olímpico sofre falta de uso 4 anos após Jogos de Pequim. **Reuters**, [S. l.], p. 1-2, 9 abr. 2012.

BOCOG.Beijing Organizing Committee for the Olympic Games.**Specialreports**. Disponível em: <http://en.beijing2008.cn/bocog>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BOURDIEU, P. Os Jogos Olímpicos. In: _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Decreto nº 10.154, de 4 de dezembro de 2019. Remaneja cargos em comissão e funções de confiança, em caráter temporário, para o ministério da cidadania, substitui cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores - das por funções comissionadas do poder executivo - fcpe, transforma funções de confiança e cria o escritório de governança do legado olímpico, em caráter temporário, no âmbito do ministério da cidadania. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, Ed. 235, 05dez. 2019a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.154-de-4-de-dezembro-de-2019-231561987>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.408 de 30 de junho de 2020. Altera o Decreto nº 10.154, de 4 de dezembro de 2019, para prorrogar a vigência do Escritório de Governança do Legado Olímpico - EGLO e o prazo de remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE alocados, em caráter temporário, no Ministério da Cidadania. **Diário Oficial da União**: seção 1- Extra, Brasília, DF, Ed. 123-A, 30 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.408-de-30-de-junho-de-2020-264247703>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Governo do Brasil. **Bolsa Atleta encerra fase de inscrições com quase 7,5 mil inscritos**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2021/02/bolsa-atleta-encerra-fase-de-inscricoes-com-quase-7-5-mil-inscritos>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011. Altera as Leis nº s 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.**Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 17 mar. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Medida provisória nº 771, de 29 de março de 2017. Transforma a Autoridade Pública Olímpica - APO na Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO e dá outras providências.**Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 mar. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Mpv/mpv771.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Centro de Iniciação ao Esporte**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/cie>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. **A secretaria**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento**. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte/SNEAR>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Esporte. **A prática do esporte no brasil**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/2.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **MPF requer proibição de eventos nas instalações olímpicas até laudo dos Bombeiros e “habite-se”**. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-requer-proibicao-de-eventos-nas-instalacoes-olimpicas-ate-laudo-dos-bombeiros-e-201chabite-se201d>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRITO, J. P. C. Modelo e mobilidade em Barcelona: a prolongação da diagonale o VLT. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 11.,2010, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

BUARQUE, Bernardo. MEDEIROS, Jimmy; BISSO, Luigi. Megaeventos esportivos, opinião pública e mídia: um balanço da cobertura midiática e das pesquisas quantitativas sobre os jogos olímpicos rio 2016. *In: CALABRE, Lia et al. (org.). Memórias e Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2017. 174 p. v. 1. Disponível em: http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/pdfs/Memoria_das_olimpiadas_no_Brasil_%20dialogos_e_olhares_v1.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

BURGEL, Guy. Atenas, o olimpismo à guisa de urbanismo. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, maio 2004. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/105/89>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CAETANO, Mariana Gomes. Cidades desiguais e coreografias de resistência: um ensaio sobre as consequências da espetacularização urbana e a resistência movimentada nas ruas. **Revista Australirica**, v. 1, n. 1, fev. 2015. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/australirica/article/view/439/289>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CALABRE, Lia et al. (org.). **Memórias e Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares**. 2.ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2017. 174 p. v. 1.

CARVALHO, Felipe. **Análise do Centro Olímpico de Treinamento**. [Entrevista cedida por aplicativo de conferência a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 27 dez. 2021.

CASTRO, Daniel. **O que sucesso britânico após sediar Olimpíada pode ensinar ao Brasil**. **Folha de São Paulo**, [S. l.], p. 1-10, 11 abr. 2019.

CHADE, Jamil. Esporte em ruínas após Atenas 2004. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 1-5, out. 2011. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,esporte-em->

ruinas-apos-atenas-2004-imp-,780216. Acesso em: 05 abr. 2021.

CHAGAS, Erinaldo. **Análise da Rede Nacional de Treinamento**. [Entrevista cedida a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 12 jan. 2021.

COAKLEY J., SOUZA D. L. Sport mega-events: can legacies and development be equitable and sustainable? **Motriz: rev. educ. fis.**, 2013, v. 3, n. 19, p. 580-589.

COLLI, Eduardo. Universo olímpico: uma enciclopédia das olimpíadas. São Paulo: Códex, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_vQ9D-W01H4C&oi=fnd&pg=PA6&dq=olimpiadas+1896&ots=qFd7TIUtVJ&sig=DsrIIzHqZGCLwwB0AKMhWQL6Nko#v=onepage&q=olimpiadas%201896&f=false. Acesso em: 05 abr. 2021.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Carta Olímpica**. Tradução: Alexandre Miguel Mestre e Filipa Saldanha Lopes. Portugal: Instituto Português do Desporto, 2011. 116 p. v. 1.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Portal dos Jogos Olímpicos. Disponível em: <https://www.olympic.org/the-ioc/celebrate-olympic-games>. Acesso em: 05 abr. 2021.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Centro de Treinamento**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/centrotreinamento>. Acesso em: 05 abr. 2021.

COSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legado dos Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.

DATAFOLHA. **59% dos eleitores do Rio de Janeiro apoiam Olimpíadas de 2016**. São Paulo, 2014.

DATAFOLHA. **Rejeição dobra e metade dos brasileiros é contra Olimpíada**. São Paulo, 2016.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. [S. l.]: Livro virtual do Projeto Periferia, 2003. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021. p.14

DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa**: "fraude y miseria del 'modelo barcelona". Madrid: Los Libros de la Catarata, 2007.

DINIZ, Augusto. Parque Olímpico é exemplo de planejamento e legado. **Revista Istoé**, [S. l.], p. 5-8, 21 dez. 2011.

ESPORTS: Institut Barcelona Esports. Disponível em: <https://ajuntament.barcelona.cat/esports/ca>. Acesso em: 07 nov. 2018.

EUROSTAT. **European statistical**: recovery dashboard. Luxemburgo, 2021. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FIGUEIREDO, Liriana. **Análise do Centro Olímpico de Treinamento**. [Entrevista cedida por aplicativo de conferência a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 29 dez. 2020.

FIGUERÔA, Katiúscia Mello et al. Planejamento, ações e financiamento para o esporte em tempos de megaeventos **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 55-71, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p55/27266>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Quatro anos depois cariocas têm avaliação negativa da Olimpíada do Rio**. São Paulo, 2020.

GOZZER, Thierry. **Obraparada, 1001 falhas e mata crescendo**: parque olímpico coleciona problemas após Rio 2016. Rio de Janeiro: Globo Esporte, 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/obra-parada-1001-falhas-e-mata-crescendo-parque-olimpico-coleciona-problemas-apos-rio-2016.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2021.

GRAEFF, Billy; BRETHERTON, Paul; PIGGIN, Joe. Atividade física e Jogos Olímpicos: Reflexões a partir de Londres 2012 e Rio 2016. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.68, n.2, São Paulo abr./jun. 2016.

GRASSIOTTO, Maria Luiza Fava et al. Westfield Stratford City Shopping Center: principal apoio e legado dos Jogos Olímpicos de Londres 2012. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA LARES, 14., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: LARES, 2014.

GUTHOLD, Regina et al. Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016: a pooled analysis of 358 population-based surveys with 1·9 million participants. **Lancet Glob Health**, v. 6, ed. 10, set. 2018. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214-109X%2818%2930357-7>. Acesso em: 05 abr. 2021.

HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. **Sociological Review**, v. 54, p. 59-70, 2006.

HARRIS, Maria Cristina. Olimpíadas de Beijing 2008, China. **Habitat International Coalition**, [s. l.], ago. 2010.

HOLANDA, Marina. Plano Diretor Londres Olímpico: regeneração urbana inteligente. **Arch Daily**, [S. l.], p. 1-1, 6 ago. 2012.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: práticas de esporte e atividade física : 2015. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

IGLESIAS, Xavier. **O cenário pós Jogos Olímpicos de Barcelona 92**. 2010. Artigo (Educação Física)- Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha, Barcelona, 2010.

KARLOS, Gormann. **Do céu ao inferno: em oito anos, Grécia vira antiexemplo de legado olímpico**. São Paulo: UOL, 2012. Disponível em: <https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2012/02/07/do-ceu-ao-inferno-em-oito-anos-grecia-vira-antiexemplo-de-legado-olimpico.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 05 abr.

2021.

KNOBEL, Marcelo. **Ciência e Cultura: Olimpíadas**. [S. l.: s. n.], 2016.

LE CENTRE D'ÉTUDES OLYMPIQUES. **Sport et société active**. Suíça, 2021. Disponível em: <https://www.olympic.org/fr/centre-etudes-olympiques>. Acesso em: 05 abr. 2021.

LEGADO esquecido: dez anos depois de Pequim 2008, instalações olímpicas estão abandonadas. **GloboEsporte.com**, [S. l.], p. 1-5, 8 ago. 2018.

LESSA, Fábio de Souza. Esporte na grécia antiga: um balanço conceitual e historiográfico. **Revista de História de Esporte**, v. 1, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/FGS/Downloads/774-1508-1-SM.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MARANHÃO, Joana. **Análise da Rede Nacional de Treinamento**. [Entrevista cedida por telefone a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 15 dez. 2020.

MARÇAL, Palmita. **Análise da Rede Nacional de Treinamento**. [Entrevista cedida por aplicativo de conferência a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 06 jan. 2021.

MARINHO, Alexandre; CARDOSO, Simone; ALMEIDA, Vivian. **Avaliação da eficiência técnica dos países nos Jogos Olímpicos de Pequim**. 2008. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, [s. l.], 2009.

MARQUES, José Carlos; ROCCO JR., Ary José (Org.). **Qual legado: Leituras e reflexões sobre os Jogos Olímpicos: Rio 2016**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. 423 p. v. 1. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/qual-legado/>. Acesso em: 05 ago. 2018

MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F (Org.). **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: Eduerj: Faperj, 2011

MASCARENHAS, Gilmar. **Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: modelos e conflitos na produção da cidade olímpica**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013, Recife. Recife: ENANPUR, 2013.

MAYOR OF LONDON (UK). **Inspired by 2012: the legacy from the london 2012 olympic and paralympic games**. Londres: [s. n.], 2013.

MESSIAS, Larisse Campelo; SILVA, Suzana Tavares da. **O movimento olímpico e o pluralismo jurídico**. 2016. 142 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas) - Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/41767>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MESQUITA, Roberto Maluf. Legado: os Jogos Olímpicos de Atenas 2004. In: RUBIO, Katia (org.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008

MINISTÉRIO DO ESPORTE (Brasília). **Legados dos megaeventos esportivos**. Brasília:

Confef, 2008.

MIRAGAYA, Ana. **Educação Olímpica: o legado de Coubertin no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2002.

NEVES, Luis Carlos das. **Análise do Centro Olímpico de Treinamento**. [Entrevista cedida presencialmente a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 06 jan. 2021.

PAIVA, Ellayne Kelly Gama de. **A cidade para o cidadão: o legado urbano dos Jogos Olímpicos**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013.

PAMPUCH, Marcelo; ALMEIDA, Bárbara; JÚNIOR, Wanderley. Os legados estruturais dos Jogos Olímpicos (1992-2008): uma revisão de literatura. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, Curitiba, 2015.

PARRY, Jim. Olimpismo para o século XXI. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 2, Apr./Jun. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000200015&script=sci_arttext. Acesso em: 05 abr. 2021.

PREUSS, Holger. **The economics of staging the olympics: a comparison of the games, 1972-2008**. Northampton: Edward Elgar, 2004.

PRONI, Marcelo Weishaupt. A metamorfose dos Jogos Olímpicos (1896-1996). *In: Encontro Regional de História: O lugar da história*, 17., 2004, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, p. 1-17.

PRONI, Marcelo Weishaupt; ARAUJO, Lucas Speranza; AMORIM, Ricardo L. C. **Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 1 ago. 2008.

RAEDER, Savio. **Jogos & cidades: ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2010. Disponível em: <http://vitormarinho.ufsc.br/jspui/bitstream/123456789/601/1/jogosCidades.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

REVISTA REDE NACIONAL DE TREINAMENTO. **Descoberta e formação de talentos**. 1 ed. Brasília, 2016. Disponível em: https://issuu.com/minesporte/docs/revista_rede_nacional_treinamento_e. Acesso em: 05 abr. 2021.

RIO ON WATCH: **De Barcelona 1992 ao Rio 2016: uma história de duas cidades Olímpicas**. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=21516>. Acesso em: 08 nov. 2018.

ROCHE, M. **Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture**. New York: Routledge, 2000.

RODRIGUES, Joice. **Análise do Centro Olímpico de Treinamento**. [Entrevista cedida por e-mail a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 30 dez. 2020.

RUBIO, K. O Legado educativo dos megaeventos esportivos. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v. 21, n. 32-33, p. 71-88, 2009.

RUBIO, Katia. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, ed. 1, p. 55-68, 1 mar. 2010.

SÃO PAULO (Cidade). Centro de Treinamento Olímpico e Pesquisa (COTP) voltado ao esporte de alto rendimento. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/centro_olimpico/apresentacao/index.php?p=8667. Acesso em: 05 abr. 2021.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Igor Borges da. **Análise da Rede Nacional de Treinamento**. [Entrevista cedida por aplicativo de conferência a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 18 dez. 2020.

SILVA, M. M., MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R. Políticas públicas para os jovens talentos esportivos no Brasil: desvendando a “rede nacional de treinamento”. **Educación Física y Ciencia**, v. 20, n. 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/23142561e055>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SOUZA, D. L., PAPPOUS, S. Legados esportivos de megaeventos esportivos: uma revisão da literatura. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 41, p. 42-56, 2013.

SOUZA, J. MARCHI JÚNIOR, W. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 34, p. 245-255, 2010.

SPORTS BUSINESS INSTITUTE (SBI). Introdução. Espanha, 2021. Disponível em: [https://www.masterstudies.com.br/universidades/Espanha/Sports-Business-Institute-\(SBI\)/](https://www.masterstudies.com.br/universidades/Espanha/Sports-Business-Institute-(SBI)/). Acesso em: 05 abr. 2021.

TAVARES, Otávio. Beijing 2008: os jogos olímpicos, a cidade e os espaços. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 357-373, 2011.

TODT, Nelson; RUBIO, Katia. **Ética e compromisso social nos estudos olímpicos**. 1. ed. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2007. 227 p.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 56, 15 dez. 2015.

TRUÑO, E. **Barcelona, ciudad del deporte**. In: MORAGAS, M.; BOTELLA, M (Org.). Las claves del éxito: impactos sociales, deportivos, económicos y comunicativos de Barcelona '92. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte, 1996. p. 52-67.

UIVINHA, Ricardo Ricci. Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 21, n. 32/33, p. 104-125, dez. 2009.

VECCHIOLI, Demétrio. **Bolsonaro deve criar novo 'escritório do legado olímpico', o EGLO**. São Paulo, 2019f. Disponível em:

<https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/11/26/bolsonaro-deve-criar-novo-escritorio-do-legado-olimpico-o-eglo/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Desmontada por Bolsonaro, gestora do legado olímpico depende de voluntários**. São Paulo: UOL, 2019b. Disponível em:

<https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/09/19/desmontada-por-bolsonaro-gestora-do-legado-olimpico-depender-de-voluntarios/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Empresa não paga funcionários e Parque Olímpico está sem manutenção**. São Paulo: UOL, 2019c. Disponível

em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/12/20/empresa-nao-paga-funcionarios-e-parque-olimpico-esta-sem-manutencao/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Governo não renova autarquia e legado olímpico pode entrar em colapso**. São Paulo: UOL, 2019d. Disponível em:

<https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/07/01/governo-nao-renova-autarquia-e-legado-olimpico-pode-entrar-em-colapso/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Governo não entrega plano para legado olímpico e nova autarquia é extinta**. São Paulo: UOL, 2020b. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/01/19/governo-nao-entrega-plano-para-legado-olimpico-e-nova-autarquia-e-extinta.htm?cmpid>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Governo faz manobra e, na prática, não pagará Bolsa Atleta por 2020**. São Paulo: UOL, 2020a. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2020/08/05/governo-anuncia-cancelamento-do-bolsa-atleta-de-2020.htm>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Justiça Federal interdita todas as instalações olímpicas do Rio**. São Paulo: UOL, 2020c. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2020/01/15/justica-federal-interdita-todas-as-instalacoes-olimpicas-do-rio.htm>.

Acesso em: 05 abr. 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Presidente da AGLO se diz apunhalado e ataca general: 'covarde'**. São Paulo: UOL, 2019a. Disponível em:

<https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/06/19/presidente-da-aglo-se-diz-apunhalado-e-ataca-general-covarde/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Proposta de orçamento para 2020 corta 49% do investimento no esporte**. São Paulo: UOL, 2019e. Disponível em:

<https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/09/26/proposta-de-orcamento-para-2020-corta-49-do-investimento-no-esporte/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VIDAL, Bruno Tavares. **Análise do Centro Olímpico de Treinamento**. [Entrevista cedida por aplicativo de conferência a] Victor de Oliveira. FGV, Rio de Janeiro, 15 jan.. 2021.

VON MÜHLEN, Johanna; GOELLNER, Silvana VILODRE. Jogos de gênero em Pequim 2008: representações de feminilidades e masculinidades (re)produzidas pelo site terra. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 165-184, jan./mar. 2012

YAMAWAKI, Yumi. **Contribuição dos Jogos Olímpicos para o legado de Beijing.**
Mercator, Fortaleza, v. 16, fev. 2017.